

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
GARDENE LEÃO DE CASTRO MENDES

O DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO JORNAL *DAQUI*

GOIÂNIA, GO
2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
GARDENE LEÃO DE CASTRO MENDES

O DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO JORNAL *DAQUI*

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof^ª. Dra. Glacy Queiroz de Roure.

GOIÂNIA, GO
2011

M538d Mendes, Gardene Leão de Castro.
O discurso da criminalização da juventude no Jornal
DAQUI / Gardene Leão de Castro Mendes. – 2011.
147 f. : il.

Bibliografia: p. 136-140
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, 2011.

“Orientação da Prof^a. Dra. Glacy Queiroz de Roure”.

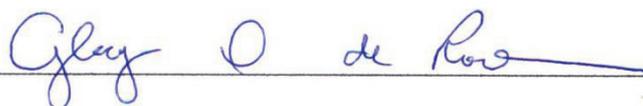
1. Jovem – mídia – criminalização. 2. Jornal *DAQUI* – análise
do discurso – Goiânia (GO). 3. Juventude – violência – mídia. I.
Roure, Glacy Queiroz de. II. Título.

CDU: 316.774:81'42:179.8-053.6(817.3)(043.3)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
GARDENE LEÃO DE CASTRO MENDES

O DISCURSO DA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO JORNAL *DAQUI*

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em 13/05/2011, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:



Prof^ª. Dra. Glacy Queiroz de Roure
(Presidente/PUC Goiás)



Prof^ª. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães
(Membro/PUC Goiás)



Prof^ª. Dra. Edna Mendonça de Oliveira Queiroz
(Membro/UFG)

DEDICAÇÃO ESPECIAL

À minha mãe, meu exemplo de vida e de amor. Aquela que me conduziu e me inspirou a lutar pelos meus sonhos e a seguir com determinação na vida acadêmica.

À minha filha Sofia, que cresce em meu ventre, trazendo luz e esperança, me ensinando a cada dia o verdadeiro significado do amor mais profundo e incondicional.

Ao meu esposo, que me acompanha durante todos estes anos com amor, dedicação e companheirismo.

Às minhas irmãs, guerreiras da “casa das quatro mulheres”, amigas e sinceras parceiras em toda minha jornada.

Ao meu pai (in memoriam), sempre ao meu lado, e aos meus familiares, grandes incentivadores.

Ao meu tio e padrinho Lourival, que ama a mim e minhas irmãs profundamente.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof^ª. Dra. Glacy Queiroz de Roure, pela valorosa orientação no decorrer da pesquisa.

À Prof^ª. Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães, incentivadora de descobertas no universo das culturas juvenis.

Às professoras Dra. Edna Mendonça de Oliveira Queiroz e Dra. Maria Tereza Canezin Guimarães, pelas importantes contribuições e pela participação na banca de defesa.

A todos os professores do Mestrado em Educação da PUC - Goiás, pelos valorosos ensinamentos.

À Prof^ª. Dra. Maria Luiza Martins de Mendonça, minha primeira referência no universo acadêmico.

A todos da Casa da Juventude Pe. Burnier, por acreditar, apoiar e investir tanto em minha formação acadêmica, como em minha formação humana.

A todos meus amigos, em especial à Ana Rita e Wolney, pelo carinho, amizade e apoio durante a produção da dissertação.

Aos colegas do curso de Mestrado, por compartilharem desta caminhada.

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
O PAPEL DA MÍDIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 21	
1.1 Mídia e poder na sociedade contemporânea.....	21
1.2 Mídia, tempo e espaço	25
1.3 Mídia e opinião pública	28
1.4 Mídia e a sociedade do espetáculo	31
1.5 Jornalismo sensacionalista: retrospectiva histórica e características.....	37
CAPÍTULO II	
ANÁLISE DE DISCURSO E O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE: JORNAL <i>DAQUI</i> 48	
2.1 A análise de discurso	48
2.2 O <i>corpus</i> de análise: jornal <i>Daqui</i>	62
2.3 A imagem no <i>Daqui</i> enquanto produtora de “verdade”	66
2.4 <i>Modos de Endereçamento</i> no jornal <i>Daqui</i>	72
CAPÍTULO III	
ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL <i>DAQUI</i> SOBRE A JUVENTUDE 77	
3.1 De que jovens estamos falando?.....	77
3.2 Jovens pobres e o mito da periculosidade	82
3.3 Representações sobre a juventude na mídia	85
3.4 As representações sobre juventude no jornal <i>Daqui</i>	90
3.4.1 O jovem em destaque nas capas do <i>Daqui</i>	90
3.4.2 “Polícia pega ladrões que roubaram Hillux e iriam para a farra” ...	95
3.4.3 “Cinco morrem assassinados”	102
3.4.4 “Rapaz que furtava no Centro é morto por agentes”	107
3.4.5 “Rotam mata rapaz que teria roubado caminhonete S-10”	109
3.5 Usou droga: deve morrer!.....	112

3.5.1 “Seis jovens são assassinados em dois dias”	115
3.5.2 “Oito são assassinados no feriado” e “Garoto de 17 é morto a facadas”	121
3.5.3 “17 adolescentes assassinados”	124
3.6 Critério de adoção de fontes: o silenciamento dos jovens e de suas famílias	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	141

RESUMO

Este trabalho busca verificar como os jovens são significados pela mídia impressa goiana, analisando, especificamente, a cobertura do jornal *Daqui* durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010. Escolhi este tema porque, segundo Waiselfisz (2011), nos últimos anos (2004/2008), no Brasil, há um aumento assustador do número de homicídios de jovens. A pesquisa foi feita tendo como *corpus* de análise o jornal *Daqui* por este ser um importante veículo formador de opinião em Goiás, possuindo, atualmente, a maior tiragem de jornais impressos do Estado. Para analisar os enunciados do *Daqui*, utilizo como referencial teórico a Análise de Discurso Francesa, já que ela possibilita observar as construções históricas e ideológicas presentes em um discurso, considerando não apenas a materialidade linguística, como também sua exterioridade (condições históricas, sociais e ideológicas). A partir das análises feitas, pude perceber que o jovem pobre das periferias urbanas é representado nos enunciados do *Daqui* de forma estigmatizada, sedimentando um imaginário no qual a prática de seu extermínio parece ser aceita e autorizada. A cobertura do jornal dá grande espaço para assuntos relacionados à criminalidade e ao preconceito diante do jovem infrator ou usuário de drogas, sendo que temáticas como a cultura, o esporte, a educação, entre outras, raramente são abordadas. A cristalização desta memória permite que tais interpretações sejam tomadas como “verdades universais”, não possibilitando ao leitor outros tipos de significação, fazendo com que a violência seja considerada como algo comum e necessário para controlar jovens. Há na população uma crescente “crença” neste imaginário, que acaba sendo complacente com a situação de extermínio de jovens pobres. Os enunciados produzidos pelo *Daqui* colaboram por cristalizar a aceitação de homicídios de jovens pobres, estimulando a criminalização, o preconceito e a invisibilidade dos mesmos. Linha de Pesquisa: “Educação, Sociedade e Cultura”.

Palavras-Chave: juventude, violência, mídia e análise de discurso.

ABSTRACT

This paper aims at examining how young people are meant by the print media of Goiás, with particular emphasis on the quality of coverage of *Daqui* jornal during february, march and april 2010. I chose this subject because, according Waiselfisz (2011), in recent years (2004/2008) there is a frightening increase in the number of youth homicides in Brazil. The research was done with *Daqui* because this is an important vehicle in Goiás, with the largest circulation of newspapers in the state. To analyze the utterances of *Daqui*, I work with Analysis Discourse French, since it allows the evaluation of historic buildings and ideological present in an discourse, considering not only the materiality of language but also its external (historical conditions, social and ideological). From the analysis done, I realized that the young poor urban peripheries are represented stigmatized by the rooting an imaginary in which the practice of extermination seems to be accepted and approved. The newspaper coverage gives great space for matters relating to crime and prejudice before the young offender or the drug user. Themes such as culture, sports, education, among others, are rarely addressed. The crystallization of this memory allows for such interpretations are taken as "truths", not allowing the reader other kinds of meaning, so that violence is regarded as something common and necessary to control youth. There is a growing population in the "belief" in this imagery, which turns out to be complacent about the situation of extermination of poor youth. The utterances produced by *Daqui* crystallizes an memory and an continuous acceptance of killings of poor youth, encouraging the criminality, the prejudice and the invisibility of them. Research Line: "Education, Society and Culture".

Keywords: youth, violence, media and discourse analysis.

INTRODUÇÃO

“Nessa terra de gigantes
Que trocam vidas por diamantes
A juventude é uma banda
Numa propaganda de refrigerantes...”
Engenheiros do Havaii

O presente estudo busca verificar como os jovens são significados pela mídia impressa goiana, analisando, especificamente, a cobertura do jornal *Daqui*¹ durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010², por este ser um importante veículo formador de opinião em Goiás, tendo a primeira maior tiragem de jornais impressos distribuídos no Estado.

Ele se inicia com o refrão da música “Terra de Gigantes”, da banda “Engenheiros do Havaii”, para dizer da motivação inicial para realização desta pesquisa: meu trabalho com a juventude. Desde 2004, faço parte da equipe da Casa da Juventude Pe. Burnier³, acompanhando diversas atividades e eventos de formação para, com e sobre as juventudes. Na instituição, cotidianamente convivi com relatos de jovens pobres moradores das periferias urbanas que foram abordados e humilhados devido à sua cor de pele, ao tipo de roupas que usam, à localização dos bairros onde vivem etc. Isso me fez enxergar a realidade dos jovens com novos olhos, fazendo com que as causas da organização se tornassem parte de minha atuação e do meu projeto de vida.

A partir desta vivência, descobri que, como os versos da banda “Engenheiros do Havaii” apontam, muitas vezes a juventude não é representada a partir de sua diversidade. Como “uma banda numa propaganda de refrigerantes”, os jovens muitas vezes acabam sendo caracterizados como vazios, sem “conteúdo” ou sem posicionamento crítico, sofrendo diversos tipos de violência, de torturas e de maus-tratos.

¹ Jornal de formato tablóide publicado e distribuído pela Organização Jaime Câmara, com grande penetração nas classes C e D da capital. É conhecido por fazer uma abordagem sensacionalista e popularizada em suas reportagens, além de suas promoções de troca de selos por brindes e de seu baixo custo.

² A escolha deste período de análise se deu em um contexto de intensas denúncias feitas pelo Ministério Público de Goiás alertando para o aumento contínuo do extermínio de jovens no Estado e devido à impossibilidade de consulta a um arquivo com edições anteriores do *Daqui* na Organização Jaime Câmara.

³ Organização civil, de utilidade pública, sem fins lucrativos, filiada a AJEAS (Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social), com mais de 26 anos de atuação, pesquisa, mobilização e defesa dos direitos da juventude, localizada em Goiânia, Goiás.

Segundo Waiselfisz (2011), coordenador da pesquisa “Mapas da Violência 2011”, nos últimos anos (2004/2008), no Brasil, há um aumento assustador do número de homicídios de jovens. Em Goiânia, nos últimos anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência contra jovens aumentaram consideravelmente. De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos foram registrados 117 homicídios cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia (A NOVA DEMOCRACIA, 2007, p.33).

No ano de 2006, especificamente, foi fundado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens*, formado por famílias de jovens vítimas da violência policial, destinado a divulgar desaparecimentos e execuções cometidas pela polícia e exigir a investigação e punição dos responsáveis.

Os casos de violência contra jovens continuaram acontecendo em Goiás, até que, em fevereiro de 2011, vieram à tona várias denúncias de casos de execução de jovens devido à formação de um grupo de extermínio em atuação no Estado há mais de 10 anos envolvendo policiais militares. O jornal *Diário da Manhã* descreve o caso:

Dezenove policiais militares goianos foram presos ontem (dia 15) em operação da Polícia Federal por integrarem grupo de extermínio. Investigados são suspeitos de formação de quadrilha, prevaricação, homicídio e ocultação de cadáver. Os crimes ocorreram em cinco diferentes municípios. Entre 40 e 50 foram mortos em 15 anos... Além da violação de direitos humanos, Goiás figura entre os nove Estados da Federação que ainda investigam crimes que envolvem policiais com grupos de extermínio... Não é verdade que os grupos de extermínio matam só bandidos. Às vezes isso é falado para conquistar a população. Temos vítimas inocentes que, na ação deste grupo, foram mortas, que não tinham nada a ver com o caso. Provavelmente vítimas que foram mortas por estarem no local errado, na hora errada. “Não podemos tolerar estes delitos, principalmente cometidos por pessoas que devem nos proteger”. A Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública de Goiás promoverão buscas às pessoas desaparecidas após as abordagens policiais... (LIMA; LIMA, 2011, p.1).

Após levantamento de dados, a denúncia é que o número de jovens desaparecidos em Goiás, após abordagem policial nos últimos dez anos, é maior que o número de desaparecidos políticos goianos durante o regime militar. Ainda segundo os depoimentos, os policiais que mataram em supostos confrontos com “bandidos” foram agraciados com

medalhas e gratificações, já que sua conduta foi apoiada por membros do alto escalão da polícia e não foi questionada pelos vários setores da sociedade.

Mesmo comparecendo enquanto vítimas da violência, como nos casos de extermínio relatados em Goiás; contraditoriamente os jovens são identificados por várias instituições como arruaceiros, violentos ou perigosos. Estes estereótipos servem como justificativa para a defesa de campanhas promovidas por políticos e instituições, como o caso da proposta da redução da maioria penal de 18 para 16 anos⁴, que não condiz com a condição juvenil brasileira, já que, como nos informa o Instituto Cidadania (2004)⁵, dos crimes praticados em nosso país, somente 10% são cometidos por jovens, sendo que apenas 1,09% desta população tem participação em crimes mais violentos.

Na sociedade atual, a juventude acaba sendo “coisificada”, tornada, ao mesmo tempo, um fator de risco e de perigo, ou então proclamada como ideal cultural - todas as gerações querem ser ou parecer ser cada vez mais jovens. Vivendo em uma realidade paradoxal, os jovens carregam para si o peso de sempre serem belos, produtivos e, principalmente, consumidores ativos, atendendo às expectativas do mercado e do mundo adulto. Contudo, se nem todos os jovens conseguirão alcançar este ideal, o que sobra para a grande maioria são estereótipos construídos por uma sociedade narcísica que procura “moldar” e enquadrar o jovem à sua imagem e semelhança.

Os meios de comunicação, importantes produtores de formações discursivas dominantes que perpassam o imaginário social, retratam a juventude a partir destes estereótipos pré-fixados, utilizando-se, em vários casos, de argumentos e representações genéricas, conforme relata Carmo (2001, p.11): “no Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência”.

Diante desta realidade, sabendo da importância da mídia enquanto instituição produtora de discursividades dominantes, senti-me motivada a verificar como os jovens

⁴ A reforma da maioria penal no Brasil refere-se aos diferentes esforços visando a redução da idade para a penalização criminal de jovens de 18 para 16 anos. É uma proposta controversa e contrária ao que rege a atual legislação brasileira, segundo o artigo 27 do Código Penal, artigo 228 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n° 8.069/90).

⁵ O Projeto Juventude, publicado pelo Instituto Cidadania, em 2004, realizou um conjunto inédito de pesquisas sobre a juventude brasileira. Estas ações integraram um programa de governo posterior que trouxe significativas contribuições ao debate sobre as políticas públicas de juventude no país.

são significados no jornal *Daqui*. Como está descrito pela Organização Jaime Câmara⁶ (2011):

O *Daqui* é fenômeno de vendas nas classes C e D. Lançado em abril de 2007, o *Daqui* apresenta as notícias de forma mais compacta, atrativa e com uma linguagem mais acessível. Esta proximidade ao seu público, associada às já conhecidas promoções, garantem ao jornal expressivas vendas e um público fiel que utiliza o veículo como principal fonte de informação. Com formato econômico e preço popular, busca dar espaço para notícias que influenciam o dia a dia da população e mostra o que de mais importante acontece de forma simples e dinâmica (p.1).

Conforme informa Lemos (2008), o segmento de mídia que ganha maior circulação no Brasil é o de jornais populares como o *Daqui*. Lançado em 2007, ele já é o maior veículo de comunicação impressa de Goiás:

O segmento que mais ganha circulação é o de jornais populares. No pelotão de frente, entre os 30 maiores, são eles que puxam a fila dos índices de crescimento, em especial os mineiros *Aqui MG* (128%) e *Super Notícia* (67%), o goiano *Daqui* (58%) e o fluminense *Expresso da Informação* (27%)... Lançado em abril de 2007, o popular *Daqui* já é o maior jornal de Goiás, repetindo o que havia acontecido no Rio de Janeiro com o *Extra*, e em Minas Gerais, com o *Super Notícia* (LEMOS, 2008, p.38).

Para a realização desta pesquisa, também não posso deixar de situar o percurso acadêmico que instigou meu interesse para a imersão nestas reflexões. Em 2007 produzi uma monografia durante o curso de Pós-Graduação em Juventude Contemporânea, que analisou a cobertura feita pelo jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Na monografia citada, por meio da teoria do agendamento e do enquadramento, instrumentos de análise do conteúdo midiático, foram verificados enunciados que orientavam o público a uma determinada interpretação dos fatos relativos à realidade da violência policial contra os jovens. Nesta pesquisa ainda foram feitas entrevistas com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* e com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades* de *O Popular* no ano de 2006.

⁶ Conglomerado de comunicação hegemônico em Goiás, filiado à Rede Globo, detentor do maior número de veículos de comunicação no Estado (emissoras de rádio, televisão, jornais e outras mídias). Criada em 1938, a empresa atualmente possui onze emissoras de televisão, oito de rádio e três jornais.

Diante da análise das informações coletadas, percebi, na época, que o enquadramento feito pelo *O Popular* teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*.

A partir destas reflexões pode-se afirmar que, na época, o jornal *O Popular*, em seus enunciados, acabou contribuindo para estigmatizar e sedimentar uma imagem estereotipada em relação à juventude. Ciente que o *Daqui* também é produzido e editado pela Organização Jaime Câmara, busco, nesta pesquisa, provocar um novo olhar diante das análises anteriores, utilizando agora como referencial teórico/metodológico a análise de discurso francesa (AD). A análise de discurso é uma prática especializada em observar as construções ideológicas presentes em um discurso, considerando não apenas a materialidade da linguagem, como também sua exterioridade (condições históricas, sociais e culturais).

Ela nasceu como um campo pluridisciplinar que internalizou e ressignificou elementos de três campos teóricos principais: a linguística, a psicanálise e o marxismo. Segundo Orlandi (2006), a partir destas três referências, nos estudos da análise de discurso passamos a reconhecer que a língua não é transparente, que o homem se faz na relação com a história de forma opaca e que o sujeito não é transparente nem para si mesmo.

A análise de discurso se constitui no interior as consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem três novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo. Com a linguística ficamos sabendo que a língua não é transparente; ela tem sua ordem marcada por uma materialidade que lhe é própria. Com o marxismo, ficamos sabendo que a história tem sua materialidade: o homem faz a história, mas ela não lhe é transparente. Finalmente, com a psicanálise é o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo. São, pois, estas diferentes formas de materialidade – de não transparência – que vão constituir o cerne do conhecimento de cada um desses campos de saber (ORLANDI, 2006, p.13).

Assim trabalha a AD, dispositivo que considera que é na materialidade linguística que se articulam história e ideologia⁷. Ela procura compreender a língua fazendo sentido

⁷ O sentido proposto pela análise de discurso para a definição do termo ideologia é outro. Para a AD, a materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade linguística. A interpelação do sujeito em sujeito ideológico se efetua a partir de sua identificação com as formações discursivas que o

enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história, contribuindo ao problematizar as maneiras de interpretar as diferentes manifestações de linguagem.

Diferentemente da análise de conteúdo, a AD considera que a linguagem não é transparente, já que o equívoco e a falha constituem o discurso. Não importa para a AD a intenção do sujeito, mas sim os efeitos de sentido do seu discurso. Partindo desta premissa, entende-se que o sujeito não controla os efeitos de sentidos de seu discurso, inserindo, assim, a exterioridade como elemento que faz parte da produção de sentidos.

...a Análise do Discurso proposta por Pêcheux insere a exterioridade como elemento constitutivo dos sentidos, exigindo, portanto, um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem (GREGOLIN, 2001 p. 12).

Logo, a AD trabalha com a noção de efeitos de sentido, já que, em uma determinada condição de produção, várias formações discursivas são construídas tendo presente não somente sua materialidade, como também sua exterioridade. Portanto, entende-se que o sujeito não controla, nem se assim o desejar, os efeitos de sentido de seu dizer. Orlandi (1997) afirma que a análise de discurso não trata simplesmente de normas gramaticais, mas da análise dos efeitos de sentido de um discurso, com suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação contextualizada em um *corpus* de análise. Ainda sobre a construção do *corpus* de análise, para Mazière (2007), na análise de discurso:

...o “estabelecimento de um corpus” se define no contrapé da mera colagem de textos. Estamos falando da construção de um dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objetivo discurso que ele se dá por tarefa interpretar (p.15).

dominam. Ao interpelar o sujeito e produzir um efeito de evidência, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos. Segundo Orlandi (1997), para a AD, a ideologia não se define como um conjunto de representações. Ela é uma prática não consciente, que funciona por meio do efeito da relação do sujeito com a língua e com a história para que signifique. Portanto, ao interpelar o sujeito e produzir um efeito de evidência, a ideologia produz um processo de naturalização dos sentidos, que vão sendo apropriados no intradiscurso como naturais.

Referência obrigatória da AD, o sujeito é um “lugar de sujeito”, que não tem domínio completo de seu discurso e é interpelado, constantemente, por várias formações discursivas. Logo, o sujeito, dentro desta perspectiva teórica, não é um sujeito empírico, mais sim uma posição sujeito. Ele não é origem de si, já que é interpelado pela ideologia e pelo simbólico, sendo ao mesmo tempo, livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinante do que diz. Sua impressão de controle do discurso é sua ilusão.

O sujeito da análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto significa dizer que há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Portanto, não é o sujeito físico, empírico que funciona no discurso, mas a posição sujeito discursiva. Enunciador e o destinatário, enquanto sujeito, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito (ORLANDI, 2006, p.15).

Portanto, o sujeito na AD é situado em um contexto histórico e interpelado constantemente pela ideologia. Conforme afirma Roure (2002):

O sujeito na Análise de Discurso apresenta uma certa especificidade na medida em que rompe com a tradição idealista de um sujeito concreto individual e passa a ser considerado como sujeito histórico cuja constituição se dá a partir de sua interpelação pela ideologia (p.180).

Segundo Mazière (2007), a AD possui alguns princípios sólidos, levando em conta a língua como objeto construído pelo linguista e situada em um espaço-tempo; com dupla relação com as heranças das línguas; configurando enunciados heterogêneos segundo um saber linguístico, histórico e filosófico; propondo interpretações; levando em conta dados da língua e da história; e considerando um sujeito enunciador que não é fonte única de seu discurso. É a partir deste marco teórico que discutirei a mídia enquanto produtora de sentidos que direcionam determinados gestos de interpretação e representações sobre vários atores sociais, dentre eles, a juventude.

Para Bucci e Kehl (2004), diferente da ética pensada pela imprensa em sua origem enquanto instituição responsável pelo relato de notícias e pelo debate de ideias por meio da verdade factual, da objetividade, da transparência, da independência editorial e do equilíbrio, os discursos veiculados pelos veículos de comunicação passaram a produzir significados dominantes, misturando interesses públicos e privados e priorizando

informações de entretenimento e de incentivo ao consumo, defendendo os interesses de uma classe hegemônica. Para o autor:

A assim chamada “comunicação de massa”, além de modificar para sempre a própria natureza da imprensa, tende a misturar os domínios da arte e do jornalismo num mesmo balaio de imposturas éticas, prontas para o consumo e inimigas da virtude tanto artística (criar em conformidade com a imaginação) quanto jornalística (falar em conformidade com a verdade factual) (BUCCI; KEHL, 2004, p.127).

No momento em que a comunicação de massa e a imprensa passam a atuar dentro da mesma lógica, fundamentada na sociedade do espetáculo, coloca-se uma questão: a mídia produz a cristalização e difusão de padrões éticos, normas de conduta, padrões ideológicos, linguísticos e imaginários que contribuem para a falta de reflexão. Neste contexto, “estamos subordinados a uma ‘ética’ (grafada assim, com aspas) da violência, do lucro, da exclusão e do espetáculo. Aí estão os padrões éticos consagrados pela *mídia*” (BUCCI; KEHL, 2004, p.133). Portanto, na prática, o sensacionalismo é uma das principais características da grande imprensa devido às determinações empresariais de uma classe dominante e do mercado. Como relata Silva (2002):

Ao meu ver, o sensacionalismo é constitutivo da grande imprensa, justamente em função da sobreposição das determinações empresariais às determinações de uma democratização da informação e da cultura. A enunciação jornalística procura chegar no leitor – esse leitor qualquer, homogeneizado pela imagem popular – através de estratégias em que os títulos, as imagens fotográficas etc., devem funcionar como isca... (p.143).

Segundo Gregolin (2007), na atualidade, a mídia é o principal elemento discursivo em que a sociedade constrói uma história ficcional como sendo real. Trabalhando em um contexto de instantaneidade, ela constrói a história por meio de textos verbais e não verbais, desempenhando o papel de mediação entre os seus leitores e a realidade, influenciando cotidianamente seu imaginário e constituindo suas identidades. Contudo, apesar desta realidade se apresentar como “verdade”, trata-se apenas de uma representação simbólica dela.

Como o próprio nome parece indicar, as *mídias* desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor

produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente... (GREGOLIN, 2007, p.16).

Portanto, a mídia nos atravessa e nos constitui enquanto sujeitos. Sabendo de sua importância na sociedade atual, é necessário considerar que ela é um dispositivo discursivo e linguístico onde realidades são construídas a partir de representações. Por isso a análise de discurso parece ser uma boa opção para tentar entender sua significação. Gregolin (2007) afirma que a AD interessa cada vez mais pela mídia como objeto de investigação:

A análise do discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos (p.13).

Após dizer as minhas motivações e preocupações enquanto pesquisadora e apresentar alguns conceitos teóricos/metodológicos que deram sustentação para a realização desta pesquisa, relato, na sequência, de forma breve, os conteúdos discutidos nos três próximos capítulos da dissertação.

No primeiro, descrevo o funcionamento midiático, que se utiliza de estratégias discursivas ligadas ao espetáculo, produzindo redes de significação que podem gerar determinados gestos de interpretação em seu público, sedimentando um imaginário sobre diversos atores sociais, dentre eles, a juventude. Também levanto algumas questões com relação à construção das notícias nas redações, como o fator tempo e a manipulação da opinião pública. São retratados, ainda, o histórico e as características do jornalismo sensacionalista, já que o *Daqui* se enquadra dentro das definições deste tipo de veículo de comunicação.

No segundo capítulo, aponto as características e os principais conceitos da análise de discurso francesa, já que ela é referencial teórico/metodológico que construiu as categorias de análise para compreender as representações sobre a juventude presentes nos enunciados do jornal *Daqui*. Para tanto, discuto alguns dos principais conceitos da AD,

como memória discursiva, formação discursiva, interdiscurso, tipos de discurso - verbal e não verbal, intericonicidade, gestos de interpretação, paráfrase e polissemia. Segue-se, então, uma análise inicial das discursividades presentes no *Daqui*, apresentando algumas de suas principais características.

O terceiro e último capítulo traz propriamente a análise do discurso sobre os jovens no *Daqui*, verificando como se constitui um imaginário que recobre os mesmos neste veículo de comunicação. Em um primeiro momento, apresento uma discussão teórico-conceitual sobre a juventude, contextualizando-a no momento histórico atual e, a partir de pesquisas já realizadas, reflito sobre como ela é significada pela mídia brasileira. Na sequência, faço propriamente a análise do discurso sobre os jovens presentes nos enunciados do *Daqui* durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010. Ao final, seguem as conclusões e considerações finais.

A partir das análises feitas, pude perceber que o jovem é representado pelo *Daqui* de forma estigmatizada e excludente, sendo visto exclusivamente como marginal, arruaceiro e como merecedor do extermínio. A cobertura do jornal dá espaço somente aos assuntos relacionados à criminalidade, à violência e ao preconceito diante do infrator ou do usuário de drogas, sendo que temáticas como a cultura, a educação, entre outras, quase nunca são abordadas.

A cristalização deste discurso permite que seus efeitos ideológicos sejam tomados como “verdades universais”, não possibilitando ao público leitor do jornal outros tipos de significação, fazendo com que a violência seja considerada como algo comum e necessário para controlar jovens. Por meio da ficção midiática, há na população uma crescente crença neste imaginário, passando a reproduzi-lo em suas falas e em suas atitudes, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio dos jovens das periferias urbanas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a criminalização dos mesmos.

Com a propagação de aspectos pejorativos vinculados à sua imagem, estes jovens são atingidos pelos efeitos da degradação da mesma, sendo reiteradamente focados sob as óticas da violência, do extermínio ou do bizarro. Ao reforçar tais estereótipos, estes veículos sensacionalistas acabam sedimentando uma representação deturpada sobre os jovens, deixando como registro apenas o trinômio “violência-pobreza-juventude”.

CAPÍTULO I

O PAPEL DA MÍDIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Neste primeiro capítulo, descrevo o funcionamento midiático, que se utiliza de estratégias discursivas ligadas ao espetáculo, produzindo redes de significação que podem gerar determinados gestos de interpretação em seu público, sedimentando um imaginário sobre diversos atores sociais, dentre eles, a juventude. Aponto, ainda, alguns fatores que influenciam a construção das notícias nas redações, como a falta de tempo, o não aprofundamento e a não disponibilidade para a consulta às várias fontes. Ao final, é apresentado um breve histórico do jornalismo sensacionalista, com suas principais características, já que o *Daqui* se enquadra dentro das definições deste tipo de veículo de comunicação.

1.1 MÍDIA E PODER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

De uma forma geral, podemos definir mídia como instituições que produzem significados para determinados públicos, por meio de formações discursivas construídas por diversos veículos de comunicação, como jornais, Internet, televisão, revistas, rádios etc. Como estes veículos estão cotidianamente presentes em nossas vidas, muitas vezes não nos damos conta de sua importância. Como explica Lima (2006):

Quando falamos de mídia estamos nos referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, às revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa. Ela é parte de nossas vidas da mesma forma que os caminhões para o fiscal de alfândega. E é por isso que quase não nos apercebemos dela e de sua importância (p.52).

Na sociedade atual, a mídia e sua indústria passaram a ser sinônimo de poder, produzindo redes de significados dominantes que fazem parte do imaginário social. Cientes desta grande influência dos meios de comunicação, empresas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos; enfim, os vários atores sociais passaram a buscar espaço para ganhar a aprovação da opinião pública, tentando produzir significações que colaboram para a construção de uma imagem favorável de si mesmos. Contudo, ao fazer isto, muitas vezes existe a tentativa de direcionar a informação em defesa de interesses particulares, normalmente os de uma classe social dominante⁸. Para Lima (2006):

...essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional como para a prática da política. Isso porque os atores políticos têm que disputar a visibilidade favorável de seu ponto de vista (p.56).

Portanto, atualmente, o poder não é somente relativo à sua forma política, mas, e quase sempre, está ligado ao poder midiático, exercido por meio de formações discursivas que defendem interesses de uma classe dominante, influenciando a opinião pública a ponto de ditar regras, comportamentos e de influir nas escolhas dos sujeitos. Isto porque, diante da informação, cujo funcionamento direciona os efeitos de sentido entre locutores, os sujeitos se constroem, produzindo sentidos que estão ancorados em informações discursivas anteriores, determinadas historicamente, ideologicamente e socialmente.

Segundo Ramonet (2001), devemos considerar a crise que a definição de poder sofre na atualidade. Ao invés de um poder autoritário, hierárquico, conquistado anteriormente por meio do uso da força e da coerção, passamos a viver um poder consensual e disperso, muitas vezes imperceptível, que é obtido através da aprovação da opinião pública. Conforme explica o autor:

Quanto a falar do poder, não se pode fazê-lo senão considerando a crise que ele sofre, no sentido amplo do termo, e que é uma de suas características neste fim de século. De um poder vertical, hierárquico e autoritário, estamos passando para um poder horizontal, reticular e consensual (um consenso obtido, precisamente, por meio de manipulações midiáticas). Crise, dissolução, dispersão do poder, só dificilmente se sabe onde ele se encontra (RAMONET, 2001, p.39).

⁸ As redes de comunicação normalmente veiculam informações sedimentadas no imaginário de uma classe social dominante que protege seus interesses econômicos e políticos, direcionando as informações em jornais, revistas, programas de TV de acordo com seus valores, princípios e estratégias para a sustentação do *status quo*.

Neste contexto, na medida em que aumentam seu prestígio e reconhecimento, os meios de comunicação de massa, considerados anteriormente como o “quarto poder”, passam a desempenhar um papel fundamental, ocupando o espaço de “segundo poder”. Ramonet (2001) ilustra a importância da mídia enquanto produtora de redes de significação na atualidade, caracterizada como instrumento de influência fundamental:

Na realidade, o primeiro poder é hoje claramente exercido pela economia. O segundo (cuja imbricação como o primeiro se mostra muito forte) é certamente midiático – instrumento de influência, de ação e de decisão incontestável – de modo que o poder político só vem em terceiro lugar (p.40).

Nessa posição de destaque, os veículos de comunicação deveriam ser meios de debate, promovendo a interatividade com o receptor, se colocando como agentes de vigilância e de controle dos poderes, servindo como instrumentos de troca de informações e de estímulo à cidadania. Contudo, eles são muitas vezes utilizados em função de interesses particulares de uma classe social dominante. Conforme explica Souza (2000):

...não será menos certo, a acreditar em vários estudos, designadamente entre os que orbitam em torno dos estudos culturais (Hoggart, Williams, Hall etc.), da teoria crítica (Adorno, etc.) e da teoria da hegemonia (Gramsci, etc.), que os meios jornalísticos são também usados em função de interesses particulares, como os interesses de determinados poderes, podendo, igualmente, contribuir para a amplificação dos poderes e para a sustentação do *status quo* (p.22).

Partindo do pressuposto de que os meios de comunicação de massa podem construir determinadas verdades e não outras, Ramonet (2001) ilustra que alguns veículos de comunicação tentam produzir informações que favorecem os interesses de determinados grupos hegemônicos.

Ciente que os jornalistas produzem sentidos por meio de formações discursivas já sedimentadas, é importante lembrar que eles, enquanto sujeitos, têm a ilusão de que são donos do seu dizer (PÊCHEUX, 1999). Portanto, eles acreditam que determinadas formações discursivas são “melhores” do que outras, de acordo com suas próprias crenças e valores, e acabam reforçando as mesmas por meio dos enunciados que produzem.

Como as pessoas têm acesso ao que acontece no mundo por meio dos veículos de comunicação e, na maioria das vezes, essa é a sua principal fonte de informação sobre um determinado fato, o que sai na mídia é definido como a “pura verdade” e o que não é

relatado acaba ficando no anonimato ou simplesmente não acontece aos olhos da opinião pública. Sobre esse fato, Ramonet (2001) explica:

Guardadas as devidas proporções, as mesmas questões surgem a respeito da televisão desde a guerra do Golfo. Onde está a verdade? Agora o telespectador pode dizer: “Vi o que se passou em Kosovo, vi os combates, vi aquela vítima em pessoa cair sob o olho da câmera, ali diante dos meus olhos”. Pois a informação, tal como é enunciada agora, estabelece uma ponte aparente entre o evento longínquo e o sentimento íntimo de cada um, que cria um efeito enganador. Se vejo uma cena que suscita minha emoção, o que me garante que ela é verdadeira? As circunstâncias objetivas que cercam esta cena como evento e como fato material, ou a compaixão que sinto pessoalmente? (p.44).

Quando acontece um fato, se os meios de comunicação disserem que aquela versão é a verdadeira, a mesma será considerada verdadeira. Mesmo que seja apenas *uma* versão de determinado fato. Porque o que é "verdadeiro" para a opinião pública, na maioria das vezes, é o que a mídia acredita como tal. Souza (2000) ilustra:

Recentemente, segundo Mar de Fontcuberta (1993), os news media começaram a difundir relatos de não-acontecimentos, ou seja, a construir, produzir e difundir notícias a partir de factos não sucedidos (como, por exemplo, o Conselho de Ministros não se pronunciar sobre o que nem sequer estava previsto que se pronunciasse), o que minaria aquelas que a autora considera serem as bases tradicionais do jornalismo: realidade, veracidade e atualidade (p.26).

Portanto, como muitas vezes a “verdade” é direcionada e determinada pela mídia, baseada até mesmo em fatos falsos; se o indivíduo quiser verificar as diversas versões de uma informação, deverá confrontar os enunciados produzidos pelos diversos veículos de comunicação, e ainda assim correrá o risco de ter acesso a uma informação homogeneizada, com um foco comum de análise, sem uma postura crítica. Como explica Ramonet (2001):

O que é verdadeiro e o que é falso? Se a imprensa, a rádio ou televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, isto se impõe como verdade... mesmo que seja falso. O receptor não possui outros critérios de avaliação, pois, como não tem experiência concreta do acontecimento, só pode orientar-se confrontando os diferentes meios de comunicação uns com os outros. E se todos dizem a mesma coisa, é obrigado a admitir que é a versão correta dos fatos, a notícia “verdade oficial” (p.62).

Champagne (1996) traz ao debate o fato de que as várias instituições sociais, para se exprimirem e se fazerem ouvir, devem ter seu discurso formalizado pela mídia. Segundo o autor, para sair do anonimato, é necessário ser capaz de produzir alguma coisa que chame atenção dos meios de comunicação de massa.

Para sair do silêncio – muitas vezes mortal do ponto de vista político – da mídia e entrar nessa espécie de “círculo mágico” que coloca um acontecimento, como é bem formulado pela expressão, “sob os holofotes da atualidade”, é necessário ser capaz de produzir alguma coisa que se assemelhe ao que o campo jornalístico percebe, habitualmente, como “evento que mereça a primeira página” (CHAMPAGNE, 1996, p.223).

Além da divulgação pela mídia, não basta ser “visto”, é necessário, ainda, ser “bem visto”. Diante desse cenário, fica claro que mídia e poder estão intimamente ligados na sociedade atual. A mídia é o lugar produtor da evidência e da “verdade”. Por isso a importância de se reconhecer a capacidade midiática de formar opiniões, produzindo redes de significação que influenciam os múltiplos interdiscursos reproduzidos socialmente. Mobilizando várias formas de falar sobre um mesmo assunto, a mídia produz gestos de interpretação esparsos, criando uma rede parafrástica de enunciados, repetindo mais do mesmo (de diferentes formas), retomando sentidos pré-construídos e defendendo os interesses de uma classe social hegemônica.

1.2 MÍDIA, TEMPO E ESPAÇO

Um fator que muito influencia na construção das notícias midiáticas é a questão tempo/espaço. Com o advento das novas tecnologias, como a Internet e a capacidade de se transmitir uma notícia em tempo real, as informações passaram a ser transmitidas “ao vivo” por vários veículos, aumentando a pressão para conseguir o “furo” de reportagem, fazendo com que haja superficialidade na transmissão de alguns fatos e informações.

A mídia, sacrificando-se à ideologia do direto, do ao vivo, do instantâneo, reduz o tempo de análise e da reflexão. O jornalista reage com paixão, instintivamente. Ele abandona as exigências e barreiras da profissão; torna-se uma testemunha a mais... (RAMONET, 2001, p.61).

Nesse contexto, convivendo com uma realidade de maior pressão e de competitividade, alguns veículos de comunicação passaram a retratar os fatos por meio de enunciados superficiais para não perder o “furo da notícia”, isto é, divulgar um fato novo antes de outros veículos midiáticos. Esta situação gera a veiculação de matérias sem profundidade e reflexão, fundamentadas na cultura do espetáculo, onde os enunciados dialogam em um campo ativo, travando batalhas entre as várias posições enunciativas. Segundo Souza (2000):

A pressão do tempo, agudizada pela competitividade, levaria ainda os jornalistas a relatar frequentemente as histórias em situações de incerteza, quer porque nem sempre reúnem os dados desejados, quer porque necessitam de seleccionar rapidamente acontecimentos e informações. O factor tempo impediria também a profundidade... (p.52).

Sobre o espetáculo e a velocidade da produção de notícias, Ramonet (2001) relata que os meios de comunicação se multiplicam produzindo uma grande oferta de enunciados sem uma maior reflexão e aprofundamento devido à alta competitividade do mercado. O autor ilustra esta realidade nas redes de comunicação dos Estados Unidos:

Nas salas de redação das emissoras de tevê mais modernas, os jornalistas redigem o texto e montam as imagens simultaneamente. O risco é que a quantidade de notícias produzidas aumente em volume e acabe numa superabundância de oferta. Essa superabundância se traduz numa multiplicação das transmissões consagradas à atualidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1996, havia apenas, em matéria de informações pela tevê, três jornais da noite, uma rede a cabo e dois programas semanais sobre um determinado assunto. Agora, há três jornais da noite, dez programas de uma hora sobre um determinado assunto, três redes a cabo, três redes de informações econômicas, duas redes de informação esportiva e três sites na Internet com vídeo-imagens (RAMONET, 2001, p.53).

Existem, ainda, casos em que alguns jornalistas, em busca do furo de reportagem ou de uma maior audiência, chegam a inventar histórias espetaculares ou contar fatos distorcidos e inverossímeis:

Esta corrida ao dinheiro, assim como a caça ao furo jornalístico (scoop) e à prioridade da reportagem, provocaram outras derrapagens. As de Patrícia Smith, por exemplo, do Boston Globe, que também não hesitou em inventar testemunhos e declarações para melhor enriquecer e aumentar o interesse de seus artigos. Ela foi demitida em maio de 1998 e

seu colega Mile Barnicle, editorialista há vinte e cinco anos no mesmo jornal, também o foi dois meses mais tarde, acusado de ter inventado totalmente a dolorosa história de duas famílias – uma branca e rica e a outra negra e pobre – que se haviam tornado amigas por causa de uma desgraça comum: os filhos de ambos estavam com câncer... (RAMONET, 2001, p.56).

Por outro lado, as pressões exercidas pelos departamentos comerciais dos veículos de comunicação para produzir notícias vinculadas a interesses políticos e econômicos de uma classe dominante, com o intuito de garantir sua sustentabilidade, fazem com que muitas vezes sejam produzidos enunciados com conteúdos tendenciosos. Existem ainda intimidações que vêm dos grandes grupos midiáticos ou dos acionistas dos veículos de comunicação. Sobre essas pressões, Ramonet (2001) ilustra:

...os jornalistas se preocupam com influências e pressões exercidas sobre o conteúdo da informação, em particular com a publicidade e os anunciantes. “Buscando novos meios de aumentar seu público e sua renda - escreve David Shaw, jornalista do Los Angeles Times- e sob a pressão constante dos gerentes preocupados com seus benefícios, os jornais abaixam ou suprimem o ‘muro’ (the wall), palavra que designa a separação tradicional entre redação e publicidade” (p.54).

Outra questão a ser considerada na produção de notícias são os casos de manipulação das imagens em algumas publicações. Isto porque com o advento das novas tecnologias, como os programas de edição de imagens como o photoshop e coreldraw, os profissionais podem mudar cenários, corrigir imperfeições etc. Não só a manipulação técnica das imagens revela o direcionamento do sentido atribuído às mesmas, mas até mesmo o ângulo ou recorte de uma foto já indica um determinado sentido de representação da realidade (e não outro). Vale lembrar que, segundo Orlandi (2007), estas imagens são construídas para confirmar e reforçar os enunciados verbais, não possuindo sentido por si próprias, mas servindo para reforçar um discurso repetido e instituído, reforçando a mídia enquanto produtora do espetáculo.

Tudo isso muda com as técnicas digitais. Com elas, tudo se torna possível, fácil e barato; todas as modificações de fotos existentes, todas as trucagens, todas as simulações com a ajuda de imagens sintéticas e virtuais: As técnicas digitais – escreve Philippe Quéau – são capazes de modificar tudo sem que possamos defender-nos... (RAMONET, 2001, p.70).

Como já apontado, os veículos de comunicação, pressionados pelo tempo, pela concorrência e pela busca da audiência acabam, muitas vezes, direcionando as possibilidades de interpretação de fatos e imagens. A construção de sentidos nestes enunciados é movida por batalhas discursivas que são motivos de disputa e de controle por meio da dominação, da interdição e até mesmo das segregações do discurso. Verifica-se, então, que a mídia pode produzir significações deturpadas e não aprofundadas que acabam por regulamentar e articular aquilo que pode e deve ser dito em determinado momento histórico da produção de sentidos, defendendo interesses econômicos e políticos de uma classe social dominante.

Conforme será aprofundado no segundo capítulo, vale lembrar que a informação midiática é um gênero discursivo que trabalha a partir de alguns mecanismos para produzir a paráfrase⁹. Por meio da preocupação com datas, locais, com a concisão, com o uso do imperativo e com a “objetividade”, é possível pensar em uma “verdade” midiática que não gera questionamentos ou possibilidades de reinterpretação. Estas estratégias estimulam a falta de reflexão, o não questionamento e a não implicação do sujeito, com a função de transmitir os dados da forma mais “objetiva” possível ao público leitor. Por isso a importância de se entender alguns mecanismos que compõem as formações discursivas produzidas pela mídia, desenvolvendo estratégias contra a falta de reflexão e a passividade do espectador diante do jogo de enunciados fragmentados e dispersos.

1.3 MÍDIA E OPINIÃO PÚBLICA

Existe uma grande influência dos veículos de comunicação na produção de enunciados que formam a opinião pública. Uma das correntes mais recentes nos estudos de comunicação para analisar esta influência é a teoria do agendamento, que surgiu na década de 70 e procura explicar os efeitos cumulativos na opinião pública que resultam da abordagem de assuntos pautados por parte dos veículos de comunicação.

⁹ Conforme será aprofundado no segundo capítulo deste trabalho, a paráfrase, conceito da análise de discurso francesa, é apresentada discursivamente na mídia através do retorno constante a um mesmo espaço e sentido já ditos. Ela seria o “dado” em uma posição enunciativa. Mesmo mudando a forma de dizer, ela fortalece um mesmo sentido, reforçando o assujeitamento ao comando do dizer.

O primeiro trabalho sobre a teoria do agendamento¹⁰ abordou a questão da influência dos veículos de comunicação na opinião pública durante as campanhas políticas presidenciais norte-americanas. Para definir conceitualmente a teoria do agendamento, Traquina (2000) explica:

A ideia básica da teoria poderá ser resumidamente apresentada da seguinte maneira: a capacidade dos media em influenciar a projecção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media... (p.14).

McCombs e Shaw concluíram, no princípio dos estudos da teoria do agendamento, que a agenda dos veículos de comunicação influía na opinião e na posição do leitor. A partir da constatação destes autores, a teoria passou a dominar as pesquisas de comunicação. Conforme afirma Traquina (2000): “...assim, McCombs e Shaw abriram novas linhas de investigação que vieram a motivar a produção de mais de 200 artigos e livros” (p.18). Os objetivos de vários estudos trabalharam a hipótese de que existe uma relação causal entre agenda midiática e agenda pública. Como explica Traquina (2000):

Utilizando uma metodologia experimental onde diferentes grupos de pessoas foram expostos a noticiários televisivos diferentes, uns alterados pelos pesquisadores com o intuito de introduzir notícias sobre a questão da defesa nacional, Iyengar, Petters e Kinder (1982-91) confirmaram a hipótese teórica do agendamento (p.32).

Os teóricos que trabalham a questão do agendamento procuram, então, explicar a influência dos enunciados produzidos pela mídia, entendendo como eles são construídos e apropriados pelos veículos de comunicação com o intuito de formar opiniões, produzindo redes de significação dominantes. Contudo, já em 1976, verificou-se que o agendamento nem sempre dá certo em relação a todas as pessoas ou se tratando de todos os assuntos.

Segundo Traquina (2000), outra constatação da teoria do agendamento é que o efeito da agenda midiática varia segundo o assunto. Os enunciados que abordam temáticas que as pessoas possuem maior familiaridade são os mais fáceis de serem agendados pela mídia. Já as temáticas que não fazem parte do cotidiano das pessoas, como, por exemplo,

¹⁰ Estudo produzido por McCombs e Shaw em 1972.

questões da economia e da política, não serão tão fáceis de serem agendadas pelos veículos de comunicação.

Outra conclusão da pesquisa sobre o agendamento é a de que o efeito da agenda jornalística também varia segundo a natureza do assunto, distinguindo entre questões para as quais as pessoas podem mobilizar a sua experiência directa, por exemplo questões económicas, e questões distantes das pessoas, que delas não têm experiência directa, por exemplo, questões de política externa (TRAQUINA, 2000, p.34).

Outros autores também apontam para a importância da natureza envolvente ou não envolvente do acontecimento para o agendamento da opinião pública.

Num estudo sobre as campanhas de relações públicas de diversos países (Argentina, Indonésia, Coreia do Sul, entre outros), Manheim e Albritton (1984) sublinham a natureza não envolvente da política externa como um factor que explica o êxito dessas campanhas, como escrevem o efeito e agendamento conseguido, nomeadamente, a mudança da imagem do país (TRAQUINA, 2000, p.37).

A forma como ocorre esta construção da realidade por meio da produção de enunciados que direccionam determinados gestos de interpretação é o trabalho da análise de discurso, que pode observar como se dá o agendamento de temas que pautam o quotidiano das pessoas. Ao produzir um enunciado, os veículos midiáticos produzem redes de significação que, por sua vez, produzem gestos de interpretação que provocam no sujeito que lê uma falsa noção de autonomia, que o faz pensar que ele é a origem do seu dizer. (ORLANDI, 2007).

Esta é a forma como a mídia conduz a interpretação: pela via da materialidade linguística, vinculada a um contexto simbólico, económico, cultural, social e histórico específicos. Ao seleccionar assuntos que trabalharão determinadas temáticas, a mídia desempenha um importante papel na produção de sentidos e na formação da opinião pública.

Ao divulgarem aquilo que os candidatos vão afirmando durante uma campanha, os media podem muito bem determinar quais são as questões importantes, ou seja, podem estabelecer a “agenda da campanha” (TRAQUINA, 2000, p.42).

Segundo os estudos da teoria do agendamento, há provas suficientes de que os media desempenham um papel fundamental nas produções de sentidos e percepções da realidade social, pautando temas que farão parte da agenda de discussão da opinião pública.

Todos os dias, os “gatekeepers” dos sistemas dos media noticiosos têm de decidir quais os itens a deixar passar ou a rejeitar. E mesmo os que passam neste crivo “gate” são tratados de forma desigual na sua apresentação ao público. Alguns são tratados extensivamente, outros severamente cortados. Alguns são temas de destaque em um noticiário, outros surgem no final do seu alinhamento. Os jornais afirmam claramente a sua valoração de um assunto através do tamanho do título e da sua localização em termos de paginação. A tese do agendamento defende que os públicos decidem a saliência de cada assunto a partir desses julgamentos veiculados pelos media noticiosos, incorporando na sua agenda pessoal uma escala de pesos semelhante (TRAQUINA, 2000, p.65).

Os enunciados produzidos pelos veículos de comunicação de massa mostram que o discurso não serve apenas para se comunicar, mas que ele é, ao mesmo tempo, um objeto histórico, ideológico, simbólico e político situado em um determinado contexto social. A teoria do agendamento explica esta influência da mídia pautando temas importantes para produção de redes de significação e para a formação da opinião pública, vinculando representações que normalmente defendem os interesses de uma classe social dominante.

1.4 MÍDIA E A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Segundo Debord (1997), tudo o que é vivenciado nas sociedades modernas se apresenta como espetáculo, já que os fatos cotidianos são transformados em verdades a serem consumidas, relatadas em enunciados fragmentados e desconexos.

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação (DEBORD, 1997, p.13).

E a mídia também atua neste sentido, produzindo enunciados dispersos, transformando os acontecimentos discursivos em espetáculos, fazendo com que o indivíduo perca sua capacidade de reflexão frente ao jogo de notícias e de imagens sem profundidade, que buscam apenas chamar a atenção. Para Debord (1997), o espetáculo se apresenta por meio das imagens que fazem com que as pessoas produzam uma opinião generalizada sobre os enunciados construídos pela mídia, tendo como princípio fundamental a mercadoria.

“O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p.14). Segundo o autor, o principal órgão de sentidos na sociedade do espetáculo é a visão, já que, através dela, o espectador percebe um emaranhado de imagens que traduzem significados dispersos, difusos e reificados. A palavra pode portar a dúvida, mas a imagem aparece instantaneamente, como uma certeza que serve para comprovar o que é a “verdade”. O espectador olha a imagem e se certifica do que é “real”.

Na sociedade do espetáculo, a imagem aparece como transparente e como sinônimo de verdade, já que ela serve para comprovar os enunciados verbais. Ela pode ser manipulada não apenas por meio da utilização de programas gráficos e visuais, mas também através do ângulo ou do recorte de uma determinada fotografia.

Segundo Debord (1997), o espetáculo é, então, o resultado e o projeto do modo de produção atual, representado principalmente pelas imagens, e se constitui como modelo para a vida em sociedade, sendo autônomo e interferindo reciprocamente na construção da realidade. Para que o espetáculo se efetive de forma eficiente é preciso que haja o consenso produzido pela mídia a partir de enunciados e imagens fragmentadas que levam o sujeito a realizar determinados gestos de interpretação.

O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. A expansão econômica é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original (DEBORD, 1997, p.24).

Por meio da alienação¹¹ fomentada no espetáculo, as pessoas passam a aceitá-lo de forma passiva, mantendo as coisas como estão e favorecendo a dominação. O agente do espetáculo, na sociedade atual, passa a renunciar a toda sua autonomia para se identificar com a lei geral de obediência e consenso, tendo como princípios fundamentais o consumo - que se mostra teoricamente de forma acessível a todos, e a ilusão de decisão - a pessoa acredita que é dona de sua própria vontade. Como explica Debord (1997):

Como vedete, o agente do espetáculo levado à cena é o oposto do indivíduo, é o inimigo do indivíduo nele mesmo tão evidentemente como nos outros. Aparecendo no espetáculo como modelo de identificação, ele renunciou a toda qualidade autônoma para identificar-se com a lei geral de obediência ao desenrolar das coisas. A vedete do consumo, embora represente exteriormente diferentes tipos de personalidade, mostra cada um desses tipos como se tivesse igual acesso à totalidade do consumo, e também como capaz de encontrar a felicidade nesse consumo. A vedete da decisão deve possuir o estoque completo do que foi admitido como qualidades humanas. Assim, entre elas as divergências oficiais são anuladas pela semelhança oficial, que é a pressuposição de sua excelência em tudo... (p.40).

Neste contexto, o indivíduo, preso às imagens e à mercadoria como valor maior, acaba sendo anulado em detrimento de uma semelhança generalizada, perdendo a capacidade de se comunicar e vivendo, segundo Walter Benjamin (1994), uma pobreza de experiência. Diferentemente dos significados produzidos pelo emaranhado de imagens do espetáculo, que reforçam um sentido já dito, a experiência, segundo o autor, é a possibilidade do sujeito se colocar e elaborar significados novos, por meio do uso da palavra em detrimento de sentidos formatados e pré-construídos.

Para Benjamin (1994), a experiência seria a possibilidade de o indivíduo elaborar suas vivências, construindo, por meio da narrativa e do discurso, outras significações. O autor assim classifica a experiência:

...tais experiências nos foram transmitidas de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos... Sabia-se exatamente o significado da experiência; ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa,

¹¹ Debord (1997) refere-se ao termo alienação como o estágio final do gradual processo de fragmentação verificado nas sociedades dominadas pela ditadura da produção. Para o autor, este processo se dá em decorrência dos inúmeros estímulos produzidos pelo espetáculo. A incapacidade de compreender a sucessão de acontecimentos, vividos de forma difusa e fragmentada, por meio das imagens, caracteriza o sujeito como um observador apático e alienado, seduzido pelo impacto do fetichismo da mercadoria.

com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos... (BENJAMIN, 1994, p. 114).

Estas experiências, anteriormente transmitidas por meio da narração e contadas pelos adultos para as próximas gerações, possibilitavam ao sujeito a elaboração dos sentidos de cada história para construir outros significados contextualizados em suas vivências pessoais. A elaboração da experiência não acontecia devido à absorção de um significado dado. Ela se efetivava por via da palavra e da linguagem. O compartilhamento da experiência possibilitava a própria transmissão do patrimônio cultural. Contudo, segundo Benjamin (1994), na sociedade contemporânea ficamos pobres de experiência, abandonando as peças do patrimônio humano e da transmissão da cultura e da própria experiência por meio do discurso.

...Aqui se revela, com toda clareza, que nossa pobreza de experiências ou apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?... Quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1994, p. 115).

Agamben (2005) reafirma que todo o discurso sobre a experiência deve partir da verificação de que ela não é algo dado e que, assim como Benjamin (1994) já havia constatado, a sociedade está cada vez mais pobre de experiências partilháveis.

Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado a fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo. Benjamin, que já em 1933 havia diagnosticado com precisão esta “pobreza de experiência” da época moderna, indicava suas causas na catástrofe da guerra mundial, de cujos campos de batalha “a gente voltava emudecida, não mais rica, porém mais pobre de experiências partilháveis”... (AGAMBEN, 2005, p.21).

Para Agamben (2005), para que aconteça, na atualidade, o esvaziamento da experiência, não é necessário uma catástrofe, já que a existência cotidiana em uma grande cidade já seria suficiente. Logo, o cotidiano do homem contemporâneo não contém quase nada que seja experiência: tudo são fatos ou eventos pontuais.

Benjamin (1994) afirma que a barbárie de uma sociedade pobre de experiência impele o sujeito a continuar contentando-se com pouco, sem ter uma postura crítica sobre sua própria realidade. Para ilustrar a pobreza de experiência da sociedade atual, o autor cita o caso dos ex-combatentes que voltaram silenciosos dos campos de batalha após a Primeira Guerra Mundial e não conseguiram narrar as experiências de guerra.

Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca... Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras... (BENJAMIN, 1994, p. 115).

Os ex-combatentes não podiam vivenciar a experiência da guerra porque já havia um discurso construído e cristalizado sobre a mesma, que eles repetiam sem uma reflexão maior e sem se colocar em suas falas. Neste caso, eles não narraram a experiência, apenas informaram um fato. Os livros de guerra traziam um discurso pronto, sem dar espaço para relatos em que os sujeitos de fato construíssem suas próprias significações. Neste contexto da pobreza da experiência, assumir tal situação não significa, para Benjamin (1994), que os homens desejam novas experiências; ao contrário, significa que:

...eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes, podemos afirmar o oposto: eles “devoraram” tudo, a “cultura” e os “homens”, e ficaram saciados e exaustos... (BENJAMIN, 1994, p. 118).

Refletindo sobre esta realidade, Benjamin (1994) afirma que vivemos o repasse de informações por meio do discurso informacional, cristalizado e reificado, difundido pelos meios de comunicação de massa, o que não colabora para que o sujeito elabore sua experiência. Segundo o autor, a difusão da informação é responsável pelo declínio do espírito da narrativa e, conseqüentemente, pela pobreza da experiência.

Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações... (BENJAMIN, 1994, p. 203).

Nas notícias divulgadas pelos meios de comunicação, no contexto da sociedade do espetáculo, os fatos já chegam acompanhados de explicações e de imagens que comprovam a sua veracidade. Para o autor, isso não dá margem para o sujeito ir além e elaborar sua experiência. As informações já vêm com dados e imagens explicativas e cabe ao sujeito aceitar sua veracidade. Assim, os veículos de comunicação, ao trabalhar com enunciados comprovados, passaram a reduzir a potência de interpretação do sujeito que lê.

No contexto da sociedade do espetáculo e da pobreza de experiência, o funcionamento da mídia se dá para garantir a fabricação do consenso e da mercadoria como maior valor, por meio da produção de um discurso ininterrupto. Nunca o espetáculo midiático teve tanto poder, organizando a passividade por meio da produção de enunciados desconexos. Assim, a mídia acaba reforçando a alienação por meio da produção de gestos de interpretação que remetem a determinados significados que invadem todos os domínios (arte, economia, política, vida cotidiana etc...).

A comunicação teria uma determinada função social, colocando em circulação a informação para a ampliação da opinião pública, tornando público o que é relevante para que o cidadão possa se situar sobre os debates de interesse coletivo. Contudo, segundo Silva (2002), o sensacionalismo é uma das principais características da grande imprensa devido às determinações empresariais, políticas e econômicas de uma classe social dominante.

A mídia parte, assim, de uma questão que ela, ao responder, por meio da produção de enunciados e de imagens fragmentados, reverte para o leitor como se a mesma fosse dele, gerando o consenso e a alienação já argumentada por Debord (1997) em sua reflexão sobre a sociedade do espetáculo. Uma das grandes expressões do espetáculo da mídia é o jornalismo sensacionalista.

1.5 JORNALISMO SENSACIONALISTA: RETROSPECTIVA HISTÓRICA E CARACTERÍSTICAS

Vários pesquisadores do campo da comunicação¹² inauguraram reflexões sobre a imprensa apontando a questão do entretenimento e do espetáculo como valor essencial para manter o interesse do público pela informação - transformada em mercadoria. Neste contexto, surge o termo sensacionalista para adjetivar uma publicação com uma discursividade espalhafatosa, recheada de escândalos e com enunciados que abordam conteúdos que chocam e que chamam a atenção do público leitor.

O *Daqui*, objeto de análise desta pesquisa, se enquadra dentro das características discursivas deste tipo de veículo de comunicação. Lançado em 2007, apresentando manchetes com enunciados e imagens sensacionalistas, ele já atingiu a impressionante marca da primeira maior tiragem de jornais impressos de Goiás, sendo distribuído somente na cidade de Goiânia e região metropolitana.

Existiria uma diferença da imprensa sensacionalista, também conhecida “imprensa marrom”, com características como o entretenimento e o espetáculo, que busca a veiculação de informações atraentes “a qualquer preço”, para um modelo mais sério, que faria a cobertura de notícias com maior investigação e aprofundamento. Segundo Aguiar (2008):

Em síntese: podemos entender que a discussão se apresenta como uma oposição entre, de um lado, a seriedade como um modelo de produção da informação e, de outro, o entretenimento enquanto um modo de construção da linguagem jornalística capaz de atrair mais leitores e viabilizar economicamente a imprensa (p.2).

Na definição de Angrimani (1995), o sensacionalismo presente neste tipo de jornalismo seria a materialização de uma encenação que se desconecta do real e adquire vida, como em um espetáculo, dando uma maior dimensão a uma informação ou notícia por meio da produção de enunciados e imagens que extrapolam o fato e cometem o exagero. Assim, o sensacionalismo poderia ser definido como:

...tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se

¹²Aguiar (2008), Angrimani (1995), Amaral (2006 e 2010) e Barbosa (2008).

de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com o fato e a “notícia” é elaborada como mero exercício ficcional (ANGRIMANI, 1995, p.16).

Ainda segundo o autor, por possuir tais características, como o exagero e o sensacional, o termo pode ser considerado como um adjetivo pejorativo, convocando uma visão negativa para o meio de comunicação que adota esta discursividade.

No jornalismo sensacionalista, muitas vezes, existe também uma inadequação entre manchete, enunciado e imagem, o que poderia dar ainda maior descrédito para a notícia. Isto porque a manchete deve chamar a atenção do público leitor, se utilizando de artifícios como a ironia, a metáfora e o jogo com as palavras, que muitas vezes não condizem com o contexto da matéria em si, mas que serve para aguçar a curiosidade do espectador - que comprará o jornal em razão da curiosidade que esta manchete lhe provoca. Angrimani (1995) explica:

Isto porque a manchete, dentro da estratégia de venda de uma publicação que adotou o gênero sensacionalista, adquire uma importância acentuada. A manchete deve provocar comoção, chocar... São elementos que nem sempre estão presentes na notícia e dependem da “criatividade” editorial (p.16).

Logo, nos jornais sensacionalistas, os enunciados, veiculados como espetáculo, trabalham a partir de uma discursividade que utiliza estratégias que facilitam a sedução do leitor, como o uso de manchetes com quadros coloridos e letras grandes, notícias pautadas nos significantes “violência, erotismo e futebol”, publicando o que supostamente estaria mais próximo da realidade de seu público.

O não aprofundamento das informações em uma notícia também é uma característica presente nos jornais sensacionalistas. Segundo Aguiar (2008), a imprensa sensacionalista realiza uma singularização exagerada dos fatos, reforçando o senso comum e percebendo a vida social como “um agregado de eventos independentes”.

O jornal sensacionalista acaba realizando um processo de singularização extremada dos fatos, reforçando as categorias da lógica do senso comum que percebe a vida social como um agregado de eventos independentes, na qual utiliza a norma e o desvio como padrões éticos de referência e

assume a oposição ordem *versus* perturbação como categorias de análise (AGUIAR, 2008, p.7).

Para Aguiar (2008), o discurso sensacionalista se configurou como uma das mais eficientes estratégias para seduzir e fascinar o público, visto sua alta potencialidade para o entretenimento. Contudo, segundo Amaral (2006), existem outros recursos, além do sensacionalismo, que estão presentes em alguns destes produtos jornalísticos e que também merecem destaque. Estes recursos estão baseados em *Modos de Endereçamento* para se atingir o público leitor a partir de uma estética e de uma matriz cultural diferenciada. Para se pensar estes endereçamentos, seria necessário traçar o perfil do público do jornalismo sensacionalista. A autora explica:

Ao abordarmos os *Modos de Endereçamento* de um jornal, podemos questionar como ele constrói um caminho até o seu leitor: A quem o jornal é endereçado? Quem o jornal pensa que seu público é? E quem esse jornal deseja que o leitor seja? (AMARAL, 2006, p.6)

A imprensa sensacionalista, ao se utilizar dos *Modos de Endereçamento* para construir e ampliar a relação estabelecida com o leitor, pensaria o perfil de seu público, buscando publicar notícias com enunciados que atrairiam maior atenção e interesse do mesmo, por meio de conclusões sobre seus desejos e anseios. Contudo, Amaral (2006) alerta que há o risco de se criar uma falsa expectativa sobre os interesses do público leitor, por meio da construção de uma imagem que não corresponde aos seus reais desejos.

A origem do jornalismo impresso sensacionalista é difícil precisar. Segundo Angrimani (1995), o sensacionalismo parece ter se enraizado na imprensa desde seus primórdios. Para ilustrar sua argumentação, o autor exemplifica o surgimento da imprensa na França e nos Estados Unidos:

Ao se analisar a origem da imprensa em dois países diferentes: França e Estados Unidos, verifica-se que o sensacionalismo está ali, na origem do processo. Na França, por exemplo, entre 1560 e 1631, aparecem nos primeiros jornais franceses – “Nouvelles Ordinaires” e “Gazette de France” (ANGRIMANI, 1995, p.19).

Segundo o autor, o *Gazette*, um dos primeiros jornais franceses, criado entre 1560 e 1631, já se parecia com os jornais sensacionalistas da atualidade, apresentando notícias

com enunciados que agradavam a todos os gostos, com escândalos, manchetes que exaltavam a violência etc.

Antes mesmo do *Nouvelles Ordinaires* e *Gazette*, primeiras expressões do jornalismo da França, haviam brochuras, chamadas de *Occasionnels*, onde predominavam o exagero, as imprecisões e os *fait divers*¹³. No século XIX, os *Occasionnels* foram substituídos pelos *Canards*¹⁴. Segundo Angrimani (1995), os *Canards* mais procurados eram os que relatavam *fait divers* criminais. Eles eram considerados uma forma de entretenimento para os leitores, que os levavam para bares, para seus lares e para outros locais públicos e falavam dos assuntos pautados pelos mesmos, que, em sua maioria, continham temas absurdos e exagerados.

Esta maneira de fazer jornalismo também ganhou impulso e confirmação nos Estados Unidos. O primeiro jornal editado no país, o *Publick Occurrences*, já apresentava características sensacionalistas. Em sua primeira edição, este jornal, publicado por Benjamin Harris, em 1690, relatava:

uma epidemia de sarampo que atingia Boston, chamava os índios de “selvagens miseráveis” e relatava uma cascata (história inventada para preencher espaço no jornal), onde dizia que o rei francês tinha tomado “liberdades imorais” com a mulher do príncipe e que, por isso, “o príncipe tinha se ofendido” (ANGRIMANI, 1995, p.20).

No final do século XIX, surgiram dois jornais nos Estados Unidos, o *New York Word* e o *Journal*, que moldaram o gênero sensacionalista com características que são utilizadas até os dias atuais. O *New York Word*, por exemplo, foi o primeiro jornal em cores, com “olhos”¹⁵, reportagens e manchetes sensacionais, cruzadas com apelo popular e amplas ilustrações (ANGRIMANI, 1995, p.20).

Após seu lançamento nos Estados Unidos, os jornais *Word* e *Journal* passaram a se enfrentar para conquistar maior público, utilizando-se do sensacionalismo. Angrimani (1995) relata que o termo “imprensa amarela” surgiu deste período. Isto porque o *Word* publicava uma história em quadrinhos em que o personagem principal era um menino vestido com uma camisola amarela¹⁶. O personagem tornou-se um símbolo para os críticos

¹³ *Fait divers* é uma palavra francesa que indica uma notícia ou nota que busca provocar empatia no leitor, relacionando o ordinário e o extraordinário. Suas características são o imediatismo, a estrutura fechada e o não aprofundamento sobre os fatos. Ele possui aspectos próximos ao folhetim ou às novelas.

¹⁴ Jornais populares com uma página, com título, ilustração e texto.

¹⁵ Textos curtos ao lado do logotipo do jornal.

¹⁶ Por causa de sua roupa, o menino de camisola amarela ficou conhecido como “Yellow Kid”.

do estilo sensacionalista, que passaram a se referir a estes jornais de forma pejorativa, classificando-os como “imprensa amarela”.

Contudo, conforme relata Angrimani (1995), mesmo com as críticas, a “imprensa amarela” conquistou uma circulação espantosa para a época, com tiragens de até um milhão de exemplares por dia. Algumas de suas características: manchetes escandalosas, com letras largas, impressas em preto ou em letras vermelhas; notícias contendo enunciados apresentando fatos sem importância ou distorcidos; uso abusivo de ilustrações inadequadas; apresentação de falsas histórias; quadrinhos coloridos; artigos superficiais; além de campanhas contra abusos sofridos por pessoas comuns, colocando o repórter “a serviço do consumidor”.

No Brasil, o termo “imprensa amarela” foi apropriado e readaptado para “imprensa marrom” para rotular negativamente um veículo de comunicação. “No Brasil, quando se quer acusar pejorativamente um veículo, o termo utilizado é ‘imprensa marrom’, possivelmente uma apropriação do termo francês para procedimento não muito confiável”. (ANGRIMANI, 1995, p.22).

Segundo Barbosa (2008), no Rio de Janeiro, já no início do século, os escritores atestavam o gosto popular por uma literatura “sarrabulhenta”, por notícias hediondas e tragédias violentas, que apresentavam espetáculos grotescos da morte, fatos espetaculares, com aquilo que fugia à normalidade. A autora relata que somente com a introdução de notícias sensacionalistas é que os jornais diários atingiam impressionantes tiragens, como, por exemplo, o *Jornal do Brasil*, que em 1905 atingiu a marca de 60 mil exemplares em uma cidade de cerca de 500 mil habitantes.

Abandonando as longas digressões políticas, os jornais passaram a destacar, em manchetes graficamente chamativas, em páginas inteiras editadas com profusão de ilustrações e fotografias, aquilo que eles mesmos classificavam como notas sensacionais. (BARBOSA, 2008, p.2)

Em outubro de 1963, em São Paulo, surge o *Notícias Populares*, a primeira expressão oficial do jornalismo impresso sensacionalista do Brasil. Segundo Angrimani (1995), o *Notícias Populares* imitou as publicações sensacionalistas norte-americanas, trazendo em seus enunciados uma abordagem caracterizada pelo escândalo, pela violência e pela sexualidade, buscando atrair a atenção do leitor e aumentar as vendas nas bancas de revistas.

Este tipo de publicação ganhou força no país e atualmente são vários os veículos de comunicação que possuem estas características, como, por exemplo, o jornal *Daqui*. Apesar de expressivo número de vendas, Angrimani (1995) relata que a segmentação de mercado muitas vezes oferece um lugar secundário ao jornal sensacionalista, por ele ser produzido para um público de baixo poder aquisitivo e de formação cultural precária.

Estes veículos rotulam um perfil para seu público leitor - caracterizado como alienado; passivo e desprovido de interesse sobre os fatos políticos ou econômicos; sem capacidade de refletir de forma aprofundada sobre os acontecimentos; atraído por informações com uma discursividade rasa, fundamentada no exagero e até mesmo inverossímil. Estes leitores, mobilizados pela cultura do espetáculo, se comportariam de forma passiva e acabariam desprovidos de qualquer possibilidade de posicionamento frente aos debates relevantes para a opinião pública.

Ao pensar sobre as características do jornalismo sensacionalista, Angrimani (1995) identifica como uma das principais marcas de seu discurso da linguagem-clichê, caracterizadas pela exaltação de um sentido já sedimentado no imaginário social, com particularidades como o exagero, a emoção, o não aprofundamento, a informação descontextualizada, o extraordinário e a produção discursiva na perspectiva trágica, erótica, insólita, fantástica, violenta etc. Utilizada como estratégia de promoção de um veículo sensacionalista, a linguagem clichê não admite distanciamento do público-alvo; pelo contrário, busca chamar a atenção do leitor por meio do envolvimento e do escândalo. Como explica o autor:

...a linguagem editorial sensacionalista é a do clichê. O sensacionalismo não admite distanciamento, neutralidade, mas busca o envolvimento, busca “romper o escudo contra as emoções fortes”. É preciso chocar o público. Fazer com que as pessoas se entreguem às emoções e vivam com os personagens. A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação (ANGRIMANI, 1995, p.20).

Angrimani (1995) reforça a ideia da linguagem-clichê como principal marca do jornalismo sensacionalista, sendo exatamente o que o distinguiria do jornalismo “sério” ou “comum”:

Os meios de comunicação não sensacionalistas utilizam principalmente a linguagem sóbria para passar seu conteúdo informativo, podendo correr em alguns casos isolados “derrapagens” que conduzem a

“contaminações” pelo clichê. Já o veículo sensacionalista opera principalmente com a linguagem-clichê e é esta a característica primordial que o distingue do informativo comum (ANGRIMANI, 1995, p.152).

Outra característica do discurso deste tipo de publicação é a oralidade. Em estudo realizado sobre o *Notícias Populares*, Dias (1996) confirma que as gírias, palavrões, lugares comuns e expressões vulgares compõem o estilo sensacionalista deste tipo de jornalismo. Estas publicações enveredam, em termos de linguagem, por um dialeto social popular, caracterizado pela oralidade.

Segundo a autora, a oralidade no jornalismo sensacionalista se dá pela busca da identificação entre a linguagem do jornal e a do público leitor. Para exemplificar sua afirmação, ela ilustra que os redatores do *Notícias Populares* “demonstram estar sempre em dia com a gíria, com as expressões da moda, inclusive com a transcrição de pronúncias do povo” (DIAS, 1996, p.46).

Dias (1996) relata que o uso de gírias, como “soltar a franga” e a presença de marcador conversacional (exemplo: e aí), característico de narrativas orais, diferenciam e marcam o discurso dos jornais sensacionalistas, como no caso do *Notícias Populares*. Segundo a autora, neste tipo de jornalismo “...as aproximações com a língua falada são buscadas intencionalmente e constituem a tônica de seu discurso, razão pela qual ele se afasta das normas previstas pelos Manuais” (DIAS, 1996, p.49).

Para Dias (1996), o discurso sensacionalista corre um risco, já que o mesmo pode levar à ficção exacerbada e à banalização da violência. Barbosa (2008) também alerta que um dos principais conteúdos do discurso do jornalismo sensacionalista é a questão da violência.

Ainda que o conteúdo do sensacionalismo seja definido como *fait divers*, entendendo-se como tal a idéia de notícias variadas de importância circunstancial, constituindo-se em elemento fundamental para promover o entretenimento no noticiário (Dejavite, 2001), a rigor, o que domina esse tipo de notícia é a questão da violência (BARBOSA, 2008, p.10).

Portanto, ainda que não seja o único conteúdo apresentado nos veículos de comunicação sensacionalistas, a violência é um dos aspectos mais destacados nos mesmos. Ela aparece romantizada e de forma melodramática no cotidiano do público, trabalhando dentro da dicotomia: bem e mal; frieza e maldade etc. Outra questão levantada por Dias

(1996) é a construção, por parte destes veículos, de estereótipos em relação às injustiças sociais e a banalização da imagem da violência.

Esse discurso assim construído tem, é certo, sua dose de risco: frequentemente ele pode levar ao sensacionalismo e daí à sua consequência mais danosa, ou seja, a banalização da imagem da violência, integrando-a no dia-a-dia da vida urbana, não raro até pelo recurso da malícia e do humor (DIAS, 1996, p. 172).

Trabalhando com fortes emoções e sentimentos, os jornais sensacionalistas utilizam estratégias discursivas que fazem com que o leitor se posicione com relação às notícias apresentadas de forma afetiva, aumentando ainda mais o vínculo entre o público e o jornal, como explica Barbosa (2008):

Os leitores tomam partido na trama, colocando-se ao lado da vítima, condenando o ato bárbaro, expressando sua solidariedade ou repulsa. Julgando ou inocentando, assumem muitas vezes a posição de juiz na trama relatada, o que é incentivado pelo próprio periódico (p.8).

Amaral (2010) também ressalta algumas das características do discurso do jornalismo sensacionalista: a tematização de dramas cotidianos, a confluência do público e o privado, o desenvolvimento de solidariedades baseadas no local, a ligação entre problemas sociais e dramas pessoais, a apresentação de personagens reais para a ilustração das notícias, entre outras.

Como estratégia discursiva para atrair o público leitor, este tipo de veículo de comunicação valoriza o cotidiano, o sentimento e a subjetividade do leitor, fazendo com que o público se reconheça individualmente nas notícias divulgadas, em um processo em que o interesse individual supera o interesse público. Como explica a autora:

Os assuntos públicos são muitas vezes ignorados, o mundo é percebido de maneira personalizada e os fatos são singularizados ao extremo. O enfoque sobre grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal. O público leitor, distante das esferas de poder, prefere ver sua cotidianidade impressa no jornal e a informação é sinônimo de sensação e da versão espetacularizada das diferentes realidades individuais (AMARAL, 2006, p.8).

Conforme já dito anteriormente, os jornais sensacionalistas também se utilizam de vários *Modos de Endereçamento* na produção de seus enunciados. Cada um destes modos é passível de uma análise profunda, não diluída em um único conceito. Um endereçamento apontado por Amaral (2006) é a superposição entre o interesse público e o interesse humano. Segundo a autora, este tipo de jornalismo enfatiza matérias de interesse humano que assumem a função de entretenimento e espetacularização, fazendo com que o interesse individual suplante o interesse público.

Muitas vezes, o segmento popular da grande imprensa enfatiza matérias de interesse humano que, ao serem personalizadas e descontextualizadas, assumem a função de entretenimento e espetacularização. Muitas vezes, constatamos o tratamento da informação de um ponto de vista tão particular e individual que mesmo que ela diga respeito a grande parte da sociedade, sua relevância se evapora. Outras vezes, o interesse do público suplanta o interesse público não somente em função da temática da notícia, mas pela forma como ela é editada, a partir da individualização do problema, o que dá a sensação de que o jornalismo não se realiza (AMARAL, 2006, p.9).

Outra forma de endereçamento do jornalismo sensacionalista é a mudança no critério de adoção de fontes. Estas fontes, ao invés de explicar o que ocorre na sociedade, assumem a função de testemunhar, de autenticar o acontecimento ou de gerar sensações. Em outros casos, Amaral (2006) afirma que se toma o hábito da utilização exagerada de declarações das autoridades (principalmente policiais) como práticas e as fontes falam apenas para dar credibilidade a estas autoridades. A consequência deste alto grau de dependência de declarações de autoridades pode levar a uma cobertura enviesada, que não dá espaço para que outras personagens possam se colocar diante dos fatos retratados nas notícias.

Uma outra prática característica deste tipo de publicação é a prestação de serviços assistencialistas. “Nota-se que os programas e jornais precisam se tornar imprescindíveis à vida do público. Entretanto, a prestação de serviços muitas vezes interpela o público muito mais como consumidor do que como cidadão” (AMARAL, 2006, p.9). Um outro modo de endereçamento é a denúncia como prática frequente, evidenciando a preocupação com o espetáculo em detrimento da informação de qualidade e da preservação dos direitos humanos.

O descumprimento de um dos Direitos Fundamentais, previsto na Constituição Federal, como a presunção da inocência que prevê que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, é muito comum nesses produtos. Evidencia a preocupação com o espetáculo em detrimento da boa informação e da preservação dos direitos fundamentais (AMARAL, 2006, p.9).

O autor ainda lembra a espetacularização e a grande exposição das celebridades feitas pelos veículos de comunicação sensacionalistas, o que evidencia que estes produtos são construídos “em uma fronteira tênue entre jornalismo e entretenimento” (AMARAL, 2010, p.9). Analisando o perfil do leitor deste tipo de jornalismo, tomando como referencial o jornal *Notícias Populares*, Dias (1996) afirma que existe a preferência pelas editoriais “Polícia” e “Esportes”, em detrimento de notícias como as de economia ou política.

Ao examinarmos o perfil do leitor, vemos a preferência pelas editoriais “Polícia” e “Esportes” reafirmar o sucesso da fórmula crime-lazer (neste último, principalmente, sexo e esportes) adotada pelo periódico desde sua proposta inicial. A presença de um percentual significativo de leitores despolitizados (70%) revela que tal estratégia se tem mostrado eficiente para atrair a atenção dessa parcela da população e, que, portanto, a intenção do jornal de dar importância menor ao aspecto político é um dado atualizado em sua história (DIAS, 1996, p. 29).

Além da priorização de temas relacionados à violência e ao esporte em seus enunciados, segundo Dias (1996), na disputa pela atenção do leitor, este tipo de publicação utiliza-se de uma configuração visual que atuaria como um “grito gráfico”, com títulos grandes, fragmentação exagerada e estardalhaço visual. A imagem, neste caso, funciona enquanto produtora da verdade, comprovando o que as chamadas e o que os textos apresentam para confirmar o que é “real” e para atrair um maior público leitor.

Um dado extremamente relevante sobre o perfil e as características do público leitor dos jornais sensacionalistas não é só o interesse por determinados temas, como violência ou entretenimento, mas também o fato de acharem que o que leem nestes jornais corresponde à “verdade”.

O que caracteriza o leitor de jornais como o NP é, não só o especial interesse por certos temas determinados (crime, sexo, esportes, sindicato etc.), bem mais restritos, mas também o fato de serem consumidores de opinião, ou seja, de assumirem a posição do jornal como um dado de fato, isto é, de acharem que o que lêem corresponde à verdade, por isso,

mostra a pesquisa, 56% acreditam na veracidade das notícias. Há no leitor uma predisposição para acreditar na autoridade da palavra escrita e, crédulo, acostuma-se a textos em que há o predomínio da emotividade, em detrimento da referencialidade no tratamento dos fatos... (DIAS, 1996, p. 29).

Como se percebe, os jornais sensacionalistas constroem sua legitimidade se relacionando discursivamente de forma peculiar com o mundo do leitor, utilizando-se de parâmetros como a proximidade, a identificação e o testemunho. Além disso, devido aos interesses do mercado, estes jornais muitas vezes utilizam recursos linguísticos, temáticos, imagéticos e estéticos para legitimar seu conteúdo, apresentando o que seria “a verdade” para o seu público leitor.

Nestes veículos de comunicação, para conquistar a legitimidade, as imagens funcionam para comprovar o que é “verdade”, reforçando os significados dos textos e manchetes. As letras e a diagramação também se transformam em imagens, já que sua organização é pensada estrategicamente para atrair a atenção do público leitor. Em seus enunciados, a paráfrase retoma sentidos já ditos para dizer, de diferentes formas, mais do mesmo. A violência emerge como um dos temas mais recorrentes deste tipo de publicação, o que comprova sua identificação com assuntos sensacionalistas e ligados ao espetáculo.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DE DISCURSO E O *CORPUS* DE ANÁLISE: JORNAL *DAQUI*

Neste capítulo, discuto alguns importantes elementos da análise de discurso francesa, por este ser o referencial teórico-conceitual para entender quais as discursividades presentes nos enunciados do jornal *Daqui* sobre a juventude. São vários os conceitos que norteiam as reflexões desta perspectiva teórica. Para a realização desta pesquisa, apresento, na sequência, algumas de suas categorias de análise, que servirão para observar os possíveis direcionamentos presentes nos enunciados do *Daqui*, como: memória discursiva, formação discursiva, interdiscurso, tipos de discurso (verbal e não verbal), intericonicidade, gestos de interpretação, paráfrase e polissemia. Segue-se, ao final, uma análise preliminar dos enunciados presentes no jornal *Daqui*, apresentando algumas de suas principais características. Estas discussões servirão como base para refletir sobre como o jornal pauta as temáticas de interesse para o seu público leitor, o que ajudará na compreensão sobre como os jovens são representados pela publicação.

2.1 A ANÁLISE DE DISCURSO

Memória discursiva e memória metálica

O conceito de memória discursiva na análise de discurso se diferencia do sentido de memória como “arquivo”, sendo ligado às condições sócio-históricas e cognitivas de produção de discursos, aos dados extra e pré-discursivos das produções de sujeitos

culturalmente situados. A memória discursiva não é inata nem depositada de forma cumulativa, mas faz parte de um saber coletivo. Como afirma Paveau (2007):

A distinção entre a memória das palavras e a memória dos fatos é ela mesma subdividida em memória das palavras e memória dos dizeres, distinção que contribui para instalar a noção de memória interdiscursiva... As palavras não são, entretanto, autônomas, mesmo se os sujeitos frequentemente fazem com elas usos a sua revelia... (p.210).

A memória discursiva aponta que as palavras e o discurso agregam sentidos historicamente construídos, não acumulados de forma organizada e linear e que se atualizam e se inter-relacionam a todo tempo. O sujeito não é sua própria fonte de sentidos, já que estes se formam na relação constante com a história por meio do trabalho da memória.

Para Pêcheux (1999), a memória não deve ser entendida na perspectiva psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória social inscrita em práticas, vivendo uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento. Tratam-se, enfim, de acontecimentos anteriores e exteriores ao texto.

Não é de se admirar, nessas condições, que a idéia de uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória tenha sido constantemente presente, sob uma dupla forma-limite que desempenhou o papel de ponto de referência; - o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever; - o acontecimento que absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido (PÊCHEUX, 1999, p.50).

Segundo o autor, a memória discursiva seria aquilo que estabelece os “implícitos” em um discurso, os elementos pré-construídos, os discursos transversos que se atualizam e se contrapõem o tempo todo com o acontecimento. Haveria, assim, sob uma repetição, a formação de um efeito de uma regularização, e seria nesta própria regularização que residiriam estes implícitos.

Contudo, a regulação inscrita por meio da memória discursiva é sempre possível de ruir sob o peso de um acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória, desmanchando a regularização e produzindo uma nova série que desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Como afirma Pêcheux (1999):

Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento: - Um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente, absorvendo e dissolvendo o acontecimento; - Um jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos” (p.53).

Dito isso, percebe-se que a memória discursiva não é uma esfera plena com um sentido homogêneo e cumulativo. Ao contrário, ela é um espaço móvel, de disjunções, de deslocamentos, de retomadas e de conflitos. Ela é atividade pela falha e pelo deslocamento e não pode ser concebida como uma esfera com um sentido homogêneo, pronto. Nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÉCHEUX, 1999, p.56).

A memória discursiva refere-se, portanto, à memória social e coletiva de sentidos possíveis de serem partilhados. O sentido do dizer só se dá porque existe um sentido já dito, como conhecimento partilhado. Ela está estreitamente ligada às condições sócio-históricas e aos dados extradiscursivos e pré-discursivos.

Trata-se, enfim, de uma memória coletiva que depende da experiência e do contexto histórico. Ela reconstrói o passado, organiza o presente e é atualizada por meio do acontecimento. Considerar o conceito de memória discursiva é ir além de conceitos pré-formulados de uma memória cumulativa de modo mecânico para adquirir a concepção da memória como um operador discursivo. Não há possibilidade de sentido sem a memória discursiva.

Orlandi (2007) distingue a memória discursiva (histórica e coletiva) de uma memória “metálica”, que seria produzida a partir da informatização dos arquivos e pelo trabalho da mídia. Esta memória “linearizaria” o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um aglomerado de informações ideologicamente equivalentes.

Para a autora, a mídia se utilizaria da memória “metálica”, promovendo a homogeneização dos efeitos da memória, produzindo efeitos discursivos baseados na repetição. Assim, os gestos de interpretação produzidos pela mídia não seriam de uma

ressignificação feita pelo sujeito discursivo, pois ela impediria os deslocamentos de sentidos, eliminando as diferenças. Como explica a autora:

A nossa posição é de que tanto a informação como a mídia produzem realmente a multiplicação (diversificação) dos meios, mas, ao mesmo tempo, homogeneizam os efeitos. Daí uma ideia de criatividade caracterizada pela deslimitada produção (a enorme variação) do “mesmo”. Não esqueçamos que a mídia é um lugar de interpretação e que funciona pelo “ibope”, que se rege pelo predomínio da audiência. Ao mesmo tempo em que a mídia produz esse esvaziamento, pela estabilização dos percursos, por essa imobilização (censura) pelo ibope, nela também o político não tem lugar próprio. Há, atualmente, um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o empresarial, o jurídico, etc.). Nesse sentido, se se pode dizer que a mídia é lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la (ORLANDI, 2007, p.16).

Portanto, a mídia, trabalhando a partir da perspectiva da memória metálica, produz o mesmo, em suas variações, produzindo gestos de interpretação sem ressignificação, por meio do silenciamento do político em detrimento do discurso de mercado. Contudo, segundo Orlandi (2007), isto não quer dizer que não haja produção de autoria no discurso midiático. “...Há. Mas de outra qualidade, de outra natureza. Porque a natureza da materialidade da memória é outra...” (ORLANDI, 2007, p.17).

Através do conceito de memória metálica e de sua apropriação pela mídia, pode-se concluir que Orlandi (2007) traz apontamentos que reforçam o que Benjamin (1994) já argumentava em suas discussões sobre a pobreza da experiência vivida no contexto midiático marcado pelo espetáculo. Conforme já dito no primeiro capítulo deste trabalho, para Benjamin (1994), nas notícias divulgadas pela mídia, os fatos já chegam com explicações determinadas, o que não dá margem para o sujeito elaborar a experiência, reduzindo sua potência de interpretação.

É importante lembrar que o jornalismo sensacionalista trabalha a partir desta perspectiva: da repetição, ou do “mais do mesmo”, ativando a memória metálica que imobiliza o sentido de interpretação, reduzindo sua potência. E o *corpus* de análise deste trabalho, o jornal *Daqui*, parece realizar este tipo de comunicação com o sujeito-leitor: uma comunicação que estagna, repetindo sentidos já ditos, que não geram reflexão, fundamentados no espetacular e no grotesco. Daí a importância desta discussão para se compreender como o *Daqui* produz e reproduz enunciados sobre os vários atores sociais, dentre eles, a juventude.

Gestos de interpretação

Orlandi (2007) conceitua o gesto de interpretação como um ato no nível simbólico que se dá marcado pela incompletude, como lugar da ideologia materializada no contexto histórico e social. O gesto de interpretação é o que decide a direção dos sentidos, mesmo que seja perceptível ou não para o sujeito produtor do discurso ou para seus interlocutores. E o analista de discurso (não só) vai trabalhar com os gestos de interpretação tomando o discurso como efeito de sentidos entre interlocutores. Para a autora:

Todo sujeito, ao dizer, produz o que chamo de um gesto mínimo de interpretação que é a inscrição de seu dizer no interdiscurso (no dizível) para que ele faça sentido. Aí trabalha um efeito ideológico elementar que está no fato de que todo discurso se liga a um discurso outro, por sua ausência necessária (ORLANDI, 2007, p.115).

Estes gestos de interpretação não se dão no vazio. Por isso a noção de memória discursiva é esclarecedora. Para dizer, o sujeito recorre a um arquivo de discursos disponíveis no contexto histórico e social - a memória discursiva. Estes discursos são produzidos pelas várias instituições e aparelhos, gerenciando a memória coletiva.

Segundo Orlandi (2007), existem aparelhos ideológicos que estão autorizados a ler, a falar e a escrever. Os outros - que não são autorizados - fazem gestos repetidos que impõe aos sujeitos seu apagamento em detrimento da ideologia. Portanto, os sentidos não são aleatórios - eles são administrados. A autora exemplifica a mídia como um aparelho ideológico que gerencia os gestos de interpretação:

...A mídia é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa. Com a mídia há uma reorganização do trabalho intelectual e uma nova divisão do trabalho da leitura (ORLANDI, 2007, p.96).

Toda esta questão de gerenciamento das formas de interpretação também tem a ver com a maneira que se concebe o sentido de autoria. Para Orlandi (2007), o que caracteriza a autoria é um gesto de interpretação, ou seja, na autoria, o sujeito é responsável pelo sentido do que diz. O modo como ele o faz é que caracteriza sua autoria, é o que lhe faz

sentido. No nível da formulação, o sujeito já tem sua posição determinada e ele está sob o efeito da ilusão de subjetividade, afetado pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão da literalidade.

A forma de administração da interpretação afeta de forma substancial a autoria. E uma vez que a mídia impõe seu modo de relação com a interpretação, a função autor também é afetada ideologicamente. Estes movimentos também produzem efeitos sobre o leitor e seus modos de leitura. Como explica Orlandi (2007):

Gostaríamos de lembrar que há dois acontecimentos de linguagem fundamentais contemporaneamente: há o fato da mídia, que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação (pelo modo como circula, pelo seu ritmo, sua natureza, etc.) e a informatização, que pratica uma certa forma de linguagem. Esses acontecimentos produzem efeitos sobre a autoria. Expressamos isto dizendo que a noção de autor está em franco processo de transformação. O que fica afetado é a relação com a exterioridade (memória metálica), os modos de presença da exterioridade (a repetição), quer pelo modo como funciona a censura, quer pelo modo como se administra a relação com a originalidade (determinação e autonomia se misturam indistintamente no sujeito) (p.142).

Portanto, os gestos de interpretação administrados pela mídia, por meio da retomada e reconstrução pela memória metálica, perpassados pela ideologia, influenciam nas formas de autoria e de leitura da realidade, priorizando a repetição em detrimento da ressignificação, impedindo os deslocamentos de sentido.

O leitor do *Daqui*, enquanto público receptor midiático, é situado neste contexto de interpelação pela ideologia. Ele não possui a origem do seu dizer, já que é perpassado a todo tempo pelos significados e sentidos produzidos por este veículo, com características fundamentalmente sensacionalistas e espetaculares, que geram determinados gestos de interpretação impregnados de uma memória metálica e de uma posição discursiva que direcionam determinados sentidos do dizer.

Este sujeito leitor parece realizar gestos de interpretação que priorizam a repetição em detrimento da ressignificação, perdendo a capacidade crítica e de reflexão frente ao jogo de enunciados e de imagens espetaculares, sendo impedido de produzir deslocamentos de sentidos, o que lhe retira a possibilidade de se colocar na posição de autoria e da elaboração de uma experiência.

Formação discursiva e interdiscurso

Dois elementos também importantes para a AD são os conceitos de formação discursiva (FD) e interdiscurso. Na primeira fase da análise de discurso, a formação discursiva era considerada um espaço homogêneo. Posteriormente, a importância da heterogeneidade passou a ser considerada, provocando uma mudança fundamental em relação ao *corpus* de análise da AD. Como afirma Gregolin (2007):

Considerando as FDs cada vez mais instáveis, Pêcheux (1977) propõe que a AD tome como objeto “as invasões, os atravessamentos constitutivos” da “pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas”. Assim, a partir de 1977, o primado da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao corpus. Tomando a FD no interior desse intrincamento, ela não remete mais a lugares enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos. No plano da constituição do corpus, a inscrição dos enunciados em um conjunto de formulações – como um “nó em uma rede” – torna mais complexa a noção de “condições de produção”, pensada agora como articulação de um feixe de enunciações (p.158).

A partir destas mudanças, a formação discursiva passou a ser caracterizada principalmente por sua incompletude e por sua natureza complexa devido à própria dispersão histórica. A FD passou, então, a ser considerada como não homogênea e constituída por diferentes discursos. Assim, o conceito de formação discursiva foi incorporando, cada vez mais, as noções de instabilidade e da dispersão de sentidos como valores intrínsecos ao discurso.

Tensionada pela memória, a FD incorpora, cada vez mais, a instabilidade e a dispersão dos sentidos que serão radicalizadas, no último texto de Pêcheux (Discurso, estrutura ou acontecimento?, 1983) a partir das noções de “deriva”, de “desestruturação-reestruturação das redes e trajetos” que fundam a idéia de que “todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”, um “trabalho de deslocamento”... (GREGOLIN, 2007, p.160).

Além disso, toda formação discursiva resulta de um já dito e do não dito. A unidade e a dispersão implicam-se e são marcadas por heterogeneidades e divergências ideológicas presentes no discurso. As palavras e expressões recebem sentido por meio das formações

discursivas nas quais são construídas, constituindo um imaginário social sobre determinadas temáticas. Na definição de Orlandi (2006):

Chamamos então formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. Portanto, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (p.17).

O conceito de interdiscurso é um elemento importante para entender a conceituação de formação discursiva, já que toda FD apresenta diferentes discursos que se relacionam constantemente. O interdiscurso se dá através do estabelecimento de relações entre vários discursos que têm origem em diferentes momentos da história e é o que dá sentido às formações discursivas. Como explica Orlandi (2006):

O interdiscurso determina a formação discursiva. E o próprio da formação discursiva é dissimular na transparência do sentido, a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina. Essa objetividade material contraditória reside no fato de que algo fala sempre em outro lugar... (p.18).

Tipos de discurso: verbal e não verbal

Na análise de discurso, os efeitos de sentido das formações discursivas são constituídos tanto na linguagem verbal quanto na linguagem não verbal. Orlandi (1995) critica os paradigmas que alinham o verbal como tendo precedência sobre o não verbal, afirmando que este efeito se dá devido à construção de alguns “mitos” - como a linguagem se construindo somente como uma transmissão da informação escrita ou pela criação de alguns preconceitos teóricos que sustentam o apagamento da diferença entre o verbal e o não verbal, encurtando a distância que vai de um ao outro.

A autora aponta que a mídia também funciona por meio da redução do não verbal ao verbal, produzindo o efeito de sentido de uma linguagem verbal transparente e do diretamente codificável. Assim, a mídia utiliza signos de diferentes naturezas que servem para comprovar essencialmente o que é imposto por meio da linguagem verbal.

Diferentemente do aspecto ressaltado pela análise de discurso, em que as várias formas discursivas são consideradas e em que o verbal e o não verbal têm sua respectiva importância no contexto da materialidade da linguagem, o que existe hoje, em vários campos do conhecimento, inclusive na mídia, é a predominância do verbal sobre o não verbal, produzindo um efeito ilusório de transparência, da verdade e da informação verificável.

... a mídia funciona através da redução do não-verbal ao verbal, produzindo o efeito da transparência, da informação, do estável (ou pelo menos, do diretamente decodificável). A própria concepção da mídia fica assim afetada pelo efeito de continuidade homogênea do não-verbal ao verbal. A complexidade do conjunto de signos de distintas naturezas se reduz a um processo de interpretação uniforme. Tudo se interpreta do mesmo jeito. É o efeito literal se reproduzindo em cadeia contínua em todas as linguagens (ORLANDI, 1995, p.41).

Orlandi (1995) elenca os mitos da mídia: 1) o mito da informação, que confirma os meios de comunicação como veículos que informam fatos concretos e verídicos, formulados por meio da linguagem verbal; 2) o prestígio científico através do mito da ciência, em que predomina a linguagem verbal onipresente, sustentando a certeza e administrando a interpretação; 3) o predomínio da interpretação através do verbal, que coloca a relação do falante com a mídia de forma instrumentalizada.

Assim, é produzida uma crença que faz com que a mídia trabalhe essencialmente com sentidos produzidos verbalmente, fazendo com que as outras linguagens que também a constituem não funcionem se não dependerem do verbal. As imagens são colocadas nos veículos de comunicação apenas para comprovar o que os enunciados verbais dizem, servindo para certificar e dar veracidade aos mesmos ao ilustrá-los por meio de recortes, com o uso de legendas, ângulos e manipulações que servem para retornar aos sentidos já transmitidos pelos textos verbais, mostrando o que seria “o retrato da realidade” ou “a verdade”.

Contudo, diferentemente dos mitos da mídia já expostos, a significação é um movimento e as várias linguagens fazem parte da história, com suas diferentes matérias significantes. Como afirma Orlandi (1995):

Mais uma vez se reafirma o caráter de incompletude da linguagem (melhor seria dizer das linguagens). O múltiplo e o incompleto se articulam materialmente... Daí os “outros” sentidos que sempre são possíveis. E a existência, ou a necessidade histórica das muitas

linguagens é parte dessa incompletude e desse possível. É no conjunto heteróclito das diferentes linguagens que o homem significa. As várias linguagens são assim uma necessidade histórica (p.40).

Considerando a incompletude e a existência de diferentes linguagens, é preciso entender que a significação é um movimento. O múltiplo e o incompleto se articulam materialmente. Outros sentidos são sempre possíveis. Portanto, para analisar a mídia, deve-se considerar as linguagens verbal e não verbal como significantes importantes e com características próprias.

Intericonicidade

Para se realizar a análise dos discursos midiáticos, é interessante entender o conceito de intericonicidade proposto por Courtine (2008), retomando a definição de memória discursiva, já que não há possibilidade da produção de sentido sobre a temática sem a compreensão deste conceito.

Assim como a memória discursiva resgata no discurso um sentido já construído anteriormente no social, a intericonicidade pode ser definida como a estratégia da utilização de uma imagem que remete à outra anterior, marcada pela semelhança em algumas de suas características ou traços peculiares. Há, portanto, uma sobreposição de imagens em que uma se reporta à outra de um momento anterior na história.

Para Courtine (2008), convivemos, em nosso cotidiano, com várias imagens que produzem este efeito de sentido, construindo, assim, uma ação de intericonicidade:

O campo da fala pública está atravessado, saturado por imagens nas quais percebemos, ao mesmo tempo, a força de seu impacto e a instantaneidade de sua obsolescência. É crucial compreender como elas significam, como uma memória das imagens as atravessa e as organiza, ou seja, uma *intericonicidade* que lhes atribui sentidos reconhecidos e partilhados pelos sujeitos políticos que vivem na sociedade, no interior da cultura visual” (COURTINE, 2008, p.17).

O investimento consiste, portanto, em compreender como esta sobreposição de imagens se elabora dentro de uma determinada formação discursiva. Esta relação entre

imagens nos remete à memória discursiva e à forma pela qual ativamos os retornos a sentidos anteriores.

Para estabelecer estas relações, também devemos considerar, como afirma Courtine (2008), que vivemos em um momento de discursividades líquidas, flutuantes, em que um sentido não é fixo em si mesmo, já que a volatilidade e a velocidade estão sempre presentes nos discursos, nas relações e nas interpretações que estabelecemos na atualidade. Neste contexto, os discursos acabam sendo também portadores de uma data de validade, submetidos a uma regra da volatilidade e da transformação rápida.

No estado líquido das discursividades contemporâneas, o analista de discurso deverá voltar-se para o estudo do fluxo das formas breves de enunciação, desconstruindo os recobrimentos feitos pelo discurso do consumo, da mercadoria e das mensagens publicitárias, como relata Courtine (2008):

Estas são somente algumas das pistas, entre tantas outras, com as quais será confrontado, desde então, qualquer um que se empenhe em analisar as mutações recentes do campo da fala pública: apreender, no seio das formas verbais e dos dispositivos de imagens que são indissociáveis dessas formas, o suporte material, e, nos fluxos tecnológicos de sua circulação, o estado líquido das discursividades políticas contemporâneas. Isso implica, ao que me parece, uma inflexão das problemáticas, dos métodos e dos objetos que foram aqueles da análise do discurso. Esta última deverá, antes de tudo, voltar-se para o estudo do fluxo das formas breves, dialógicas e conversacionais, para os modelos personalizados da enunciação, e desconstruir os múltiplos recobrimentos da fala pública pelos discursos do consumo e pela sua retórica publicitária... (p.16).

Courtine (2008) afirma ainda, como também argumentou Orlandi (1995), que o analista de discurso deverá considerar as linguagens verbal e não verbal para analisar os discursos da atualidade. As imagens, servindo para reforçar os sentidos já determinados pelos enunciados verbais, acabam sendo sinônimo de “verdade” e de “transparência”, possuindo um grande impacto na produção de determinados sentidos. Assim, a análise de discurso:

...deverá ainda desvencilhar-se do preconceito filológico que a cerceia desde muito tempo e que levou a privilegiar, de modo quase exclusivo, o domínio das palavras, ao passo que é impensável que pretendamos ainda hoje separá-las das imagens – imagens fixas e imagens em movimento – e que não consagremos ao funcionamento das imagens e à sua relação com o discurso a mesma atenção minuciosa que dispensamos aos enunciados verbais. O campo da fala pública está atravessado, saturado

por imagens nas quais percebemos, ao mesmo tempo, a força de seu impacto e a instantaneidade de sua obsolência (COURTINE, 2008, p.17).

O autor ainda ressalta que para entender como as imagens significam é preciso verificar como uma memória das imagens as atravessa e as organiza, se movimentando de forma descontínua e volátil, por meio do retorno e do esquecimento.

A noção de memória foi e permanece ainda aqui um investimento interpretativo de grande alcance, tanto no que concebe às palavras quanto às imagens: seu funcionamento no estado líquido se fundamenta na volatividade, na efemeridade, na descontinuidade e no esquecimento. Tudo isso evidencia a necessidade da manutenção de um quadro de reflexão histórica. Não há memória sem história (COURTINE, 2008, p.17).

Podemos perceber, portanto, que o conceito de memória discursiva é importante para entendermos a questão da intericonicidade dentro da perspectiva teórica da análise de discurso. Assim como os discursos retomam sentidos já produzidos anteriormente, as imagens também o fazem por meio de uma memória discursiva que restaura sentidos pré-construídos. Logo, é importante considerar tanto a linguagem verbal como a não verbal para tentar apreender alguns dos sentidos e significados presentes nos enunciados produzidos pela mídia.

Paráfrase e polissemia

Na análise de discurso, há dois processos que são constitutivos das relações tencionais estabelecidas na linguagem: a paráfrase e a polissemia. A polissemia é marcada por processos discursivos que representam a tensão entre os sentidos, possibilitando diferentes formas de interpretação. Já a paráfrase, mesmo mudando a forma de dizer, fortalece um mesmo sentido, reforçando o assujeitamento ao comando do dizer. Como explica Orlandi (1996):

...ao meu ver, a paráfrase e a polissemia são os dois grandes processos da linguagem: a matriz e a fonte do sentido, respectivamente. Processos esses que aparecem domesticados nos modelos linguísticos, enquanto sinonímia (paráfrase) e ambiguidade (polissemia) (p. 116).

A paráfrase, portanto, seria um retorno constante a um mesmo espaço e sentido já ditos. Ela seria o “dado”. Já a polissemia desloca o “mesmo”, apontando para a ruptura, construindo novos sentidos, se determinando enquanto o “novo”. Estes dois processos são igualmente atuantes dentro de uma formação discursiva e são determinantes para o seu funcionamento, pois se relacionam em constante tensão. A polissemia e a paráfrase, portanto, se limitam reciprocamente.

Segundo Orlandi (1996), para se pensar o discurso é possível refletir sobre a relação dos interlocutores da seguinte forma: 1) o objeto do discurso se coloca e os interlocutores se expõem a ele, possibilitando novas formulações e produções de sentidos - a polissemia; 2) ou o objeto do discurso está encoberto pelo dizer e o falante o domina, reforçando a paráfrase - retomando um sentido já dito. Diante deste mecanismo, pode-se verificar um critério de nível de polissemia: haverá maior ou menor carga de polissemia na relação do objeto do discurso com o nível de interpretação do sujeito. A partir desta relação, a autora propõe três tipos de discurso: o lúdico, o polêmico e o autoritário, assim classificados:

O discurso lúdico seria aquele em que a reversibilidade entre os interlocutores é total, resultando em uma possibilidade maior de polissemia e maior nível de interpelação do sujeito receptor do discurso.

Já o discurso polêmico é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes, que procuram lhe dar uma direção. Sua polissemia é controlada.

O discurso autoritário seria o outro extremo, como aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso, com uma polissemia totalmente contida, buscando o assujeitamento ao comando do sujeito que diz.

Para Orlandi (1996), o discurso lúdico, como é caracterizado, seria o contraponto para os dois outros tipos de discursos, se colocando como o ideal e o desejável. Contudo, em uma sociedade como a nossa, marcada pelo espetáculo e por sentidos fluidos, voltados para o imediato e para o consumo, não há mais lugar para este tipo de discurso que possibilitaria a elaboração da experiência. “Neste sentido, eu diria que não há lugar para o lúdico em nossa formação social. O lúdico é o que ‘vaza’, é a ruptura” (ORLANDI, 1996, p.155).

No discurso polêmico, a relação com a referência é respeitada e os sentidos são disputados pelos interlocutores, sendo ainda possível alguma polissemia. Já no discurso autoritário, a relação com a referência é exclusivamente determinada pelo locutor, sendo “a verdade” e a “realidade” impostas pelo mesmo. O autoritário é o lugar da paráfrase, reforçando a permanência de um sentido único ainda que de diferentes formas.

A tipologia que estabeleci funciona da maneira que segue, no jogo de dominância: no *discurso lúdico* a relação de dominância de um sentido com os outros, enquanto seus ecos, se faz de maneira a que se preserve o máximo de ecos; no *discurso polêmico* se disputa algum sentido procurando-se privilegiar um ou outro; no *discurso autoritário* se procura absolutizar um sentido só, de tal maneira que ele não se torne apenas o dominante, mas o único. É a isso que me referia, quando, em outra parte desse trabalho, dizia que, no discurso lúdico, a polissemia é aberta (veja-se, por exemplo, a poesia), no polêmico é controlada (veja-se um debate) no autoritário é contida (vejam-se definições escritas em argumentos de autoridade) (ORLANDI, 1996, p. 163).

É preciso também observar que, em geral, estes tipos de discurso não precisam existir necessariamente de forma pura. Há uma mistura e há um jogo de dominância entre eles que devem ser observados nas diferentes formações discursivas. Estes diferentes tipos de discurso é que vão determinar, ainda, o nível de leitura em que os interlocutores desencadeiam o processo de significação. Nesta relação, a leitura parafrástica se caracteriza pela reprodução de um sentido já dado pelo autor e a leitura polissêmica se define pela atribuição de vários sentidos ao texto. Portanto, o grau de inferência implicada na leitura pode variar desde um ponto mais baixo (leitura parafrástica) até um ponto mais alto (leitura polissêmica).

Segundo Orlandi (1996), ao ativar a memória metálica, reativando sentidos já ditos, mesmo com diferentes formas de dizer, o discurso jornalístico atua como um tipo de discurso autoritário, levando o sujeito a uma leitura com o mínimo de possibilidade de interpretação ou polissemia possível, retornando a modelos ou tipos cristalizados, dizendo mais do mesmo. Como explica a autora:

Por exemplo, com o uso e a sedimentação, funcionamentos discursivos que se configuram como discurso jornalístico ou discurso jurídico, etc., ganham legitimidade, se institucionalizam historicamente e passam a contar nas condições de produção, como tipos cristalizados que retornam ao processo de interlocução, como modelos. O produto se repõe como processo (ORLANDI, 1996, p. 153).

Portanto, para se pensar as discursividades presentes no jornal *Daqui*, é importante contextualizar qual tipo de discurso que ele ativa, tendendo, ao que parece, ao discurso autoritário, que leva o sujeito ao mínimo de interpretação e interpelação possível, ativando a memória metálica que sedimenta sentidos já ditos e cristalizados. Neste contexto, é preciso lembrar que mesmo no discurso jornalístico talvez seja possível que haja um jogo de dominância entre os diferentes níveis de leitura, tendendo a estabelecer uma tensão entre a leitura parafrástica e alguma possibilidade de polissemia.

2.2 O CORPUS DE ANÁLISE: JORNAL DAQUI

O *Daqui* é um jornal diário, de formato tablóide, publicado desde 2007 e distribuído pela Organização Jaime Câmara, com circulação em Goiânia/GO e região metropolitana. Com o slogan “Jornal *Daqui*: compacto até no preço”, é conhecido por trazer uma abordagem sensacionalista e popularesca dos fatos, por suas promoções de troca de selos por brindes e pelo seu baixo custo¹⁷. Graças a esta fórmula, ele se tornou o jornal impresso mais vendido em Goiás, superando a todos os seus concorrentes. De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o diário se figurou como 13º jornal mais vendido¹⁸ no Brasil em 2010. Em três anos, desde seu lançamento, seu crescimento foi de 98,8%:

Protagonista deste desempenho, o jornal *Daqui* foi o 13º jornal mais vendido no País em 2010, com média diária de 90.342 exemplares. Em dezembro, sobretudo, a circulação do jornal chegou a mais de 125 mil exemplares, tornando o tablóide goiano o 10º jornal mais vendido no País. O avanço em relação a dezembro de 2009, quando foram comercializados 85.771 exemplares, foi de 46%. O jornal é o quinto do País em venda avulsa, com uma média diária de 125.206 exemplares vendidos, conforme o IVC. Desde 2007, o *Daqui* alcança números vertiginosos. Há três anos, a circulação diária era de 45.406 exemplares. A média de 2010 ficou em 90,3 mil - aumento de 98,8%. Entre os jornais de maior circulação de 2010 no País, a diferença do *Daqui* para o 12º colocado é de apenas 2.521 exemplares, enquanto do 14º colocado é de 6.057 (CÉSAR, 2011, p.11).

¹⁷ O jornal é vendido por cinquenta centavos.

¹⁸ A média diária de vendas do *Daqui* em 2010 foi de 90.342 exemplares.

Segundo César (2011), o *Daqui* se caracteriza “pelos textos curtos, com linguagem simples e direta e foco local nos noticiários esportivo, policial, entretenimento e serviços”. A multiplataforma *Daqui* conta ainda com a Rádio *Daqui* 1230 AM e com o Daqwitter, na Internet, ferramenta pela qual os leitores podem se manifestar sobre a publicação, dando sugestões e enviando mensagens aos seus amigos e familiares.

Quanto à sua organização, o diário possui, além da capa, aproximadamente 23 páginas e é dividido basicamente em três grandes editorias: a geral, a de diversão e a de esportes. Na editoria geral, que recebe maior destaque, com cerca de 10 páginas, constam notícias ligadas à violência e a crimes ocorridos no perímetro da cidade de Goiânia e região metropolitana.

Na editoria de entretenimento, com aproximadamente 6 páginas, estão os resumos de novelas, as cruzadinhas, as receitas, as notícias de “gente famosa” e, em destaque, a fotografia de mulheres seminuas, seguidas de algum texto curto que trata do momento de suas carreiras ou de suas preferências afetivas/ sexuais. Na editoria de esportes, também com cerca de 6 páginas, estão as matérias que retratam essencialmente a temática do futebol, com destaque para os grandes times nacionais e do Campeonato Goiano. Algumas páginas do jornal são voltadas para anúncios publicitários¹⁹ de lojas, de produtos ou, ainda, apresentando as promoções do *Daqui*.

O *Daqui* pode ser enquadrado como um veículo de comunicação sensacionalista, pois possui tons espalhafatosos em seus enunciados, buscando atrair a atenção do seu público leitor, utilizando-se de estratégias de diagramação como o uso de manchetes chamativas, com letras grandes e cores berrantes que servem para dar ainda maior destaque aos assuntos pautados. Sua configuração visual pode ser observada em sua capa (vide figura 1).

¹⁹ Os anúncios publicados no *Daqui* normalmente divulgam promoções de lojas que trabalham preços populares, como Ricardo Eletro, Novo Mundo, lojas de consórcios de motocicletas etc. O jornal também apresenta vários anúncios sobre a própria publicação, dando destaques para as promoções de troca de selos por brindes, promoções de aniversário etc.



(Figura 1 - Capa do Jornal Daqui. 02/02/10.)

Segundo informado no próprio site da Organização Jaime Câmara (2011), o *Daqui* é voltado para o público “C e D” da capital goiana e região metropolitana e possui uma linguagem mais “acessível” para este público, “mostrando o que de mais importante acontece de forma simples e dinâmica”.

Em entrevista realizada por Nogueira (2008), Luciano Martins, editor chefe do *Daqui*, afirmou que a publicação tem estilo popular e seu público-alvo “são pessoas que antes não liam jornal por não terem dinheiro ou por não se identificarem com os jornais ditos tradicionais...”. Segundo ele, este público considera os jornais tradicionais de difícil compreensão “pois possuem textos grandes e assuntos complicados”. Para Martins, o *Daqui* oferece textos “de fácil leitura, pois são curtos”. Se o texto do *Daqui* é curto, a imagem e sua configuração visual parecem ocupar um lugar de destaque na publicação, aferindo credibilidade aos fatos apresentados nos enunciados verbais.

Martins também relata que o *Daqui* é um sucesso, já que superou todos os seus objetivos para conquistar a empatia com o leitor desde sua primeira edição. Segundo ele, seu preço baixo e os prêmios que oferece contribuem para seu destaque enquanto veículo de maior circulação entre as publicações impressas no Estado. “O *Daqui* pretende oferecer

um produto de qualidade, com informações úteis para dar aos leitores condições para o exercício da cidadania” (*grifo meu*) (NOGUEIRA, 2008, p.57).

Na definição do editor, notícia seria considerada como “toda informação que interessa ao leitor porque vai ajudá-lo de alguma forma na vida pessoal, profissional, familiar etc. Esta notícia deve ser explicativa e ao mesmo tempo simples para não cansar o leitor” (*grifo meu*). Martins ainda afirma: “se a notícia serve para torná-lo uma pessoa melhor, ótimo! Se vai apenas matar uma curiosidade dele, tudo bem, serviu para satisfazê-lo” (NOGUEIRA, 2008, p.51).

A partir da observação dos parágrafos acima, percebe-se como o editor do *Daqui* compreende seu público leitor: aquele que não seria capaz de problematizar enunciados com um maior nível de elaboração e de aprofundamento, pois ele “não lia jornal anteriormente por não se identificar com textos grandes e assuntos complicados”. O leitor do diário, assim como acontece com grande parte dos veículos sensacionalistas, conforme já apontado no primeiro capítulo, recebe um lugar secundário na segmentação de mercado, já que a publicação é produzida para um público que supostamente não se interessa em obter informações com maior nível de elaboração.

Na declaração de Martins, ao afirmar que a notícia produzida pelo *Daqui* “deve ser explicativa para não cansar o leitor”, é possível perceber que, por meio da explicação dos fatos relatados, a publicação indica determinados gestos de interpretação para seu público leitor, o que parece restringir a possibilidade de elaboração de significações diferentes das já apontadas previamente pelo jornal.

Portanto, na formação discursiva apresentada pelo *Daqui*, o leitor comparece como passivo, uma vez que a discursividade presente no diário não possui qualquer nível de aprofundamento. Logo, o tipo de notícia apresentada pelo jornal, com explicações predeterminadas, parece não permitir a autonomia e possibilidade de uma reflexão maior por parte do seu público leitor.

De forma geral, ao verificar os enunciados verbais em destaque nas manchetes das capas do *Daqui* percebe-se, ainda, por meio da utilização de uma linguagem informal, como em um “bate-papo” ou em uma “conversa de vizinho”, que o jornal tenta promover a aproximação constante com o leitor, trazendo a “fofoca da vez” para chamar a atenção, aguçar a curiosidade e se tornar cada vez mais íntimo do seu público, assim como acontece com grande parte dos veículos de comunicação sensacionalistas, como apontado por Dias (1996), no primeiro capítulo deste trabalho.

Esta constante tentativa de aproximação com o leitor através da utilização de uma linguagem popular e informal, como um “boato” e uma “fofoca” pode ser notada, por exemplo, nos enunciados presentes em manchetes de três edições de abril de 2010: “Acusada de traição, mãe descobre que filho foi trocado”; “Modelo que trabalha no programa ‘Pânico na TV’ está na fila pra sair na ‘Playboy’... Enquanto isso a turma continua aguardando”; “Ladrões param para tomar cerveja e são pegos pela PM”; “A malvada Isabel da novela ‘Viver a Vida’ mostra que na realidade é uma pessoa doce e apegada à família. Em ensaio para revista ela diz que é apaixonada pela comida da mamãe e da vovó” (*grifos meus*).

Percebe-se que os enunciados acima demonstram uma tentativa constante de aproximação com o leitor, trazendo as “fofocas” por meio de uma linguagem informal para dar a sensação de uma conversa de “boteco”, de troca de confidências ou de uma relação de foro mais íntimo. Para isso, o jornal se apropria de uma linguagem corriqueira, baseada na oralidade, que faz parte do cotidiano de seu público leitor, como nos exemplos já citados: “está na fila”, “a turma continua aguardando...”, “apaixonada pela comida da mamãe e da vovó”, “a malvada Isabel...” etc.

Por meio da utilização de adjetivos e termos com apontamentos valorativos, como a “malvada Isabel”, “doce” e “apegada à família”, o *Daqui* também parece apresentar, de maneira marcante, uma formação moral burguesa que apela para a preservação dos “bons costumes”, julgando as celebridades e os indivíduos retratados pelas notícias por meio de adjetivos que os enquadram enquanto sujeitos com características “boas” ou “ruins”.

A partir desta apresentação inicial do perfil editorial do *Daqui*, conforme já afirmado, é possível notar que a publicação apresenta matérias curtas, sem aprofundamento, com características peculiares no que se diz respeito à contextualização da realidade, pautadas principalmente em significados espetaculares e sensacionalistas.

2.3 A IMAGEM NO *DAQUI* ENQUANTO PRODUTORA DE “VERDADE”

O *Daqui*, assim como os demais veículos de comunicação sensacionalistas, trabalha com a quebra dos padrões dos jornais ditos tradicionais para facilitar a sedução do seu público leitor. Sua estratégia é chamar a atenção por meio da imagem como uma forma discursiva que elenca o que de importante é noticiado no jornal. A priorização dos assuntos

começa pela produção da capa, que tem uma organização visual com layout, cores, diagramação e tabulação que enfatizam determinados temas, normalmente os mais espetaculares, sempre vinculados a uma imagem em destaque.

Assim como argumentado por Debord (1997), o principal órgão de sentidos na sociedade do espetáculo é a visão, já que, por meio dela, o espectador organiza os sentidos e prioriza determinados significados em detrimento de outros. A imagem aparece, portanto, como produtora de “verdade”, comprovando o que está dito nas manchetes e nos destaques presentes nos enunciados verbais. Portanto, o público leitor, por meio das imagens, se certifica de que determinada informação é “real” e de que ela é “verdadeira”.

Segundo Kehl (2008), a imagem tem um potencial comunicativo extraordinário, produzindo um grande impacto na formação do imaginário dos indivíduos. A violência deste impacto é que este imaginário passa a constituir o interdiscurso dos sujeitos, que passam a acreditar em tais significados enquanto certeza e como única “verdade”. Como explica a autora:

Qual a violência desse impacto? A violência própria de todas as formações do imaginário. O imaginário é o terreno psíquico das significações estáveis. A imagem traduz a coisa como se fosse a expressão da sua verdade... Se o real nos invade de forma traumática, as representações imaginárias são os recursos mais primitivos que desenvolvemos para aplacar esta invasão. Elas nos fornecem uma matriz de “compreensão” (aspas necessárias) anterior ao pensamento; para o resto da vida, diante de imagens familiares, sentimo-nos confortavelmente dispensados de ter que pensar. Como se elas nos apresentassem a plenitude do real dispensado tanto de seu caráter de enigma quanto de seu efeito traumático; o real traduzido em imagem de si mesmo. O imaginário, neste sentido, nos dispensa a falta. Da falta da coisa e da falta de verdade. É o campo da certeza e das ilusões totalizantes (KEHL, 2008, p.127).

Para a autora, toda a imagem tem um grande potencial de violência. Isto porque a mesma constitui a forma como o sujeito se relaciona com a realidade, não permitindo outro modo de significação que não seja o direcionado por ela. Diferentemente da palavra, que porta a dúvida e pode gerar alguma reflexão, dependendo do nível de aprofundamento que determinado texto se propõe, a imagem ativa um significado estático e já dado. O indivíduo não precisa pensar sobre uma cena específica, já que ele a vê, fixa, a partir de um único ângulo de abordagem.

Portanto, no contexto da sociedade do espetáculo, mediada pela frenética quantidade de imagens, o sujeito parece não ter o que inaugurar. Esta é a opressão que a

imagem, desprovida de contradição, produz no indivíduo. Este é o seu poder. “Isto porque o poder reconfortante da imagem é diretamente proporcional à sua violência. Pois no terreno em que as coisas ‘são como são’, só resta ao homem conformar-se com elas...” (KEHL, 2008, p.127).

Na modernidade, por meio da atuação dos meios de comunicação de massa, que produzem imagens com possibilidade de difusão global, o poder das mesmas é incomparável e se faz incontestável. Como explica Kehl (2008):

...nossa época é a única capaz de produzir imagens em escala industrial, com possibilidade de difusão planetária. A única capaz de produzir imagens que acompanham, explicam e naturalizam todos os fenômenos da vida social, imagens simultâneas aos acontecimentos, traduções do real editadas e emitidas tão depressa que imagem e real, trauma e sentido se confundem na percepção do espectador. Em todas as épocas o poder se traduz em imagens, mas nossa época é a única em que o eixo central do poder, que já não é a política, mas o capital, concentra-se sobretudo nos pólos de produção e difusão das imagens (p.129).

Ao acreditar nos significados pré-fixados pela imagem, o sujeito não dá lugar para a falta, para a dúvida ou para a reflexão, vivenciando, segundo Pêcheux (1997), dois esquecimentos: o primeiro é que ele não é a fonte original de seu dizer; e o segundo - a ilusão de que seu discurso irá refletir a “realidade” de forma objetiva e transparente. Por isto o poder da imagem é tão intenso: o indivíduo crê fielmente no que vê e tem a segurança de que seu discurso é autônomo. Contudo, na verdade, ele é mediado constantemente pela difusão das imagens espetaculares que explicam e naturalizam os fenômenos da vida social.

Sabendo da importância da imagem para confirmar determinado fato enquanto “verdade” e para chamar a atenção do público leitor, o *Daqui*, assim como grande parte dos veículos sensacionalistas, como já apontado por Dias (1996) no primeiro capítulo deste trabalho, organiza sua diagramação de forma peculiar. A imagem ocupa um destaque fundamental na publicação, principalmente na capa, que apresenta textos curtos, sem nenhum aprofundamento, com chamadas rápidas e títulos sensacionalistas. Por meio desta organização, o jornal promove uma hierarquia das manchetes mais importantes, alternando os destaques conforme os objetivos de determinada edição.

A formação discursiva presente no *Daqui* trabalha basicamente respeitando um padrão fixo, com as seguintes características: seu texto é curto, subtulado pela imagem, que, por sua vez, se une ao título, que vem em destaque, normalmente trabalhando

enunciados de efeito sensacionalista. Como a imagem ocupa uma proporção espacial considerável na diagramação da capa do jornal, os textos curtos das chamadas principais podem ser abandonados e substituídos pelo casamento entre título e imagem. A lógica da configuração visual do *Daqui* é aquela que vem de uma vez só, não convocando o pensamento. O indivíduo olha a capa e vê tudo ao mesmo tempo, sendo conduzido a um gesto de interpretação imediato e sem reflexão.

Diante de imagens confortáveis e predeterminadas como as publicadas nas capas do *Daqui*, que explicam a realidade de forma direta e sem possibilidade de reinterpretação, o sujeito se sente dispensado de pensar. Portanto, as imagens produzem gestos de interpretação anteriores ao pensamento, que induzem o indivíduo a não refletir sobre o que vê e sobre o que lê. Ao ativar o imaginário, as representações retomadas por meio das imagens apagam as possíveis outras significações.

Enquanto configuração visual observa-se, também, que o *Daqui* se organiza alternando três significantes principais: “violência, erotismo e futebol”. Este funcionamento se dá da seguinte forma: logo no cabeçalho, aparece a foto de uma mulher, normalmente a “celebridade da vez”, utilizando-se da imagem de seus corpos seminus como destaque. Outro enfoque é a exaltação de uma manchete sensacionalista ligada a fatos violentos ou a crimes cometidos em Goiânia e região metropolitana. A menor frequência de manchetes fica para os assuntos ligados ao esporte, comumente relacionados ao futebol, dependendo do momento em que se encontra o Campeonato Brasileiro ou Goiano.

Nas capas do *Daqui*, a alternância entre estes três significantes pode ser verificada, por exemplo, em três edições do mês de março de 2010. Na figura 2²⁰, há o destaque para o significante “erotismo”, com a foto de uma mulher seminua usando um biquíni - Paloma Bernardi. Na figura 3²¹, o destaque são para manchetes que trabalham a partir do significante “violência”, retratando fatos relativos à criminalidade em Goiânia e região de entorno - “Luziânia - Maníaco matou mesmo sendo monitorado (com foto)” e “Acusada de traição, mãe descobre que filho foi trocado”. Já na figura 4²², a manchete em destaque trabalha o significante “futebol”, relatando o jogo do Campeonato Goiano com os times Atlético Goianiense e Santa Helena - “Dragão, cada vez mais encantador, põe a mão na taça” (com foto). As três capas podem ser conferidas a seguir:

²⁰ Edição de 03 e 04 de março de 2010.

²¹ Edição de 14 de março de 2010.

²² Edição de 26 de março de 2010.



(Figura 2 - Capa do Jornal Daqui. 03 e 04/04/10)



(Figura 3 - Capa do Jornal Daqui. 14/04/10)



(Figura 4 - Capa do Jornal *Daqui*. 26/04/10)

Esta alternância de significantes “violência, erotismo e futebol” em destaque foi verificada em todas as edições de fevereiro, março e abril de 2010 do *Daqui*. Conforme observado, o jornal não dá um enfoque proporcional aos três sentidos diariamente. Eles se alternam para chamar a atenção do leitor e mudam constantemente durante as edições seguintes, para, inclusive, evitar a rejeição à “repetição”, que acaba sendo forjada por meio de uma suposta alternância das temáticas em evidência.

Portanto, os destaques nas capas do *Daqui*, alternados nestes três significantes, são reforçados regularmente para sustentar o imaginário do leitor por meio de formações discursivas que se repetem cotidianamente. A regularidade destes sentidos estabiliza a possibilidade de reinterpretção e impede que o sujeito ressignifique os sentidos já sedimentados pela publicação.

Orlandi (1995) reforça a atuação da mídia através da redução da linguagem não verbal ao verbal, buscando comprovar seus enunciados por meio da utilização de imagens, produzindo um efeito ilusório de transparência, da verdade e da informação verificável. As imagens são utilizadas pelos meios de comunicação, retornando e

ressaltando os sentidos já transmitidos pelos textos verbais, comprovando a informação enquanto “verdade” e enquanto “fotografia da realidade”.

A partir destas observações, ao pensar sobre o papel da imagem no jornal *Daqui*, é possível constatar seu lugar enquanto produtora de verdade e como vinculadora e legitimadora dos enunciados verbais. Sua materialidade se dá por meio de recortes, ângulos e posicionamentos que apresentam determinada representação da realidade, pautada em destaques intencionais que diariamente direcionam gestos de interpretação para seu público leitor.

2.4 MODOS DE ENDEREÇAMENTO NO JORNAL DAQUI

Conforme já apontado no primeiro capítulo deste trabalho, para Amaral (2006) a imprensa sensacionalista se utiliza de *Modos de Endereçamento* para construir sua relação com o leitor, pensando antecipadamente em assuntos e temários que atrairiam maior interesse do mesmo, por meio de conclusões sobre os seus desejos e expectativas. Ao realizar uma análise inicial dos enunciados presentes no *Daqui*, percebe-se que, assim como grande parte dos veículos sensacionalistas, ele também se utiliza desta estratégia para traçar um perfil e aguçar o interesse de seu público leitor. É importante ressaltar que estes *Modos de Endereçamento* não se esgotam nesta análise inicial. Estes são recortes iniciais que apontam alguns possíveis direcionamentos feitos pelo jornal em seus enunciados.

Conforme já discutido no primeiro capítulo, um *modo de endereçamento* apontado por Amaral (2006) presente nos veículos sensacionalistas é a superposição entre o interesse público e o interesse humano. Para a autora, o jornalismo sensacionalista enfatiza matérias em que o interesse individual suplanta o interesse público em função da temática da notícia ou pela forma como ela é editada - a partir da individualização do problema - fazendo com que sua relevância pública seja secundária. Este endereçamento pode ser encontrado em várias notícias do *Daqui*, como nos casos abaixo:

Jovem eletrocutada por chapinha em Petrolina<título>. Uma jovem de apenas 21 anos morreu eletrocutada ao tentar usar uma prancha de alisar cabelo, a popular “chapinha”. Thaís Delbone de Oliveira levou um choque elétrico na quarta-feira, na cidade de Petrolina, em Pernambuco.

Segundo testemunhas, Thaís usou a chapinha enquanto se preparava para uma entrevista de emprego (*Jornal Daqui*, 30/04/10).

Menino morre ao comer bombom envenenado <título>. Um menino de 6 anos morreu na quarta-feira, depois de comer um bombom envenenado, que foi enviado para a tia dele, de 17 anos, em Itabaiana, no Sergipe. Ele ficou internado por 19 dias na UTI. A tia dele chegou a comer metade de um dos bombons, mas não continuou após perceber um gosto amargo no chocolate... (*Jornal Daqui*, 30/04/10).

A partir da observação dos enunciados acima, percebe-se que eles, de fato, não possuem interesse ou utilidade pública. Nas matérias “Jovem eletrocutada por chapinha em Petrolina” e “Menino morre ao comer bombom envenenado”, os casos são individuais e, pela temática da morte, servem apenas para aguçar a curiosidade do leitor. As duas notas são pautadas no sensacionalismo, por meio de sua edição, e têm seus enunciados construídos a partir da individualização do problema.

Na notícia “Menino morre ao comer bombom envenenado”, o menino e sua tia não são nomeados, demonstrando que a nota foi publicada somente devido ao suposto interesse do público leitor pela temática da morte por envenenamento, sem maiores detalhes sobre o caso ou com depoimentos que comprovam a veracidade do mesmo. Portanto, este fato, concretamente, não possui interesse público.

Como já relatado no primeiro capítulo deste trabalho, segundo Souza (2000); a mídia deveria promover o debate e a interação com o receptor, divulgando temas de interesse coletivo, se colocando como agentes de vigilância, servindo para formar a opinião pública e estimular discussões para a promoção da cidadania. Contudo, o *Daqui* parece trabalhar a partir de temas particularistas, com caráter valorativo, que, de fato, não geram reflexão sobre a realidade.

Este endereçamento também pode ser verificado nas notícias “Urso com cabeça entalada” e “Pizza de Gafanhotos”, que seguem transcritas abaixo:

Urso com cabeça entalada <título>. Um urso de 54 kg foi encontrado no parque de Vermont, nos Estados Unidos, com a cabeça entalada em um latão de leite. Biólogos, policiais e bombeiros demoraram cerca de 54 minutos para salvar o animal. Segundo os biólogos que o socorreram, o urso teria ficado cerca de seis horas com a cabeça presa no latão (*Jornal Daqui*, 22/04/10).

Pizza de Gafanhotos <título>. Joe Carrazza, dono de uma pizzaria no estado de Victoria, na Austrália, está faturando com a venda de uma nova massa coberta por gafanhotos. A cidade foi infestada por esses insetos

nos últimos dias e até mesmo o prefeito da cidade sugeriu que os comerciantes arrumassem uma maneira de reverter a situação (Jornal *Daqui*, 23/04/10).

Conforme se pode perceber, as duas notas não possuem nenhum interesse ou utilidade pública, pois apresentam fatos curiosos e sensacionalistas envolvendo animais, sem nenhuma reflexão ou possibilidade de mobilizar o interesse coletivo. São casos que aconteceram em países estrangeiros e que não fazem parte do cotidiano do público leitor. Estes fatos só receberam destaque no jornal pela suposta curiosidade que eles podem provocar. Sua estratégia é chamar a atenção, começando pela produção dos títulos, que são incomuns e que despertam a curiosidade: “Urso com cabeça entalada” e “Pizza de Gafanhotos”.

A partir das temáticas tratadas nas quatro notas apresentadas, percebe-se, portanto, que um dos *modos de endereçamento* utilizados pelo *Daqui* na construção de seus enunciados suplanta o interesse público, escolhendo fatos que buscam apenas despertar a curiosidade do leitor. Este funcionamento pode ser confirmado pelo editor do jornal, Luciano Martins, quando ele fala sobre a relação da notícia com o público leitor: “se a notícia serve para torná-lo uma pessoa melhor, ótimo! Se vai apenas matar uma curiosidade dele, tudo bem, serviu para satisfazê-lo” (*grifo meu*) (NOGUEIRA, 2008, p.51).

Como também já apontado no primeiro capítulo, segundo Amaral (2006), outro modo de endereçamento presente no jornalismo sensacionalista é o critério de adoção de fontes. Estas fontes, ao invés de problematizar assuntos de interesse coletivo ou apresentar problemas presentes em sua comunidade, servem apenas para testemunhar e autenticar o acontecimento enquanto verdadeiro.

Este endereçamento pode ser verificado no *Daqui*, por exemplo, na notícia “Jovem eletrocutada por chapinha em Petrolina”. Neste caso, as testemunhas servem apenas para confirmar a notícia da morte da jovem: “Segundo testemunhas, Thaís usou a chapinha enquanto se preparava para uma entrevista de emprego...” Não é dito na nota quem são estas testemunhas ou são apresentados maiores detalhes sobre sua relação com a vítima. Também não é utilizado um depoimento destas testemunhas com maior profundidade e reflexão sobre o caso. Logo, elas servem apenas para atestar a suposta veracidade da causa da morte da jovem, autenticando-a enquanto um acontecimento legítimo. A mesma estratégia pode ser identificada, por exemplo, na notícia “Dentro de córrego”:

Dentro de córrego <título>. Na tarde de ontem, bombeiros socorreram um morador de rua, que teria ido nadar no Córrego Botafogo, na marginal Botafogo, no Jardim Goiás. Segundo os bombeiros, quando a vítima foi retirada da água estava com febre. Ela foi levada para o Hugo” (Jornal *Daqui*, 28/04/10).

Também neste caso, de forma breve e rasa, a fala dos bombeiros serviu para autenticar a veracidade da matéria e reafirmar o fato enquanto real. É uma notícia em que as testemunhas não elaboram uma maior reflexão, servindo apenas para trazer um caso supostamente inusitado - um morador de rua que resolve nadar em um córrego e é socorrido. Portanto, como observado, no *Daqui* o critério de adoção de fontes é fundamentado utilizando-se o testemunho para autenticar um fato enquanto legítimo. Estas fontes não problematizam os seus depoimentos e nem apresentam as demandas de sua comunidade.

Um outro *modo de endereçamento* presente em grande parte dos jornais sensacionalistas é a grande exposição das celebridades, processo que no *Daqui* parece se ampliar para os sujeitos do cotidiano. No jornal, esta característica é presente em todas as edições, principalmente na editoria de diversão e entretenimento. Durante todos os dias são apresentadas manchetes sobre as celebridades do momento, como pode ser observado nos títulos das notícias da editoria de diversão da edição de 28 de abril de 2010: “Assessor desmente gravidez de Mariah Carey”, “Flávia Alessandra frequenta centro espírita”; “Rodrigo só disputa mulher na telinha”; “Platéia abandona show de Whitney”; “Vanessa Hudgens conta que faz dança do ventre em novo filme”; “Bruno de Luca revela que não pretende voltar às novelas”.

A partir da breve observação dos títulos, percebe-se que eles funcionam enquanto “boato” sobre a vida das celebridades, retratando fatos banais de sua vida privada. Fica claro, em todas as edições do jornal, na editoria de diversão, seu caráter espetacular, abordando temáticas que de fato não possuem utilidade ou relevância pública.

Como já apontado, um outro *modo de endereçamento* presente no *Daqui* é o “discurso fofoca” que se apresenta ao público leitor por meio de uma linguagem informal, como em um “bate-papo” com uma pessoa bem próxima, trazendo fatos íntimos das vidas dos sujeitos retratados no jornal, tentando promover a aproximação constante com o leitor. É possível perceber esta estratégia, por exemplo, nos títulos que envolvem “fofocas” sobre

a vida das celebridades: “Assessor desmente gravidez de Mariah Carey”, “Platéia abandona show de Whitney” e “Rodrigo só disputa mulher na telinha”.

A partir da análise inicial de alguns de seus possíveis *Modos de Endereçamento*, é possível perceber que o *Daqui* produz enunciados fragmentados, dispersos e sem profundidade, transformando os acontecimentos discursivos em espetáculos, com uma discursividade que parece não provocar no seu público o exercício da reflexão. O jornal, assim como grande parte dos veículos de comunicação sensacionalistas, como afirma Amaral (2006), ao se utilizar destes mecanismos pensaria em um perfil do seu público leitor, produzindo notícias sem aprofundamento ou possibilidade de reflexão, dentro de modelos pré-fixados que serviriam para chamar a sua atenção, utilizando-se de parâmetros como a proximidade, a identificação e o testemunho, apresentando o que seria “a verdade” para o seu público. É neste contexto que tentarei desvendar alguns possíveis direcionamentos feitos pelo diário em sua cobertura sobre a juventude de Goiânia e região metropolitana.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO DISCURSO DO JORNAL *DAQUI* SOBRE A JUVENTUDE

Neste capítulo, apresento as análises feitas a partir de categorias que emergiram por meio da observação dos enunciados presentes no jornal *Daqui* sobre a juventude. A análise que se segue foi construída entendendo que estes discursos são construídos em um contexto sócio-histórico-ideológico, produzindo efeitos de sentidos e gestos de interpretação que influenciam seu público leitor, sedimentando opiniões e retomando sentidos pré-construídos em relação à definição do que é ser jovem na atualidade. Os recortes foram feitos considerando os objetivos da pesquisa, já citados na introdução e ao longo deste trabalho.

É importante ressaltar que esta análise não se esgota por si só, já que todo discurso retoma sentidos anteriores e revela uma memória discursiva construída ao longo do tempo, sendo atualizada constantemente em determinado contexto histórico, político e social. Não há um discurso fechado em si, mas um processo discursivo em que diferentes análises podem ser feitas, dependendo do *corpus* discursivo recortado pelo pesquisador. Além disso, é interessante lembrar que o pesquisador não é neutro em suas escolhas e nem é dono do seu dizer enquanto sujeito discursivo, já que também é influenciado por várias formações discursivas presentes em seu universo histórico, social, político e cultural.

3.1 DE QUE JOVENS ESTAMOS FALANDO?

Mesmo que de forma indireta, as várias instituições como o Estado, a Igreja, a família, os meios de comunicação, a academia, entre outras, produziram discursos e

representações sobre a juventude. Nos últimos anos, no Brasil, esse assunto tem adquirido grande importância em muitos campos de discussão, principalmente no meio acadêmico. Como afirmam Alpizar e Bernal (2002), “foi no meio acadêmico que se desenvolveu o conhecimento ‘científico’, assegurado como conhecimento válido e supostamente neutro e que tem servido geralmente para legitimar práticas e mecanismos de controle das pessoas jovens” (p. 21).

Um dos discursos construídos sobre a juventude, fundamentado em alguns estudos iniciais no campo da psicologia, definiu os jovens como problema, com características como rebeldes sem causa, bagunceiros, arruaceiros, sem princípios éticos e morais; enfim, como uma fase de riscos e de crise. Alpizar e Bernal (2002) relatam:

Em primeiro lugar, é preciso situar uma das perspectivas que teve maior impacto no imaginário social sobre a vida das pessoas jovens: a juventude como problema, como etapa de crise e de presença comum de patologias. Essa perspectiva implicou uma visão da adolescência e da juventude como um momento de “risco” ou “perigo” quanto à constituição de uma personalidade sadia, não patológica (p. 22).

Segundo essa discursividade, a juventude seria apenas um caminho para se tornar adulto, momento supostamente de maior discernimento do ser humano, em que os valores da sociedade são finalmente interiorizados e a pessoa passa a viver de acordo com os princípios éticos e com a conduta moral estabelecida. Contudo, esta é uma abordagem que constrói uma percepção generalizadora do que é ser jovem.

O sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. As questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão. Tal abordagem gera políticas de caráter compensatório, e com foco naqueles setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão... Uma questão desta abordagem é que a partir destes problemas se constrói uma percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza (ABRAMO; LEON; FREITAS, 2005, p.20).

Essa visão acompanha a tendência de analisar a juventude basicamente como um momento de transição de duas fases: da criança ao adulto. Além de correr o risco de homogeneizar os jovens com características imutáveis e com um viés negativo, essa concepção não aborda a diversidade e a pluralidade de sua condição.

Outra abordagem de estudos sobre a juventude é a da faixa etária. Segundo Abramo, Leon e Freitas (2005), no Brasil existe a tendência baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais, como o IBGE²³, de localizar tal faixa etária entre os 15 e 24 anos. Para Bourdieu (1983), esta categorização é um limite, já que juventude é uma construção social de uma determinada época, em um dado momento histórico, elaborada de acordo com as características específicas de uma sociedade. Portanto:

[...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes (BOURDIEU, 1983, p.113).

Uma outra corrente que tenta conceituar uma definição de juventude trabalha com a perspectiva de geração, afirmando que o ser humano é construído socialmente, influenciado por aspectos culturais, sociais, familiares etc., e por isso acaba se associando em grupos determinados principalmente por idades específicas. Para Alpizar e Bernal (2002), o conceito de geração tem servido para construir estereótipos sobre as pessoas, tendendo também a homogeneizar os jovens por meio da atribuição de características comuns a todos que fazem parte de uma determinada geração do momento.

Uma característica do tempo atual em relação à juventude é a imposição da sociedade de consumo, que prega que a felicidade e o bem viver são sinônimos dos produtos que se pode adquirir. Esta realidade é, no mínimo, contraditória, pois se a felicidade é dada pelo consumo, a questão é que nem todos têm o poder de consumir. Como relatam Canezin Guimarães e Duarte (2010):

Permeado por desigualdades e diferenças, o mundo socioeconômico nas sociedades contemporâneas envolve os diferentes segmentos juvenis na produção e consumo de bens materiais, culturais e simbólicos constituindo-os como consumidores potenciais privilegiados de um extenso mercado que coloca em disputa gostos, estilos de vida e atitudes legitimadas por um imaginário fundado no modelo de juvenização (p.97).

²³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Neste contexto, o mercado tem dialogado lucrativamente com a juventude, fomentando a ideia de uma cultura juvenil única e homogênea, se aproveitando da imagem do jovem para seduzir o público consumidor. Como explica Paim (2002):

...isso significa dizer que o processo cultural de construção do comportamento social do jovem moderno gerou, numa direção, uma imagem de jovem possível de ser apropriada como signo publicitário, expressão daqueles seus atributos já vistos, somados a outros como a felicidade, o desejo de aventura, a sensualidade, traduzidos para a linguagem publicitária. A imagem do jovem torna-se então, a portadora da mensagem publicitária da alegria de viver ou irá ser associada às marcas de modo a provocar o desejo do consumidor (p.2).

Contudo, a imagem do jovem apresentada pela publicidade é generalizadora, trazendo um padrão de comportamento e estilo de vida que apenas visa criar o desejo de ser cada vez mais jovem, escondendo todas as contradições e desigualdades vivenciadas pelo mesmo. Por um lado, a juventude se torna homogênea, como a idade social favorita, sendo capaz de estimular o público e despertar o consumidor. De outro lado, os jovens pobres aparecem em destaque em manchetes envolvidos em graves problemas de violência ou em comportamentos de risco.

Kehl (2008) alerta para o fato de que os jovens acabam sendo objeto de pensamento, de expectativas e de desejo para o mundo adulto, funcionando como caixa de ressonância dos sintomas da cultura de determinada época.

...Se, por exemplo, a sociedade perde referências tradicionais, culturais e morais, essa perda se manifesta na ação e nas escolhas dos jovens. É sobre eles que os adultos dizem, temerosos ou ressentidos, que agem como se soubessem tudo e não devessem nada a ninguém. Se a sociedade teme o aumento da violência, os jovens são, diretamente, os principais autores e vítimas dessa situação. Se a cultura se torna predominantemente consumista, os jovens são o “público-alvo” do mercado, a imagem por excelência dos (supostos) prazeres do consumo. Se a sociedade erotizou-se de alto a baixo, os jovens (quer queiram, quer não) emprestam seus corpos aos delírios luxuriantes da sociedade (KEHL, 2008, p.6).

Para Kehl (2008), a juventude é a legítima tradução do *estado das coisas* na sociedade atual e a indústria do espetáculo se encarrega de retratá-la como a transposição do real para o domínio da imagem. Aquele jovem que não consegue atender a esta demanda de representação ideal acaba sendo excluído, criminalizado ou rotulado como “o que não deu certo”, sendo classificado como o que está “à margem” do que a sociedade

espera. Assim, os jovens que não atendem às expectativas do mundo adulto e das instituições acabam sendo retratados cotidianamente pelos noticiários envolvidos em graves problemas de violência ou em “comportamentos de risco”. A juventude fica marcada ao ser analisada a partir de um único viés. Segundo o Instituto Cidadania (2004):

...essas imagens da juventude correspondem a algumas das percepções correntes baseadas em estereótipos não fundamentados por dados reais, ou pouco balizados pela diversidade existente (p. 10).

Os pesquisadores sobre os jovens alertam para o risco de se compreender a juventude como uma categoria única e homogênea. Falar de juventude no singular é muito vago e impreciso. Entende-se que há várias juventudes, influenciadas pelas diversas vivências culturais, históricas, sociais, econômicas e pelas contradições e conflitos do mundo social. Além disso, os jovens individualmente possuem atributos próprios que devem ser considerados. Como explicam Canezin Guimarães e Duarte (2010):

Os estudiosos da juventude são unânimes em considerar o risco de compreender a juventude como uma categoria homogênea, singular, percebida de forma descontextualizada das suas condições históricas e sociais. Igualmente, embora tomem o corte de faixa etária como ponto de partida para identificar uma faixa da população de 15 a 24 anos, eles têm clareza da limitação deste critério. Esclarecem que a juventude é um fenômeno da modernidade, compreendido como uma fase de transformações biológicas, psicológicas, intelectuais e, sobretudo, de inserção no universo social e político. Como período de transição para a vida adulta, faz-se acompanhar, especialmente nas sociedades contemporâneas, de inúmeras tensões. Nesta ótica e para efeito desta reflexão, cabe registrar a compreensão genérica de que há diferentes modos de ser jovem, todos eles perpassados pela forma de acesso aos bens culturais, pelo recorte de classe social, habitus e estilo de vida, gênero, etnia, religião, vivência individual e grupal (p.96).

Para Canezin Guimarães e Duarte (2010), os jovens, enquanto agentes sociais, produzem elaborações simbólicas orientadas pelo tempo presente, movimentando-se dentro do espaço urbano de forma desigual, segundo a lógica da posse de capitais e de outros fatores como a etnia, gênero etc. O trabalho aparece como referência entre as preocupações da juventude, seja como necessidade, como valor e principalmente aliado ao poder de consumo e vinculado à aquisição de bens materiais e simbólicos. As agências

socializadoras (família, escola, religião e mercado) também funcionam como elemento externo que atravessa as culturas juvenis.

É importante ressaltar que mesmo sendo atravessado por diversas influências e vivendo diante de situações desfavoráveis, o jovem não é passivo à realidade que o cerca. Ele se movimenta por meio de agrupamentos e de estratégias, fazendo escolhas e se posicionando diante dos acontecimentos. Ele é mediado pelo *habitus* enquanto conjunto de disposições duráveis que orientam sua prática, configurando-se, assim, como agente social. Por isso, o jovem deve ser entendido como um sujeito que vivencia e interpreta as contradições da realidade, como um indivíduo que se movimenta no interior do campo social e que realiza escolhas, tem posicionamentos e se organiza por meio de várias formas de socialização.

3.2 JOVENS POBRES E O MITO DA PERICULOSIDADE

De acordo com Abramovay e Castro (2006), são mais de 47 milhões de jovens no Brasil, representando 28,2% da população. Para as autoras, apesar de serem muitos, os jovens vivem em um tempo em que seus direitos básicos não são garantidos, como o acesso a uma educação de qualidade, ao trabalho, à saúde, ao lazer e à moradia. Neste contexto, o jovem acaba invadido pelo medo de sobrar e de ficar excluído.

Os dados sobre a renda dos jovens mostram acentuada desigualdade e indicam a condição de pobreza vivenciada pelos mesmos. Apenas 41,3% dos jovens vivem em famílias com renda familiar per capita de mais de um salário mínimo, sendo que 12,2% vivem em famílias com renda até de um quarto do salário mínimo (Instituto Cidadania, 2004, p.9). O documento também apresenta dados alarmantes sobre a juventude brasileira quanto à participação no ensino e no mercado de trabalho. Menos da metade (45%) dos jovens estudam, enquanto 6% estão no mercado de trabalho, 5% estão ocupados e 11% estão procurando emprego. Apenas um quarto deles está incluso, estuda e trabalha ou procura emprego.

A pesquisa também revelou que 11% dos jovens brasileiros já sofreram diferentes formas de violência física. “Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta” (Instituto Cidadania,

2004, p.13). Como resultado, a violência aparece como um dos maiores fatores de preocupação entre os jovens brasileiros.

Esta realidade é confirmada pela pesquisa “Mapas da Violência”, coordenada por Waiselfisz (2011), que traça um panorama do crescente número de homicídios de jovens no Brasil no período entre 1998/2008. Nesta década, enquanto 1,8% das mortes entre adultos foi causada por homicídios, no grupo jovem a taxa chegou a 39,7%. A taxa de mortes violentas subiu 76%, passando de 30 óbitos em cada grupo de 100 mil habitantes para 52,9% indivíduos em cada grupo de 100 mil habitantes.

Segundo a pesquisa, estes índices são um dos mais alarmantes que existem no mundo dentre os países que não enfrentam guerras internas. O documento apresenta, ainda, um perfil destes jovens vítimas de homicídios: a maioria se encontra na faixa etária de 15 a 24 anos, é negra, do sexo masculino e reside nas periferias urbanas. Analisando esse cenário, Peres, Cardia e Santos (2006) afirmam:

Na classificação das mortes de crianças e adolescentes, os homicídios situam-se na terceira posição nas ‘mortes por causas externas’. É surpreendente que essa situação tenha se agravado, ao invés de ter diminuído ou de ter sido controlada, em pleno período da consolidação da democracia. Era de se esperar que, com o retorno ao estado de direito, as violações de direitos humanos fossem reduzidas ou até mesmo desaparecessem. Com efeito, as violações motivadas pela repressão política desvaneceram-se, mas os atentados aos direitos civis da maioria pobre e afrodescendente, a criminalidade organizada e as práticas arbitrárias persistiram e até aumentaram (p.15).

Coimbra e Nascimento (2003) explicam que o aumento da taxa de homicídios entre jovens pobres está vinculado ao mito da periculosidade que pesa sobre os mesmos. Segundo as autoras, ao longo do século XX, o jovem morador das periferias urbanas tem sido caracterizado como perigoso, associando a ele elementos como a criminalidade e até mesmo a condição de não-humanidade, o que justifica seu extermínio físico e simbólico.

Para as autoras, ao longo do século, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades, onde o “emprego fixo”, uma “família organizada” e o poder de consumo tornam-se padrões de reconhecimento, legitimação social e aceitação de jovens na sociedade. Ao fugir destes territórios modelares, o jovem pobre entra para a legião dos que são olhados com desconfiança, sendo evitado, afastado e até mesmo exterminado.

Se no capitalismo liberal os jovens pobres foram recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados e normalizados na expectativa de que fossem transformados em cidadãos honestos, trabalhadores exemplares e bons pais de família, hoje, no neoliberalismo, eles não são mais necessários ao mercado, tornaram-se supérfluos, suas vidas de nada valem - daí justificar-se o extermínio (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 27).

Neste cenário, os jovens pobres, quando escapam do extermínio físico, são “excluídos por excelência”, pois não conseguem chegar ao mercado de trabalho formal ou ter acesso às políticas públicas que lhes garantam seus direitos básicos, como educação, saúde, transporte, lazer etc.

Soares (2004) confirma que na sociedade brasileira o jovem pobre, negro e morador das periferias urbanas é um ser socialmente invisível devido ao preconceito, ao mito da periculosidade e à indiferença. O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre estes jovens um estigma que os anula e os substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com eles, mas que expressa as várias formas de invisibilidade vivenciadas pelos mesmos.

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível... Quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e suas qualidades, suas emoções e seus medos, suas ambições e seus desejos. Quem está ali é o ‘moleque perigoso’ ou a ‘guria perdida’, cujo comportamento passa a ser previsível. Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente (SOARES, 2004, p.132).

Segundo o autor, as instituições que dirigem a sociedade justificam a adoção do aumento da violência contra a juventude empobrecida através de medidas “preventivas” que vitimizam ainda os jovens moradores das periferias urbanas. Para ele, estas instituições erram brutalmente quando enviam os jovens infratores para cumprirem medidas “socioeducativas” que, de fato, oferecem condições degradantes para uma falsa “reabilitação”, condenando-os a uma morte simbólica e moral:

Pois é aí que as instituições que dirigem a sociedade metem os pés pelas mãos. Quando seria necessário reforçar auto-estima dos jovens transgressores no processo de sua recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: “Vocês são o lixo da humanidade”. É isso que lhes é dito quando são enviados às instituições ‘socioeducativas’, que não merecem o nome que têm - o nome mais parece uma ironia. As instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço... (SOARES, 2004, p.145).

Cassab (2001) também alerta para o crescente quadro de exclusão simbólica e social dos jovens pobres, filhos de trabalhadores e moradores das periferias urbanas. Para a autora, estes jovens compõem o estereótipo do malandro, do arruaceiro, do baderneiro e do sem futuro. “É o vadio, capoeirista, sempre com problemas com as forças policiais. Identificado como vagabundo, incurso no crime da vadiagem, ele é uma ameaça permanente à ordem e à eugenia da cidade” (CASSAB, 2001, p.87).

Como é possível perceber, as práticas discursivas reproduzidas pelas diversas instituições acabam por consolidar “verdades” sólidas sobre os jovens pobres moradores das periferias urbanas, aumentando sua invisibilidade e os definindo como perigosos, violentos e autores da violência. Cotidianamente o mito da periculosidade que recai sobre estes jovens é hiperdimensionalizado pelas várias instituições, inclusive pela mídia, justificando ações cada vez mais duras e punitivas contra os mesmos, como, por exemplo, a proposta da redução da maioria penal de 18 anos para 16 anos. Ao que parece, além da morte física, estes jovens também são condenados simbolicamente, já que os estereótipos construídos sobre os mesmos não dão outras chances de representação de si mesmos além destes sentidos predeterminados.

3.3 REPRESENTAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA MÍDIA

Conforme já discutido no primeiro capítulo, ao atuar no plano da representação social, a mídia se consolida como formadora de opinião pública entre os diversos grupos sociais, utilizando-se de recursos discursivos para legitimar seus enunciados. Ao utilizar destas ferramentas discursivas, elaborando enunciados que apresentam sentidos que

supostamente representariam “a verdade”, o discurso jornalístico dá sustentação e constrói significações sobre diversas temáticas e atores sociais, dentre eles, a juventude.

Ao pensar como a mídia representa a juventude, conforme já relatado anteriormente, existe um paradoxo: se o jovem em nossa cultura é naturalmente concebido como um potencial consumidor e como um padrão de beleza e de vigor a ser seguido; caso não consiga fazer valer tais características, ele é representado pelos veículos de comunicação de forma estigmatizada e excludente.

Ao não atender às expectativas do mundo adulto e do mercado de trabalho, caberá ao jovem pobre pagar um preço muito alto, tornando-se, assim, “aquele que não deu certo”, pois não conseguiu atender à demanda ideal do que se espera dele (aquele que consome, trabalha, estuda, é saudável etc.). Abramo e Leon (2005) relatam como estes estigmas são construídos e reforçados pelos meios de comunicação:

De forma geral, e a grosso modo, pode-se notar uma divisão nestes dois diferentes modos de tematização dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos “adultos”, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos “problemas sociais”, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas (p.25).

Este paradoxo pode ser verificado ainda de forma mais latente nas coberturas sobre jovens moradores das periferias das cidades. Segundo Ramos e Paiva (2007), autoras do livro “*Mídia e Violência - Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil*”, fruto de uma pesquisa realizada pelo CESeC²⁴, ao construir uma rede de enunciados sobre os jovens moradores das periferias, percebe-se que a mídia faz uma cobertura estigmatizante, a partir de uma discursividade que reforça sua representação como principais agentes da violência.

Esta cobertura dá espaço somente aos assuntos relacionados à criminalidade e à violência, sendo que temáticas como a cultura, o esporte, a realidade cotidiana destes jovens, entre outras, são quase nunca abordadas por estes veículos.

²⁴ Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes.

O *mea culpa* da imprensa pela cobertura estigmatizante que realiza sobre favelas e periferias é um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do CESeC. A maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas, especialmente quando se considera o imenso número de reportagens e notas sobre operações policiais, tiroteios, invasões, execuções etc. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.77).

Durante a pesquisa realizada pelo CESeC, os repórteres entrevistados admitiram as deficiências na cobertura relativa à realidade dos jovens moradores das periferias. Contudo, ao que parece, na prática, não há uma disposição real para uma mudança de postura. Os jornalistas citam várias dificuldades para justificar esta ausência, desde a falta de fontes legítimas até uma recepção negativa por parte dos moradores.

Ramos e Paiva (2007) ressaltam que esta recepção negativa aos veículos midiáticos está relacionada ao fato que os jornalistas, na grande maioria dos casos, utilizam como fonte as informações repassadas pela polícia, pelas delegacias ou pelos batalhões militares, efetivando, assim, uma postura unilateral na construção de seus enunciados, ao mesmo tempo em que promove o silenciamento da população das periferias, e conseqüentemente, da juventude que ali reside.

A cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência em alto grau das informações policiais. A polícia é a fonte principal - se não a única - na maioria esmagadora das reportagens. Esta predominância das forças de segurança no noticiário foi comprovada pelas pesquisas realizadas pelo CESeC em 2004 e 2006 (RAMOS e PAIVA, 2007, p.37).

Os jornalistas entrevistados também afirmaram que não há como evitar a utilização das informações policiais como principal fonte para a produção das matérias publicadas pelos veículos em que trabalham. Segundo os dados apresentados na pesquisa, das notícias publicadas em grande parte dos jornais do país, um grande percentual (mais de 50%) apresenta como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. “Tal predominância tem como contraponto a ausência de outros importantes atores sociais, raramente nas páginas” (RAMOS e PAIVA, 2007, p.82).

A consequência deste alto grau de dependência de informações policiais é a construção de estereótipos sobre as populações das periferias, principalmente relativos à juventude empobrecida, que é caracterizada como problema e como autora da violência. Além do silenciamento destes atores sociais, esta dependência diminui a capacidade de crítica diante das ações realizadas pela polícia junto a esta população. A polícia acaba, então, sendo autorizada a cometer abusos sem que haja questionamento por parte dos veículos de comunicação e, conseqüentemente, por parte da sociedade em geral.

Segundo Ramos e Paiva (2007), os jornais sensacionalistas também atuam dentro desta perspectiva, utilizando como principal fonte as informações repassadas por policiais, contribuindo efetivamente para a construção de estereótipos relativos à juventude das periferias, que acaba sendo retratada exclusivamente como autora da violência.

Recentemente, o mercado brasileiro viu surgir uma leva de diários destinados às classes C, D e E. Chamados de populares compactos, são tablóides de custo baixo, e que poderiam oferecer aos moradores de comunidades pobres a chance de se verem retratados de forma mais completa na imprensa. No entanto, esses novos jornais estão sempre associados a um veículo robusto, que lhes fornece o conteúdo. Talvez por essa dependência, eles não conseguiram mudar o tom do noticiário sobre favelas e periferias, pelo contrário, tendem a intensificar os estereótipos e a investir ainda mais no monotema da violência (RAMOS e PAIVA, 2007, p.82).

A ausência de vários tipos de fonte na construção das notícias acaba por gerar uma cobertura limitada, na qual as temáticas relativas aos direitos sociais, por exemplo, são pouco frequentes. O resultado é a pouca pluralidade e o não aprofundamento dos fatos, que acabam dependentes das informações fornecidas por fontes que são, muitas vezes, tendenciosas e que atuam de forma defensiva, como no caso das fontes policiais.

Ao não aprofundar na discussão sobre a realidade de favelas e periferias das cidades, estes lugares são separados dos processos de exclusão social que lhes deram origem, sendo caracterizados somente a partir da banalização da violência. Neste contexto, a mídia sensacionalista acaba tendo um papel fundamental, já que ela reforça a sedimentação dos estereótipos, contribuindo para que a juventude que reside nestas localidades seja vista como perigosa, infratora e autora da violência.

Outro fator que caracteriza a cobertura enviesada da mídia, principalmente dos jornais sensacionalistas, é o tratamento diferenciado para jovens suspeitos pobres e ricos. Segundo as pesquisadoras do CESeC (2007), é frequente ler nos jornais notícias que

nomeiam como “traficantes”, “assassinos”, “ladrões” etc. - os jovens empobrecidos mortos durante confrontos policiais, baseadas somente nas informações transmitidas pela própria polícia, sem que haja confirmação jurídica do fato. Os depoimentos dos repórteres entrevistados pela pesquisa relatam que os jovens suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa do que os jovens das classes média e alta e chegam a ser obrigados a mostrar o rosto para os fotógrafos, sendo sentenciados pela autoria do crime antes mesmo de seu julgamento.

...Todas as informações contidas na narrativa jornalística parecem apontar para o estabelecimento da manutenção do discurso reinante da violência e da repressão contra jovens infratores, provenientes, geralmente e na grande maioria das vezes, das periferias e dos bairros pobres das cidades grandes. Toda gama de questões tão importantes diretamente relacionadas à violência cometida por estes jovens não aparece, não surge no texto jornalístico. Palavras como “marginal”, “quadrilha” reforçam preconceitos, estigmas contra essa juventude, pondo a sociedade em alerta constante, contra esses “delinquentes”, “malandros”... (RAMOS e PAIVA, 2007, p.7).

Assim, a mídia produz e reforça a construção de estereótipos com relação aos jovens moradores de periferias e favelas, contribuindo para que eles sejam vistos como “infratores”, “violentos”, “perigosos” e merecedores do extermínio. O jovem passa a ser o “bandido” em enunciados construídos ideologicamente com o intuito de propagar e ativar uma memória discursiva que produz no leitor gestos de leitura que confirmam a percepção da juventude como autora da violência, sem maior contextualização ou reflexão. Como relata Pedrosa (2008):

...o tratamento da mídia com relação a estes jovens é o do problema. Essas juventudes excluídas, sobreviventes da periferia, são vistas como uma problemática, não negociada com eles mesmos, não com prioridade às políticas públicas voltadas para a juventude, não como sendo uma questão social-moral-cívica de cada cidadão, não como uma obrigação do Estado, mas com desprezo às suas potencialidades, ao que de construtivo estas pessoas realizam e podem vir a realizar no seu cotidiano, na constituição de uma sociedade mais democrática (p.61).

Portanto, por meio da ficção midiática, que constrói enunciados através de formações discursivas já sedimentadas no imaginário social, que retomam uma memória discursiva anterior, há na população uma crescente crença neste imaginário da juventude como violenta e como problema. A população passa, então, por meio de gestos de

interpretação ativados pela memória metálica, a reproduzir este discurso em suas falas e em suas atitudes, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio e de marginalização dos jovens das periferias urbanas, defendendo inclusive ações como a redução da idade penal de 18 para 16 anos. Os enunciados produzidos pela mídia acabam cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a caracterização da juventude como problema e autora da violência.

3.4 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE JUVENTUDE NO JORNAL *DAQUI*

3.4.1 O jovem em destaque nas capas do *Daqui*

Ao analisar as notícias publicadas pelo *Daqui*, um fato chamou a atenção: além das matérias referentes à temática da criminalização da juventude empobrecida estarem presentes diariamente em todas as edições, foi possível constatar que a maioria delas recebeu um destaque considerável nas capas em que foram publicadas, como é possível perceber nas matérias: “Rotam mata rapaz que teria roubado caminhonete S-10” e “Com mais três mortes, já são 17 adolescentes assassinados” que seguem abaixo, destacadas por uma seta vermelha:



(Figura 5 - Capa do Jornal Daqui. 20 e 21/02/2010)



(Figura 6 - Capa do Jornal Daqui. 16/03/2010)

Como se pode verificar, as capas do *Daqui* deram um destaque substancial para as notícias envolvendo a temática da criminalização da juventude empobrecida, apresentando chamadas em cores fortes (vermelho e azul), letras com tamanho grande, além de um posicionamento central na disposição dos textos, dos títulos e dos elementos gráficos/visuais das capas.

Outras manchetes envolvendo a temática, apesar de não serem o destaque principal, também receberam uma atenção considerável enquanto chamadas de capa, mesmo que colocadas em um espaço menor na diagramação, como no caso das notícias: “Cinco morrem assassinados” e “Polícia pega ladrões que roubaram Hilllux e iriam para a farra” que seguem abaixo, também destacadas no layout por uma seta vermelha:



(Figura 7 - Capa do Jornal *Daqui*. 15/02/2010)



(Figura 8 - Capa do Jornal Daqui. 06 e 07/02/2010)

Conforme já relatado, a imagem tem um potencial comunicativo extraordinário, produzindo um grande impacto na formação do imaginário do público leitor. Segundo Kehl (2008), a violência deste impacto é que este imaginário passa a constituir o interdiscurso dos sujeitos, que acreditam em sentidos predeterminados enquanto única verdade, não permitindo outro modo de significação que não seja o que está direcionado.

Além disso, as matérias com maior destaque nas capas das publicações possuem maiores chances de atrair a atenção do público leitor. Ler as manchetes realçadas visualmente nas capas, mesmo que apressadamente, sem ao menos comprar o jornal, é uma prática comum das pessoas para atualizar-se e para inteirar-se sobre os principais acontecimentos do dia, ainda que de forma superficial.

Estas matérias com destaque visual despertam a curiosidade para determinado assunto e reforçam sua importância para seu público leitor. Elementos como a cor, o tamanho do texto e o espaço recebidos nas capas produzem um processo de confiabilidade e traduzem a estratégia da manutenção de um determinado sentido que se quer reforçar ao fazer um destaque específico e não outro.

Portanto, ao reforçar a uma cobertura que prioriza a criminalização da juventude empobrecida em suas manchetes principais, o *Daqui* parece repetir, por meio da paráfrase, um sentido que passa a ser cristalizado e sedimentado por seu público leitor: o estereótipo criminal sobre a juventude, principalmente sobre os jovens das periferias.

Esta estigmatização enunciativa não é creditada ao mero acaso ou tampouco às exigências de uma suposta técnica jornalística. Ao pensar um projeto gráfico que destaca determinado assunto tanto em sua capa quanto no decorrer das notícias publicadas, há um indício de direcionamento feito pelo *Daqui*. Este direcionamento provocará gestos de interpretação no seu público leitor, reforçando os sentidos presentes no diário, que estarão cada vez mais fixados em um imaginário que caracteriza a juventude enquanto uma fase de riscos e de crise. Ao acreditar nestes significados pré-fixados, o seu público leitor não dará lugar para a falta, para a dúvida ou para a reflexão.

Como é possível perceber, os aspectos mais espetaculares e marginais de uma suposta “cultura juvenil” são os pontos de vista que prioritariamente interessam ao *Daqui*, colaborando, por sua repetição, para sedimentar uma representação da juventude das periferias como autora da violência. Contudo, estas representações não condizem com a realidade da diversidade das culturas juvenis, já que não se sabe realmente quem são estes jovens, o que eles fazem, como vivem e o que pensam.

Conforme já apontado nos tópicos anteriores, Cassab (2001) confirma que os estereótipos sobre os jovens pobres moradores das periferias são construídos cotidianamente pelas várias instituições sociais, principalmente pela mídia. Estes jovens acabam sendo rotulados diariamente como “vadios”, “malandros”, “arruaceiros”, “baderneiros” e “sem futuro”, sendo representados nos enunciados construídos pelos meios de comunicação social como uma ameaça à segurança, à ordem e a eugenia da cidade.

Para Kehl (2008), o perigo do abuso das imagens de explicitação da violência, como as publicadas pelo *Daqui* é que esta violência é inclusa nos termos da linguagem que compõe o senso de realidade normal e cotidiana da sociedade. Esta espetacularização também produz, segunda a autora, alguns efeitos colaterais, como a elevação do patamar de tolerância emocional para com cenas violentas, além de produzir um fascínio inconsciente pelos atos violentos. Assim, a morte de jovens envolvidos com o crime ou com o uso de drogas passa a ser comum e rotineira para os vários setores da sociedade e para a mídia, como no caso do jornal *Daqui*, o que não causa estranhamento diante do extermínio cotidiano de jovens.

Portanto, a lógica das imagens apresentadas pelo *Daqui* não convoca o leitor à reflexão e ao pensamento. Ao ver a imagem, por meio de estímulos visuais que aparecem ao mesmo tempo, seu público leitor é induzido a acreditar fidedignamente no que vê, ativando um imaginário sedimentado em estereótipos que criminalizam a juventude, apagando, assim, outras possíveis significações referentes à realidade dos jovens.

3.4.2 “Polícia pega ladrões que roubaram Hillux e iriam para a farra”

A notícia abaixo foi publicada pelo *Daqui* em 06 e 07/02/2010 (anexo 1).

Polícia pega ladrões que roubaram Hillux e iriam para a farra <chamada na capa>



Sequestraram para gandaiar <título>

Jovem de 19 anos e um adolescente foram baleados pela polícia dentro de caminhonete roubada. Um deles disse que a dupla queria curtir a noite <olho>

<1>Era pouco mais de 21h30 da noite de quinta-feira quando um empresário foi abordado por dois jovens armados, sendo um adolescente, em frente a um bar no Setor Marista. Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite, conforme informou o inspetor Newton Moraes, assessor de comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

<2>A ação dos adolescentes foi vista por uma testemunha que acionou a PRF, pelo telefone de emergência 191. A testemunha disse à polícia que viu uma pessoa ser abordada por dois homens armados. A vítima teria sido levada junto com o carro pelos bandidos.

<3>Segundo Newton Moraes, a denúncia rápida foi fundamental para que os agentes federais conseguissem recuperar o veículo roubado. O inspetor explicou que imediatamente após a denúncia todos os postos da polícia e viaturas, nos arredores da capital, foram acionados para ficarem em alerta.

Momentos de Horror <subtítulo>

<4>A vítima ainda viveu uma hora de horror, rodando dentro de seu carro pela cidade junto com os bandidos. O empresário foi levado para que pudesse sacar dinheiro de sua conta pessoal. Ele teria retirado 400 reais, valor máximo que pode ser sacado de um caixa eletrônico por dia. O dinheiro foi entregue à dupla.

<5>A vítima acabou sendo abandonada, uma hora depois, no Parque Atheneu, em Goiânia, bairro próximo à BR-153. Os rapazes acabaram seguindo para a BR-153 e foram avistados próximos a uma casa de shows.

Troca de tiros <subtítulo>

<6>Conforme o inspetor, a viatura precisou atravessar a rodovia para se aproximar do veículo. Assim que se aproximaram, os agentes federais foram recebidos a tiros. Os policiais revidaram e Antony Silva Mendes, de 19 anos, que dirigia a caminhonete, foi atingido por um tiro no abdômen. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

<7>O companheiro de Antony, um adolescente de 15 anos, foi apreendido e encaminhado ao 2º DP de Aparecida de Goiânia. Segundo Newton Moraes, o adolescente teria dito aos policiais que foi para a BR-153 para curtir a noite. Ele disse que o roubo tinha sido encomendado.

<8>O caso foi encaminhado para a Delegacia Estadual de Investigação de Furtos e Roubos de Veículos. Antony Silva já tinha saído do Hugo na tarde de ontem e transferido para a prisão.

Conforme se pode observar, a notícia relata o roubo de uma caminhonete realizado por um jovem de 19 anos, Antony Silva Mendes, e por um adolescente de 15 anos não identificado. Durante a sequência de enunciados, rapidamente, no último parágrafo, um destes sujeitos - Antony - é identificado por meio de seu nome e sobrenome. Contudo, o que realmente nomeia e classifica os mesmos são os adjetivos e figuras de linguagem que qualificam a ação infratora que cometeram por meio de significações negativas, como se pode perceber logo na chamada de capa da matéria, no título e em outros parágrafos:

Sequestraram para gandaiar <título>

...Um deles disse que a dupla queria curtir a noite. <olho>

...Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite... <1º parágrafo>.

<7>...o adolescente teria dito aos policiais que foi para a BR-153 para curtir a noite <7º parágrafo> (*grifos meus*).

Nos enunciados acima, pode-se perceber que são utilizadas estratégias discursivas por meio da nomeação destes jovens com adjetivos que os criminalizam, pois eles foram motivados a cometer o ato infracional para “gandaiar”, “curtir a noite” e para “gastar na noite”. Neste caso, o texto jornalístico postula um leitor que aceita a avaliação negativa proposta, o que promoverá gestos de interpretação sedimentados a partir desta significação.

Segundo o dicionário Aurélio, o termo “farra” significa: “diversão, festa licenciosa, orgia”. Já “gandaia” quer dizer “a esmo; à toa; ao leu; sem destino”. Gandaia significa “cair em vida desregrada; vadiar”. O verbo “curtir” significa “gozar, desfrutar, deleitar-se, em: *curtir uma festa, curtir uma viagem, um bom papo*”. Portanto, para os produtores dos enunciados presentes no *Daqui*, estes jovens foram motivados a cometer o ato infracional para se divertir, ficar à toa, sem destino, cair em vida desregrada, gozar, desfrutar, deleitar-se e aproveitar ao máximo.

Estes significados retomam e sustentam uma memória metálica que reforça a caracterização da juventude a partir de estereótipos que a qualificam enquanto uma fase de riscos e de crise, já que os jovens, segundo esta visão, seriam baderneiros e arruaceiros, sendo considerados, portanto, a partir de um único viés: enquanto problema.

É importante ressaltar que as várias instituições, principalmente a mídia, passaram a produzir e a sedimentar estereótipos sobre os jovens, caracterizando-os como delinquentes, perigosos, violentos, marginais e como irresponsáveis, julgando suas diversas formas de manifestação como ilegítimas e ignorando as várias realidades vivenciadas pelos mesmos. Como relatam Duarte e Canezin Guimarães (2010):

...as discussões em torno da juventude popular foram marcadas por estereótipos e distorções acerca desse segmento, classificando-o como marginal, delinqüente, perigoso, reproduzindo o discurso histórico de “classes perigosas”. Assim, comumente os jovens são rotulados como apáticos adeptos incondicionais ao apelo da indústria cultural, violentos e transgressores em meio aos ambientes sociais mais próximos como a família, a escola e o bairro. As instituições formadoras de jovens ignoram, quase por completo, a realidade vivenciada por esses sujeitos, tanto em seus aspectos materiais como simbólicos. Dificilmente, por parte destas instituições, consideram-se as manifestações desses sujeitos como legítimas, dignas de estudo, de compreensão ou de apropriação educativa (p.5).

Na sociedade do consumo e do espetáculo, onde não há trabalho ou condições de investimento no futuro escolar e profissional para os jovens, o que resta é o incentivo ao consumo desenfreado impulsionado pela indústria cultural. Como argumenta Kehl (2008):

Enquanto isso a cultura *pop*/publicitária em que vivemos todos, adolescentes, crianças e adultos, continua a associar as imagens do gozo a todas as mercadorias, como valor agregado que estimula o consumo de tudo, refrigerantes, pneus, lançamentos imobiliários, detergentes, tubos e conexões (p.33).

A partir destas reflexões, é possível perceber no *Daqui* uma discursividade que julga e rotula os jovens com um viés negativo, por meio da utilização de termos como “farra, gandaiar, curtir”, que, contraditoriamente, vão de encontro à palavra de ordem que organiza a sociedade atual: o consumo. “*No limits*, diz um anúncio de tênis. Ou de cigarro, tanto faz. E os meninos obedecem. No fundo, são rapazes muito obedientes...” (KEHL, 2008, p.205)

Outra característica que pode ser observada na notícia é a penalização antecipada dos jovens enquanto culpados por um crime que ainda não foi julgado pelas autoridades oficiais. Estes jovens são condenados previamente, sendo classificados de forma pejorativa como “bandidos”, conforme se pode notar nos enunciados abaixo:

A vítima teria sido levada junto com o carro pelos bandidos <2º parágrafo>.

A vítima ainda viveu uma hora de horror, rodando dentro de seu carro pela cidade junto com os bandidos <4º parágrafo> (*grifos meus*).

Durante os primeiro e segundo parágrafos, inicialmente comparece como estratégia discursiva a apresentação das categorias “adolescente”, “jovem” e “garoto” enquanto sinônimos. Posteriormente, é feita a equivalência destas categorias ao termo “bandido”, deslocando, portanto, o significado dos primeiros termos vinculados ao segundo. Esta estratégia pode ser verificada abaixo:

<1>Era pouco mais de 21h30 da noite de quinta-feira quando um empresário foi abordado por dois jovens armados, sendo um adolescente, em frente a um bar no Setor Marista. Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite, conforme informou o inspetor Newton Moraes, assessor de comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

<2>A ação dos adolescentes foi vista por uma testemunha que acionou a PRF, pelo telefone de emergência 191. A testemunha disse à polícia que viu uma pessoa ser abordada por dois homens armados. A vítima teria sido levado junto com o carro pelos bandidos. (*grifos meus*)

Ao vincular os termos “adolescente” e “jovem” aos sentidos reproduzidos pelo termo “bandido”, os mesmos acabam se inscrevendo em formações discursivas sedimentadas pelas instituições socializadoras que criaram um ideal do que é ser jovem e, conseqüentemente, acabaram julgando, condenando e até mesmo autorizando simbolicamente a excussão destes “bandidos” considerados “perigosos”. Para estas

instituições, estes jovens pobres, moradores das periferias, estão *à margem* da sociedade e não contribuem para a sustentação do sistema, por isto são descartáveis. Como explica Kehl (2008):

Antes de mais nada, como já se notou, existe o viés social. De um lado existem jovens que ocasionalmente cometem atos delinquentes... Tentamos compreender: o que aconteceu? (psicólogos são chamados a justificar). E existem os outros, os que já são bandidos antes de chegar (quando chegam) diante do juiz. A execução sumária confirma, a posteriori, o veredicto que a imprensa divulga sem questionar: “A polícia matou 18 suspeitos”... “em confrontos com supostos bandidos”... Ninguém persegue o resultado das investigações sobre as tantas chacinas que caem no esquecimento. O que distingue uns dos outros é o número do CEP... Qualquer delegado de bom senso percebe na hora a diferença. Se a cor da pele confirmar o veredicto, melhor... (p.203).

Para dar mais dramaticidade ao enredo, no quarto parágrafo, de forma sensacionalista e espetacular, como em estratégia usada em uma novela, o *Daqui* se utiliza de adjetivos para qualificar e caracterizar os momentos de “horror” vividos pelo empresário, fazendo uso da dualidade “VÍTIMA” x “BANDIDO” para rotular estes jovens enquanto problema. Toda esta estratégia discursiva parece funcionar como elemento para a sustentação da morte de um destes jovens após um suposto confronto policial. É nesse sentido que Kehl (2008) questiona a sociedade que assiste ao extermínio de jovens pobres sem se chocar:

Nos bairros onde vivem os jovens não há solidariedade com os chacinados das favelas, com os executados a esmo em Queimados, com os meninos abatidos na Praça do Jaraguá, em SP. Os movimentos “pela paz” nunca se manifestaram por eles... Uma sociedade que assiste sem chocar, ou sem se mobilizar, ao extermínio dos pobres – bandidos ou não – está autorizando o uso da violência como modo de resolução de conflitos, à margem da lei (p.204).

No decorrer da narrativa, percebe-se que a morte de Antony Silva Mendes aparece como uma consequência de seus atos. Este jovem “arruaceiro, marginal, baderneiro e farrista”, que não corresponde ao ideal esperado pelo mundo adulto e pelas instituições, parece ter uma justificativa para ter sua vida ceifada, ainda mais depois de uma reação sua a um suposto confronto policial. No 6º parágrafo, ao dizer que “os agentes federais foram recebidos a tiros e por isto revidaram, o que ocasionou a morte de Antony Silva”, a notícia justifica o motivo da morte do rapaz.

Outra constatação feita durante a análise foi que a idade dos sujeitos na matéria aparece somente quando se quer identificar o jovem e o adolescente: “Antony Silva Mendes, de 19 anos”, “O companheiro de Antony, um adolescente de 15 anos”. A vítima do roubo - um homem identificado somente como empresário - não tem sua idade revelada.

Ao vincular o termo “jovem” e “adolescente” como sinônimo de “bandido”, revelando especificamente a idade destes sujeitos - 15 e 19 anos - a formação discursiva presente nos enunciados do *Daqui* parece indicar, de forma sutil, um reforço à defesa da redução da maioridade penal, discussão que no Brasil vem sendo feita há anos e que a mídia defende se utilizando de estratégias muitas vezes implícitas para formar a opinião de seu espectador.

Para Silva (2010), o tema da redução da maioridade penal normalmente gera mais clamor público quando os meios de comunicação anunciam o envolvimento de adolescentes e jovens com crimes violentos, mesmo que de forma indireta. Nestes momentos, a mídia dissemina uma discussão que tende a impulsionar o debate de políticas públicas imediatistas que não abordam a realidade vivenciada por estes adolescentes e jovens. Assim explica o autor:

A história revela que quando a mídia denuncia um crime praticado por sujeitos nesse período de desenvolvimento existe a tendência de um clamor por redução da maioridade, quase sempre desprovido de conhecimentos científicos e pesquisas, aspectos relevantes na tomada de decisões e elaboração de políticas públicas. Daí a crença de que é necessário reduzir a idade de imputabilidade penal para responsabilizar os menores infratores (SILVA, 2010, p.2).

Silva (2010) ainda argumenta que a mídia, ao priorizar as reportagens que retratam o jovem pobre exclusivamente enquanto autor da violência, atua inclusive questionando indiretamente as medidas socioeducativas propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²⁵:

Os que defendem a redução da maioridade penal acreditam que os adolescentes infratores não recebem a punição devida. Para eles, o

²⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente. Instituído pela lei 8.069, em 1990, regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente é muito tolerante com os infratores e não intimida os que pretendem transgredir a lei (SILVA, 2010, p.21).

Portanto, a notícia, ao enfatizar especificamente a idade dos jovens - 15 e 19 anos - parece tentar dar destaque ao fato de que eles são “infratores”, “marginais” e “bandidos” que estão fora dos padrões esperados, reforçando a sedimentação de estereótipos negativos por meio da ativação de formações discursivas que os criminalizam. Este argumento, mesmo que de forma indireta, tem funcionado como elemento discursivo para a posterior defesa da redução da maioridade penal.

Durante a análise, também foi possível notar a utilização exclusiva de uma única fonte para relatar o crime: a polícia. Em todo texto, os depoimentos utilizados para sustentar o fato enquanto acontecimento real foram relatados pelo inspetor Newton Moraes, assessor de comunicação da Polícia Rodoviária Federal, que, por meio de seu discurso, qualificou a ação dos jovens infratores, categorizando-os como marginais:

...Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite, conforme informou o inspetor Newton Moraes, assessor de comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) <1º parágrafo>.

Segundo Newton Moraes, a denúncia rápida foi fundamental para que os agentes federais conseguissem recuperar o veículo roubado. O inspetor explicou que imediatamente após a denúncia todos os postos da polícia e viaturas, nos arredores da capital, foram acionados para ficarem em alerta <3º parágrafo>.

Conforme o inspetor, a viatura precisou atravessar a rodovia para se aproximar do veículo. Assim que se aproximaram, os agentes federais foram recebidos a tiros. Os policiais revidaram e Antony Silva Mendes, de 19 anos, que dirigia a caminhonete, foi atingido por um tiro no abdômen <6º parágrafo>.

...Segundo Newton Moraes, o adolescente teria dito aos policiais que foi para a BR-153 para curtir a noite... <7º parágrafo> (*grifos meus*).

Este dado certifica a informação da pesquisa de Ramos e Paiva (2007) que investigou o perfil das notícias sobre jovens na mídia brasileira. Segundo as pesquisadoras, das matérias publicadas em grande parte dos jornais do país, mais de 50% apresentam como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil. Logo, ao utilizar as informações policiais como única fonte para a construção da matéria, por meio do discurso indireto livre, percebe-se nitidamente o silenciamento destes jovens e de suas famílias, já que eles não foram convocados a relatar a sua versão dos fatos.

Mesmo quando Newton Moraes, no 7º parágrafo, evoca a fala do “suspeito” por meio do enunciado “Segundo Newton Moraes, o adolescente teria dito aos policiais que foi para a BR-153 para curtir a noite...”, não é possível se certificar que esta é realmente uma fala do adolescente, já que ela foi narrada a partir de uma fonte policial. Portanto, na notícia, o adolescente, o jovem e seus familiares não são autorizados a falar, já que eles, para o *Daqui*, não seriam fontes “confiáveis”.

3.4.3 “Cinco morrem assassinados”

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 15/02/2010 (anexo 2).

Cinco morrem assassinados <título de chamada de capa>. Entre as vítimas no fim de semana estão dois jovens mortos pela polícia. Eles são acusados de roubar carros de médicos. <chamada de capa>



Cinco morrem assassinados em Goiânia e Itaberaí <título>

Entre as vítimas estão 2 jovens que foram mortos em um suposto confronto com policiais <olho>

<1>Cinco pessoas morreram assassinadas em Goiás entre a noite de sábado e ontem. Entre as vítimas estão um adolescente e um rapaz acusados do roubo de um Honda Civic.

<2>Os dois foram mortos momentos depois da ocorrência, por volta das 22 horas de sábado, em suposto confronto com a Polícia Militar.

<3>De acordo com o boletim de ocorrência registrado no posto da Polícia Civil do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Jorge Henrique Santos Maia, de 18 anos, e Francisco Felipe Ferreira Viana, de 16, morreram durante uma troca de tiros com dois policiais militares, no Parque Amazônia, quando os PMs investigavam o roubo de um carro.

<4>O veículo havia sido levado de um casal de médicos minutos antes, no Jardim Atlântico, e estava de posse dos dois rapazes. As vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isso foram mortas,

segundo relataram os PMs envolvidos na operação (um soldado e um sargento).

Carnaval <subtítulo>

<5>Em Itaberaí, um baile de carnaval terminou em tragédia. Um rapaz morreu e três outras pessoas ficaram feridas depois que um homem não identificado chegou atirando em uma praça da cidade, onde centenas de pessoas curtiam o carnaval.

<6>Diogo Cristiano Gomes da Silva, de 25 anos, foi atingido por cinco tiros e morreu na hora. Segundo o delegado de Itaberaí, Rômulo Figueredo de Matos, a namorada de Diogo, Tuane Cegati Rocha, além de Luma Pacheco de Souza e uma quarta vítima, identificada como Romeu, também foram atingidos pelos disparos.

<7>Ontem à tarde o delegado ouvia testemunhas do fato para dar prosseguimento às investigações. “A Polícia Civil trabalha com duas linhas de apuração: acerto de contas do tráfico de drogas e crime passionai”, disse o delegado, informando que Diogo tinha passagens pela polícia por tráfico.

Na capital <subtítulo>

<8>Em Goiânia foram registrados dois homicídios. O adolescente Eduardo Ribeiro Silva, de 17 anos, foi morto com dois tiros no fim da noite de sábado no Parque Amazônia. Dois homens atiraram e fugiram em uma moto.

<9>E ontem, por volta das 6h30, Átila Carlos Machado, de 17 anos, foi morto no Setor Brisas da Mata. O crime foi praticado por um homem numa moto.

Nesta notícia é possível perceber estratégias que reativam uma memória discursiva anterior, por meio da retomada de sentidos sedimentados na 1ª matéria analisada, publicada em 06 e 07/02/2010. Uma das semelhanças pode ser percebida, por exemplo, por meio da identificação exclusiva das idades dos adolescentes e jovens retratados: “Jorge Henrique Santos Maia, de 18 anos, Francisco Felipe Ferreira Viana, de 16, Átila Carlos Machado, de 17, Eduardo Ribeiro Silva, de 17 anos.” Os dois homens apresentados na matéria não têm sua idade identificada, diferentemente do que acontece com os adolescentes e jovens.

Ao se utilizar desta estratégia, novamente o jornal parece ativar sentidos sedimentados na questão da defesa da redução da maioridade penal, mesmo que de forma indireta. A ênfase da notícia, ao apresentar a idade dos adolescentes e jovens, aparece ao identificar que eles têm idade igual ou menor que 18 anos, o que acontece de forma inversa no caso dos adultos. Estes dados confirmam o argumento de Barreto (2011), que afirma que após a proposta da redução da maioridade penal, os meios de comunicação passaram a dar uma ênfase maior nos diversos crimes em que jovens e adolescentes tiveram envolvimento:

Logo após o acontecimento, importantes telejornais começaram a destacar diversos crimes em que jovens menores estavam envolvidos. A ênfase era sempre no fato de que um dos envolvidos em um crime tinha menos de 18 anos. Dentro desta linha de pensamento, a maioria penal seria decorrência de uma incoerência do Código Penal. Perceba que, neste momento, poucos registram – não me recorde de nenhum jornal, rádio ou TV - estatísticas sobre quantas crianças estão fora das escolas por falta de vagas ou sem moradia adequada. Não tentam esclarecer como funciona uma escola ou como os professores se relacionam com a comunidade ou com os pais. Nada disso é pauta. Relações muito mais absurdas, como a idade de um adolescente infrator, são destaque nas primeiras páginas (BARRETO, 2011, p.1).

Outro funcionamento regular na matéria é a utilização da polícia como única fonte para o levantamento e apuração dos dados. No primeiro caso, do 1º ao 4º parágrafo, Jorge Henrique Santos e Francisco Ferreira Viana morreram devido a um suposto confronto com policiais. Ao utilizar apenas depoimentos de policiais militares, estes jovens e suas famílias são desistorializados e desautorizados a falar, impedindo ao leitor a possibilidade de questionar o acontecimento relatado. A falta de informações sobre o caso e a não recuperação de outras testemunhas reforçam a força da polícia enquanto principal e única fonte para a certificação da notícia como legítima, como pode ser verificado nos enunciados abaixo:

De acordo com o boletim de ocorrência registrado no posto da Polícia Civil do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Jorge Henrique Santos Maia, de 18 anos, e Francisco Felipe Ferreira Viana, de 16, morreram durante uma troca de tiros com dois policiais militares, no Parque Amazônia, quando os PMs investigavam o roubo de um carro <3º parágrafo>.

... As vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isso foram mortas, segundo relataram os PMs envolvidos na operação (um soldado e um sargento) <4º parágrafo> (grifos meus).

Ao dizer que “as vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isto foram mortas”, a execução destes jovens é relatada como consequência do confronto policial. Há, então, uma razão para o seu extermínio. Suas mortes acabam sendo justificadas devido à infração que cometeram, tanto pelo *Daqui* como pelo seu público leitor, que já tem sedimentado em seu imaginário uma visão estereotipada sobre a juventude.

Para Roure (1996), a utilização da violência como controle do Estado sobre as demandas sociais não é um dado recente. Esse poder é utilizado historicamente, porém as formas de repressão exercidas é que modificaram. Essa violência institucionalizada vem

sendo utilizada contra crianças, adolescentes e jovens e tem se mostrado vinculada às diferentes concepções que a sociedade constrói sobre suas identidades, comparecendo de forma mais acentuada para os negros e empobrecidos.

Segundo a autora, a sociedade também passou a considerar os meninos e adolescentes pobres como “trombadinhas, pequenos marginais etc,” que devem ser punidos e julgados. E os policiais, trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas etc. Contudo, a sociedade, ao não se manifestar e não se posicionar diante da violência e dos grupos de extermínio, acaba sendo complacente com suas práticas:

A sociedade vai assim, através das práticas das prisões, dos extermínios, das torturas, dos linchamentos, da institucionalização da pena de morte, encontrando formas (violentas) de eliminar aqueles que resistem e revoltam-se de forma violenta contra um sistema socioeconômico, político e cultural excludente e injusto que os tornam “menos homens” na busca pela própria sobrevivência e dos seus (ROURE, 1996, p.106).

Nesta análise existe um paradoxo, pois quem extermina está cometendo um crime, contudo é apoiado pela opinião pública. Segundo Roure (1996), o exterminador é justiceiro porque existe cumplicidade entre os que exterminam e as pessoas que silenciosamente concordam com sua ação. Portanto, o questionamento sobre o processo de marginalização das camadas populares ao longo da história não é refletido e os adolescentes e jovens continuam sendo exterminados sem que haja comoção pública diante dos vários casos relatados cotidianamente pelos veículos de comunicação.

O próximo caso retratado pela notícia, durante o 5º, 6º e 7º parágrafos, anuncia a morte de mais um jovem, Diogo Cristiano Gomes da Silva, de 25 anos. Diogo e três amigos participavam do carnaval em Itaberá quando, segundo a Polícia Civil, foram baleados por uma pessoa não identificada. Novamente, nesta matéria, os jovens e suas famílias não são acionados enquanto fonte para a apuração dos fatos. A única fonte para tal certificação é a polícia.

Como pode ser verificado no 5º parágrafo, estes jovens “curtiam” o carnaval quando aconteceu o disparo. Conforme apontado anteriormente, o verbo curtir, no dicionário Aurélio, significa “gozar, desfrutar, deleitar-se”. Portanto, segundo o jornal, estes sujeitos foram motivados a cometer o ato infracional para gozar e aproveitar a vida. Estes sentidos retomam uma memória anterior que sedimenta a significação da juventude

enquanto uma fase de riscos e de crise. Na notícia, isto pode ser percebido de forma mais nítida quando a morte de Diogo é explicada pela polícia, no 7º parágrafo, possivelmente devido a um suposto acerto de contas do tráfico ou como crime passional:

Ontem à tarde o delegado ouvia testemunhas do fato para dar prosseguimento às investigações. “A Polícia Civil trabalha com duas linhas de apuração: acerto de contas do tráfico de drogas e crime passional”, disse o delegado, informando que Diogo tinha passagens pela polícia por tráfico <7 parágrafo> (*grifo meu*).

Ao fazer uma análise geral da notícia, é possível perceber, em todos os casos retratados, o silenciamento e o apagamento da história de vida e a descontextualização dos fatos relativos à morte destes cinco jovens, exterminados em um único final de semana, nas cidades de Goiânia e de Itaberaí. Durante o texto, são desconsiderados dados (fatos ou fontes) importantes, revelando várias lacunas no tecido narrativo. A ausência das informações acarreta consequências tanto para a leitura do texto quanto para o entendimento de cada caso específico, como se pode notar, por exemplo, na falta de aprofundamento dos dois últimos casos apresentados:

Em Goiânia foram registrados dois homicídios. O adolescente Eduardo Ribeiro Silva de 17 anos, foi morto com dois tiros no fim da noite de sábado no Parque Amazônia. Dois homens atiraram e fugiram em uma moto <8º parágrafo>.

E ontem, por volta das 6h30, Átila Carlos Machado, de 17 anos, foi morto no Setor Brisas da Mata. O crime foi praticado por um homem numa moto <9º parágrafo>.

Como se pode observar, estes dois últimos parágrafos servem somente para anunciar a morte de mais dois jovens. Não cabe ao jornal contextualizar os fatos ocorridos. Cabe ao mesmo apenas relatar. Não é preciso dar maiores explicações sobre a razão destas mortes, já que a notícia retoma um sentido anterior ancorado em uma memória metálica que criminaliza a juventude.

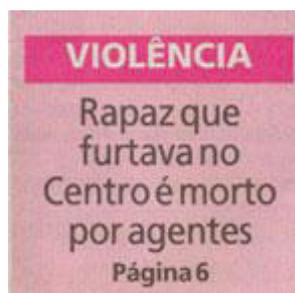
Segundo Pêcheux (1999), a memória discursiva é aquela que estabelece os implícitos de um discurso, retomando a elementos pré-construídos em discursos transversos que se atualizam a todo tempo. A repetição, por meio da regularização, no discurso, apontaria para estes implícitos entrecruzados na memória social. Portanto, por meio da retomada de uma memória discursiva que se atualiza por meio dos implícitos que se repetem no discurso do *Daqui*, não é preciso dar detalhes sobre a razão para o

extermínio de mais estes jovens. O anúncio de suas mortes retrata uma realidade que já se tornou comum aos olhos de seu público leitor.

3.4.4 “Rapaz que furtava no Centro é morto por agentes”

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 12/03/2010 (anexo 3).

Violência < chamada de capa>. Rapaz que furtava no Centro é morto por agentes. <título da chamada de capa>



Tentou tomar arma de policial e morreu baleado <título>

<1>Um rapaz identificado como Marco Gustavo, de cerca de 20 anos, morreu ontem no Hugo. Ele foi baleado no abdome por volta das 14 horas, quando reagiu à abordagem de dois agentes do 2º DP. O rapaz e outros dois jovens estavam com pedaços de vidros e de paus roubando pessoas que estavam em um ponto de ônibus da Avenida Independência, esquina com a Rua 68, no Centro.

<2>Os agentes passavam pelo local e prenderam John Beiker Moreti Silva de 19. Um rapaz que não foi identificado fugiu e Marco tentou tomar a arma do agente e foi baleado.

Nesta notícia, o título da chamada de capa serve para dar o direcionamento da mesma, trazendo as razões para mais uma morte de um jovem na capital goiana: “Rapaz que furtava no Centro é morto por agentes”. O título e o 2º parágrafo: “...Marco tentou tomar a arma do agente e foi baleado” (*grifos meus*) apontam para uma ação de causa e consequência, justificando a morte do rapaz: como ele furtava, ele foi morto. Não é preciso dar outras explicações para mais esta morte, que acaba sendo naturalizada como consequência do ato infrator. Como diariamente este tipo de execução é anunciada pelo *Daqui*, se utilizando da paráfrase como estratégia discursiva, não é preciso dar muitos detalhes sobre o caso, já que é ativada uma memória metálica que naturaliza a causa de mais esta morte.

Segundo Orlandi (1996), a paráfrase ativa um retorno constante a um mesmo espaço e sentido já ditos. Ela seria o “já dado”, que se efetiva por meio de um discurso

autoritário. Mesmo mudando a forma de dizer, ela fortalece um mesmo significado. Portanto, o *Daqui*, por meio da paráfrase, parece produzir enunciados com o mínimo de possibilidade de interpretação possível, retomando os sentidos já cristalizados que criminalizam a juventude.

Também é possível perceber, durante a sequência de enunciados, que os fatos relativos à morte do jovem Marco Gustavo, de 20 anos, são apresentados de forma descontextualizada. A única informação relevante sobre o caso é a explicação de sua morte após cometer uma infração e após um suposto confronto com policiais.

Percebe-se, ainda, nas poucas informações apresentadas, que novamente a única fonte para a construção da matéria foi a polícia ou o boletim de ocorrência, já que os depoimentos dos agentes policiais são sempre acionados, mesmo que de forma indireta, como pode ser observado nos 1º e 2º parágrafos:

<1>Um rapaz identificado como Marco Gustavo, de cerca de 20 anos, morreu ontem no Hugo. Ele foi baleado no abdome por volta das 14 horas, quando reagiu à abordagem de dois agentes do 2º DP... <1º parágrafo>.

<2>Os agentes passavam pelo local e prenderam John Beiker Moreti Silva de 19. Um rapaz que não foi identificado fugiu e Marco tentou tomar a arma do agente e foi baleado <2º parágrafo> (*grifos meus*).

Nestes enunciados, não é preciso dizer, de forma direta, que, “segundo” os agentes, o crime foi cometido. Como no *Daqui* a polícia é a única fonte legítima para confirmar um fato enquanto verdadeiro; fica subentendido, também neste texto, que as fontes para a construção da matéria foram os dois agentes do 2º DP.

Logo, mais uma vez é divulgado no jornal um caso em que os jovens pobres são executados após cometerem um crime e após um suposto confronto com policiais. Este tipo de nota rápida está presente na publicação semanalmente, com o mesmo formato, em várias edições. A forma narrativa apresentada e os tipos de acontecimentos retratados possuem a mesma temática e motivação, geralmente envolvendo a morte de jovens por cometerem crimes e devido a um suposto confronto com policiais.

Na matéria não é apresentada a história de vida destes jovens, com sua voz e a de seus familiares, pois eles não são considerados fontes confiáveis. Devido a este tipo de enquadramento, por meio da paráfrase, o *Daqui* direciona gestos de interpretação que confirmam e sedimentam um imaginário que criminaliza a juventude.

Vimos anteriormente que Orlandi (2007) destaca o papel da mídia enquanto produtora e gerenciadora de gestos de interpretação, direcionando o que se deve apreender como sentido único e literal, reduzindo a capacidade interpretativa do sujeito leitor. Portanto, os sentidos reproduzidos na mídia e pelo *Daqui* não são aleatórios - eles são administrados, fazendo com que cresça na população a crença no mito da periculosidade da juventude empobrecida. Ribeiro e Lourenço (2003) ilustram o estigma da periculosidade vivenciado pelos jovens pobres:

Ao jovem naturalizado pelo desinvestimento social corresponde a idéia mais difundida de violência. Antigas imagens de rebeldia somam-se a novas representações sociais para construir uma reflexão estagnada do “ser jovem”, colaborando para ampliar as ameaças que cercam a juventude das classes populares. Para isso, nada melhor do que o uso de categorias “sem saída”, isto é, em relação às quais não há diálogo socialmente esperado e/ou exigido: terrorista, traficante etc. (LOURENÇO; RIBEIRO, 2003, p.46)

3.4.5 “ROTAM mata rapaz que teria roubado caminhonete S-10”

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 20 e 21/02/2010 (anexo 4).

ROTAM mata rapaz que teria roubado caminhonete S-10 <título de chamada de capa>.

Suposto confronto entre policiais e ladrões ocorreu no Setor Sudoeste depois que os PMs seguiram uma S-10 que foi roubada na noite de quinta-feira. Os outros ocupantes do veículo estão presos e foram reconhecidos pelo dono do carro, que recebeu a caminhonete de volta. <chamada de capa>



PM mata suspeito à luz do dia <título>

S-10 roubada na quinta-feira foi abordada por policiais da Rotam, que atiraram contra suspeito <olho>

<1>Um rapaz branco de aproximadamente 20 anos e cabelos pretos foi morto a tiros durante um suposto confronto com policiais militares da Rotam por volta das 19h45 de ontem, em um lote da Rua C-7 no Setor Sudoeste.

<2>O rapaz era um dos ocupantes da caminhonete S-10 roubada no dia anterior, no Setor Finsocial. O veículo pertencia a uma comerciante de 34 anos, que informou à polícia que três rapazes em um Uno a abordaram visivelmente drogados.

<3>Com a ocorrência do roubo da caminhonete, a PM emitiu a notificação e ontem equipes do 7º Batalhão da PM passaram pelo veículo no Setor Sudoeste e, diante da identificação, o seguiram e chamaram por reforços.

<4>Segundo a PM, ao verem que eram seguidos, os ocupantes da caminhonete desceram do carro e entraram em um matagal às margens do Córrego Cascavel, de onde teriam trocado tiros com os policiais.

Presos <subtítulo>

<5>Equipes do Batalhão de Choque e da Companhia de Operações Especiais (COE), da PM fizeram a prisão de Marcio Lopes Lima de Santana França, de 19 anos, e José Eurípedes da Cunha Ferreira Pinto de 25. Os dois foram autuados em flagrante por roubo.

<6>Apesar de negarem participação no roubo do carro, os dois rapazes foram reconhecidos pela vítima, que teve o carro devolvido no início da tarde de ontem.

<7>O corpo do terceiro participante não havia sido identificado até o início da noite no Instituto Médico Legal (IML).

Neste caso, a presença da chamada de capa e do título contextualizam a notícia e fornecem o enquadramento da mesma. A direção mais específica, dada pelo título, liga-se à morte de um rapaz devido ao roubo de uma caminhonete: “ROTAM mata rapaz que teria roubado caminhonete”. A direção mais geral, dada pela chamada de capa, explica a morte do rapaz devido a um suposto confronto entre ladrões e policiais, acionando novamente a dualidade entre bom x mau (“bandido e mocinho”).

A partir da recorrência observável nos modos de textualizar a notícia, a presença de chamadas com conteúdos um pouco mais abrangentes que os títulos pode ser percebida como uma estratégia visando adequar títulos e textos e dar o direcionamento dos fatos narrados. Logo, a “Rotam mata rapaz que teria roubado caminhonete S-10” (título) devido a um “suposto confronto entre policiais e ladrões...” (chamada de capa).

Portanto, a morte do rapaz ocorreu devido a um suposto confronto com policiais após o roubo de uma caminhonete. O termo “suposto” aparece na chamada de capa levantando um primeiro momento de dúvida para despertar a curiosidade do leitor sobre a possibilidade da não ocorrência do confronto. Contudo, na sequência, os fatos são

confirmados pela Polícia Militar, fonte considerada como legítima pelo *Daqui* e, conseqüentemente, pelo seu público leitor.

A notícia segue, durante o desencadeamento proposto inicialmente pelo título e pela chamada de capa, trazendo alguns detalhes sobre o crime relatados segundo fontes policiais, conforme se pode perceber nos 3º e 4º parágrafos:

Com a ocorrência do roubo da caminhonete, a PM emitiu a notificação e ontem equipes do 7º Batalhão da PM passaram pelo veículo no Setor Sudoeste e, diante da identificação, o seguiram e chamaram por reforços <3º parágrafo>.

Segundo a PM, ao verem que eram seguidos, os ocupantes da caminhonete desceram do carro e entraram em um matagal às margens do Córrego Cascavel, de onde teriam trocado tiros com os policiais <4º parágrafo> (*grifos meus*).

Como somente a PM é acionada para narrar os fatos, mesmo dizendo, no 4º parágrafo, que os ocupantes da caminhonete “teriam trocado tiros com os policiais”, gerando, no discurso, uma possibilidade de dúvida por meio da utilização do verbo “teriam”, não há como confrontar a informação com outros depoimentos de testemunhas, como os jovens autores do crime ou seus familiares. Portanto, nesta notícia, mais uma vez é possível verificar a ausência de outras testemunhas além da única fonte considerada como legítima: a polícia. Somente no 2º parágrafo a vítima do roubo é acionada para afirmar que os rapazes que cometeram o crime estavam “visivelmente drogados”:

<2>...O veículo pertencia a uma comerciante de 34 anos, que informou à polícia que três rapazes em um Uno a abordaram visivelmente drogados (*grifo meu*).

A fala da vítima do roubo, neste caso, foi convocada de forma breve e superficial para dar ainda mais credibilidade às informações repassadas pela polícia, confirmando que os jovens eram “bandidos” e que eram “usuários de drogas”. Como os “bandidos” estavam “visivelmente drogados”, houve mais um motivo para que este jovem fosse executado: o uso de drogas. Como se pode perceber, a ausência de outras fontes com legitimidade apaga a aparência de objetividade do *Daqui* e faz ressaltar as posições assumidas pelo jornal.

Pedrosa (2008) ressalta que os veículos de comunicação sensacionalistas produzem e reafirmam, a todo tempo, a construção de estereótipos em relação aos jovens moradores de periferia, contribuindo para que eles sejam vistos como “infratores” merecedores do extermínio.

Conforme observado, estes sentidos parecem estar sedimentados diariamente no *Daqui* e são reforçados a partir de suas chamadas e destaques de capa. Todos os dias, os jovens são manchetes na publicação, tendo suas mortes relatadas de forma espetacular devido a alguma infração cometida, ao envolvimento com o tráfico de drogas ou devido ao confronto com policiais. Por meio de gestos de interpretação predeterminados, não sobram outras possibilidades de interpretação para o público leitor, o que contribui para a sedimentação da criminalização e do mito da periculosidade de jovens pobres.

3.5 Usou droga: deve morrer!

Segundo Kehl (2008), a mesma lógica que rege o incentivo ao consumo na sociedade ocidental é a lógica que perpassa o uso de drogas. O funcionamento do consumo de entorpecentes é o das sensações alucinantes, dos prazeres estonteantes, da ética do quanto mais, melhor, e do tudo ao mesmo tempo: agora. Como explica a autora:

A gente adora adrenalina. A gente não quer nada vazio; todos os centímetros quadrados da cidade estão nos enviando mensagens de prazer. A publicidade grita conosco, acena para nós das paredes dos prédios, das laterais dos ônibus, dos postes, dos aviões no céu. A gente quer *otimizar* a vida. A vida é economia. A economia é o sentido da vida. A vida é lucro contínuo - ou não é nada. Então, por que não acelerar cheirando pó? (KEHL, 2008, p.189).

Costa (2004) argumenta que a lógica do consumo desenfreado e da busca do prazer imediato são os sentidos que regem a sociedade atual, fazendo com que a compra de objetos e o uso de drogas sejam cada vez mais solicitados a superar os limites da felicidade para quem os consome. Logo, os indivíduos se tornam cada vez mais dependentes da posse de mercadorias e do uso de drogas para obter uma falsa sensação de felicidade instantânea. Na sociedade de consumo, o ideal de prazer fez da posse de objetos a via real da satisfação pessoal para todos, inclusive para os jovens.

Como se vê, o imaginário do mercado e do consumo não se sustentaria sem que contribuíssemos ativamente para sua perpetuação. São nossos ideais de felicidade que nos empurram para a aquisição permanente de objetos que, ao ser adquiridos, já portam o signo da obsolescência. O tipo de satisfação ao qual aspiramos pode ser uma renovação incessante das

fontes de estimulação sensorial. Os objetos são os meios que encontramos para alcançar os fins que desejamos (COSTA, 2004, p.84).

Segundo Kehl (2008), é difícil convencer um jovem de que o uso de drogas vai prejudicar sua vida quando a única porta que a sociedade oferece para sua entrada na vida do adulto é a porta do consumo, vinculado a imagens, todas elas associadas a sensações alucinantes e emoções avassaladoras.

...Observem. Um anúncio de automóvel dirigido a adolescentes não “vende” as vantagens legais de se andar de automóvel. Vende a velocidade acima dos limites, a farrá da galera e o prazer sacana de deixar outros para trás. Vende exibicionismo, exclusão (do outro), transgressão e “barato”. Várias propagandas de cerveja, de vodka e das novas *Ices* vendem, sem nenhum pudor, as agradáveis alucinações ligadas ao consumo de álcool - que por sinal, faz grande mal à saúde. Que moral tem uma sociedade assim para coibir a droga? (KEHL, 2008, p.190).

Para a autora, a sociedade poderia se utilizar do argumento da saúde pública para inibir o consumo de entorpecentes, alertando que os mesmos podem matar e até mesmo inutilizar os adolescentes e jovens para os estudos e para o mercado de trabalho. Contudo, este mesmo mercado não aproveita nem metade das forças de trabalho à sua disposição e a escola pública deixa fora milhares de crianças e jovens que nunca se drogaram. Já o tráfico emprega e paga bem. Portanto, para os adolescentes jovens, a possibilidade de emprego dada pelo tráfico é uma oportunidade que grande parte deles não encontra em outros setores da sociedade.

...A revista Reportagem de janeiro publicou pesquisa do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss) mostrando que o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro emprega mais de 12 mil jovens até os 18 anos, contra pouco mais de 3 mil ocupados no mercado regular de trabalho. Para essas pessoas que estão sempre sobrando, o tráfico e o crime organizado não são um problema: são a grande solução. Além disso, é a ilegalidade que faz das drogas um produto de luxo, aumentando os lucros e o poder paralelo dos traficantes, além de alimentar as conexões do tráfico com outros setores do crime organizado (KEHL, 2008, p.191).

Segundo Fraga (2003), para tentar compreender o crescente envolvimento de jovens com o narcotráfico e com o uso de drogas é preciso considerar dois fatores: a

atração para a entrada no mundo do consumo e o papel da exploração do trabalho como elemento precarizador das relações sociais.

Não é incomum verificar nos jovens alinhados ao narcotráfico a sua atração por consumir produtos de grifes famosas, cujo *marketing* agressivo apresenta a marca como elemento de diferenciação social. Em seus depoimentos desfilam uma variedade de marcas de tênis, calças e camisas, objetos de seus desejos, mas que nunca poderiam usufruir se não estivessem desempenhando atividades na venda de entorpecentes. Muitos declaram que sua entrada para o tráfico estava ligada ao desejo de possuir tais bens, deixando transparecer que o mercado consumista era um elemento direcionador de suas ações delituosas. Tal impulso para desempenhar tarefas no 'mercado informal de trabalho' do tráfico parece compor a vontade de diminuir o hiato existente entre o seu poder de consumo e a pressão social para consumir, para se afirmar socialmente. Não devemos, contudo, deixar de observar que tal desejo não é exclusividade desses jovens, mas compõe também um elemento demarcador das relações sociais do capitalismo desse final de milênio (FRAGA, 2003, p.135).

Em relação à necessidade de entrada no mundo do trabalho, o autor argumenta que desde crianças os jovens moradores da periferia precisam ajudar na composição da renda familiar e, também por isto, acabam se sentindo estimulados para se inserir no mundo do tráfico - que emprega bem e paga melhor.

Em trabalhos desenvolvidos com jovens infratores (FRAGA, 1998, 1999), verificamos que parte considerável deles havia trabalhado em diversas atividades antes de integrar as fileiras do narcotráfico. Desempenhavam atividades laborais como ambulantes, em oficinas mecânicas, de marcenaria e em biscates diversos. Os seus contatos precoces com o trabalho e as circunstâncias indignas de sua atividade - baixos salários, condições insalubres, humilhações, ausência de cobertura legal - fizeram com que esses jovens e crianças descobrissem que o trabalho, ou a ocupação que lhes estava reservada, não constituía componente de valor ou não representava elemento dignificante de sua condição humana... (FRAGA, 2003, p.136)

Segundo Fraga (2003), a falta de crença nas instituições como a escola, o mercado de trabalho etc., é um fator que contribui para que estes jovens realizem escolhas entre um trabalho indigno e honesto no mercado formal ou um trabalho desonesto, perigoso, porém lucrativo - o tráfico - que oferece prestígio e possibilidade de consumo:

Mesmo sem ter experiência no mundo do trabalho, muitos jovens vêm que as condições de emprego a que seus pais se submetem não possibilitam o acesso ao mercado de consumo desejado. Por outro lado, consideram a escola que frequentam desinteressante, distante, percebendo que ela não lhes instrumentalizará para competir no difícil mercado de trabalho do mundo globalizado. A maioria dos jovens pobres continua acreditando na capacidade e no papel dessas instituições, nos valores correlatos e se sujeitam a elas mesmo nas condições apresentadas. Todavia, muitos que enveredaram pelas vias do narcotráfico não crêem no papel social dessas instituições, notadamente o trabalho, em sua prática de vida. Assim, submeter-se ao trabalho indigno, mas honesto, ou dedicar-se ao trabalho desonesto, perigoso, porém rendoso, parecem ser lados distintos de uma mesma realidade, produtora de subjetividades assujeitadas (FRAGA, 2003, p.136).

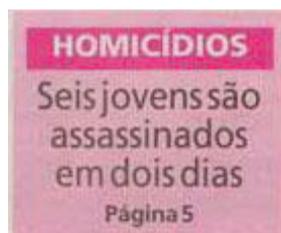
A partir destas reflexões, é possível perceber que os jovens fazem parte de um sistema mercadológico que prioriza a lógica do consumo e do prazer imediato, sendo objetivados como meros consumidores de objetos que de fato não estão disponíveis para todos. Para aqueles que não podem inteirar-se nesse sistema de relações sociais, resta a via ilícita ou a eliminação simbólica, física ou moral.

Portanto, para se discutir sobre o envolvimento de jovens e adolescentes com o uso e tráfico de drogas, é preciso contextualizar e aprofundar a discussão sobre a raiz social da questão, que está vinculada à falta de oportunidades de estudo e de trabalho, à restrição de acesso a direitos básicos e a políticas públicas específicas, à falta de crença destes jovens nas várias instituições sociais e à necessidade de se entrar no mundo adulto, principalmente pela via do consumo de bens materiais e simbólicos.

3.5.1 “Seis jovens são assassinados em dois dias”

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 08/02/2010 (anexo 5).

Homicídios <título de chamada de capa>. Seis jovens são assassinados em dois dias. <chamada de capa>



Seis jovens assassinados <título>

Sete homicídios em dois dias na região metropolitana, sendo que a maioria das vítimas tinha idade próxima de 20 anos <olho>

53 - Este é o número de pessoas assassinadas na cidade de Goiânia desde 1º de janeiro <box>

<1>Sete pessoas foram assassinadas da manhã de sábado à manhã de domingo na região metropolitana de Goiânia. Dois casos aconteceram em Aparecida, um em Senador Canedo e três na capital. Seis das vítimas eram jovens, a maioria morta a tiros.

<2>Dois corpos foram achados em Goiânia. Foi encontrado, na manhã de ontem, em uma invasão na Rua dos Ferroviários, no Parque Oeste Industrial, o corpo de um rapaz, ainda não identificado. Segundo a polícia, ele tem sinais de vários tiros pelo corpo. O caso será investigado pela Delegacia de Homicídios.

<3>O vidraceiro Bruno do Nascimento Bueno, de 24, foi encontrado morto em uma poça d'água localizada na área de preservação permanente que separa a Vila Boa do Residencial Faiçalville, em Goiânia. De acordo com peritos do Instituto de Criminalística, a vítima foi morta há pelo menos 15 dias. Ele foi encontrado com um pedaço de pau na boca e com marcas de tortura.

<4>O servente Lorrán de Paula Barbosa, de 20, morreu às 5h30 de sábado, no Hugo, depois de ser baleado no tórax em casa, no Residencial Centerville. O rapaz bebia cerveja em casa quando alguém passou pela rua e atirou, atingindo-o no tórax.

<5>Um vizinho ouviu o barulho de tiro e foi até a casa de Lorrán, encontrando-o caído. O vizinho levou a vítima para o Hugo.

Aparecida <subtítulo>

<6>Rones Oliveira da Silva, de 20 anos, foi morto a tiros no Setor Rosa dos Ventos, em Aparecida de Goiânia. O amigo dele, Donizete de Jesus Lopes, foi ferido com dois tiros e não corre risco de morte.

<7>De acordo com o testemunho do sobrevivente, ele e Rones saíram de uma festa, quando foram abordados por dois homens, que tentaram assaltá-los. Eles reagiram ao assalto e foram baleados. Os dois assaltantes fugiram a pé sem levar nada e sem deixar pistas.

<8>Leandro Santos Pereira, de 29 anos, foi morto no final da noite de sábado dentro de um bar na Rua C-4, no Jardim Cascata, também em Aparecida de Goiânia. O assassino fugiu sem ser identificado pelas testemunhas que estavam no bar.

<9>Em Senador Canedo, Carlos Antonio Barbosa Filho, de 19 anos, foi assassinado com seis tiros. Também nesse caso, a polícia não tem informações sobre a autoria do crime. Nenhuma testemunha foi encontrada.

Homem morto com três tiros um dia depois de sair da cadeia <subtítulo>

<10>O entregador Angelio Andreus Dantas Mendes, de 30 anos, foi assassinado com três tiros que atingiram o tórax, o braço esquerdo e a cabeça, na Avenida Contorno, no Setor Bela Vista, em Trindade. O crime aconteceu por volta das 13h15 de sábado, no Setor Bela Vista.

<11>Angelio havia sido solto por meio de habeas corpus na sexta-feira, da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, em Goiânia. Dois homens em uma bicicleta se aproximaram de Angelio e um deles atirou contra o entregador, que morreu na hora. A delegacia de Trindade investiga o crime.

Tráfico de drogas é responsável por cerca de 70% dos homicídios
<subtítulo>

<12>Nos primeiros 38 dias deste ano foram registrados em Goiânia 53 assassinatos. Em janeiro foram 48 mortes, 12 a mais do que em janeiro do ano passado, quando foram registrados 36 crimes de morte.

<13>De acordo com informações da Delegacia de Homicídios, 70% dos crimes tinham relação com o tráfico de droga e 90% haviam sido cometidos com o uso de arma de fogo.

<14>Em Aparecida de Goiânia, até ontem à tarde, haviam sido mortas 27 pessoas. Somente três não foram mortas a tiros. A maioria dos casos também tem ligação com o tráfico.

A imprecisão é o que marca o tecido narrativo desta notícia, que anuncia, inicialmente, a morte de seis jovens em seu título. Ela relata, de forma muito breve e descontextualizada, como estes jovens foram assassinados em “apenas dois dias”. Estes sujeitos, sem história e sem voz, só receberam algum destaque como manchete porque fazem parte de uma estatística que chama a atenção: seis morreram em “apenas dois dias” e “nos primeiros 38 dias deste ano foram registrados em Goiânia 53 assassinatos”. Contudo, seus assassinatos são retratados de forma superficial, apontando informações fragmentadas e enquadrando estes jovens como mais um em um somatório de números de forma fria e descontextualizada, como é possível observar nos vários casos relatados na matéria.

Conforme temos apresentado o decorrer do texto, o *Daqui*, ao trabalhar seus títulos se referindo às cifras de jovens mortos na capital goiana e região (cinco, seis, oito... são assassinados), e ao reforçar ainda, que a maioria das vítimas tinha idade próxima de 20 anos, retoma sentidos ancorados em uma formação discursiva parafrástica que legitima a defesa da redução da maioridade penal, já que os números remetem a um inconsciente coletivo que identifica a idade destes sujeitos, relacionando-os com a autoria de infrações ou com o uso e o tráfico de drogas. Diante desta realidade, movido por gestos de interpretação orientados, o público leitor ativa um imaginário coletivo em que a redução da maioridade penal aparece como a possível solução para diminuir tais índices da violência.

Conforme verificado nas análises anteriores, a morte destes jovens já se tornou comum aos olhos do *Daqui* e aos olhos do seu público leitor, por isto o assassinato de um a mais ou outro a menos não faz diferença. Ao dizer que o “tráfico de drogas é responsável por cerca de 70% dos homicídios”, no subtítulo e nos três últimos parágrafos, a notícia justifica a morte destes jovens, se baseando no argumento do uso e do envolvimento no tráfico de entorpecentes. Contudo, este sentido não é anunciado de forma explícita na matéria. Ele vem deslizando durante todo o texto e só aparece de forma evidente nos três últimos parágrafos.

No segundo parágrafo, é anunciado o encontro do corpo de um rapaz, não identificado, morto por tiros. A polícia informa que: “o caso será investigado pela Delegacia de Homicídios” e que o rapaz foi encontrado com “sinais de vários tiros pelo corpo”. Já no terceiro parágrafo, o vidraceiro Bruno do Nascimento, de 24 anos, “foi morto há pelo menos 15 dias”, e, segundo o Instituto de Criminalística, sabe-se que ele foi encontrado com marcas de tortura. O quarto parágrafo apresenta o caso de mais um jovem assassinado, Lorrán de Paula, de 20 anos, que morreu em casa, após ser baleado enquanto “bebia cerveja”. Como se pode perceber, os casos são apresentados de forma imprecisa, sem trazer qualquer dado relevante ou reflexão sobre as causas destas mortes. O texto segue, parágrafo a parágrafo, de forma fragmentada, sem trazer elemento algum que possa fazer o leitor refletir sobre estes fatos enquanto acontecimentos contextualizados.

O único caso que trouxe um elemento a mais foi o de Lorrán de Paula, que morreu baleado enquanto “bebia cerveja em casa” (*grifo meu*). Aqui já se pode perceber o tipo de reforço de sentidos que a matéria pretende dar, já que este jovem pode ser visto como mais um inconsequente que bebe cerveja, retomando a visão da juventude enquanto problema. E assim a notícia segue, narrando a morte de outros quatro jovens, em Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, nos 6º, 7º, 8º e 9º parágrafos, também sem maiores contextualizações sobre os casos, sem levantar a causa para estes assassinatos, já que “a polícia não tem informações sobre a autoria do crime” (9º parágrafo).

Todos os seis casos de mortes de jovens tiveram um fator em comum: a única e principal fonte para o levantamento de dados foi, mais uma vez, a polícia, desaparecendo a história de vida destes sujeitos, reiterando o silenciamento dos mesmos, de suas famílias e de outras possíveis testemunhas em suas comunidades.

Orlandi (1995) aponta o silêncio como um importante fator a ser analisado no discurso, já que os sentidos deslizam no não dito, produzindo significados importantes. Como o silêncio também significa e apresenta determinadas posições discursivas, ao

silenciar jovens infratores, suas famílias e outras possíveis testemunhas (exceto as fontes policiais), há um sentido sedimentado reforçando o estereótipo vinculado a estes sujeitos como fontes não confiáveis.

Nos 10º e 11º parágrafos, é apresentada a morte de um homem, a de Angeli Andreus Dantas, de 30 anos, assassinado com três tiros após ser solto “um dia depois de sair da cadeia” (subtítulo). Neste caso, também a delegacia de Trindade é a única fonte de informações para a construção da notícia e percebe-se que já há um indicativo de justificativa para esta morte: Angeli era mais um criminoso que acabou de sair da cadeia, por isto seu assassinato é autorizado.

A notícia, que parece ser uma sequência de parágrafos fragmentados que relatam, um a um, a morte de vários jovens sem muita contextualização traz, enfim, nos seus últimos três parágrafos, a explicação para tantas mortes em Goiânia e região: o uso de drogas. Estes parágrafos retornam a todos os outros e parecem sentenciar os seis jovens, sem mesmo ocorrer às investigações da polícia, determinando, antecipadamente, a causa para seus assassinatos. Já no subtítulo, a matéria anuncia: “Tráfico de drogas é responsável por cerca de 70% dos homicídios”. Logo, pode-se supor que estes seis jovens também morreram, provavelmente, devido ao envolvimento com entorpecentes.

Kehl (2008) e Costa (2004) alertam sobre a importância de se pensar o uso de drogas dentro da perspectiva da lógica de uma sociedade mercadológica que julga adolescentes e jovens e, contraditoriamente, os impulsiona para o consumo frenético de produtos, imagens e sentidos alucinantes. A falta de acesso aos seus direitos básicos, a falta de crença nas instituições, o incentivo desenfreado ao consumo e o não acesso ao emprego e a uma educação de qualidade são fatores que contribuem para que estes jovens estejam inseridos no contexto da utilização e do comércio de entorpecentes. Contudo, estas reflexões não são discutidas nos enunciados produzidos pelo *Daqui*, que continuam apresentando as mortes destes jovens de forma descontextualizada.

De forma fragmentada, no 12º parágrafo o repórter apresenta números sem maior reflexão, alertando para o aumento de mortes em 2010: “Nos primeiros 38 dias deste ano foram registrados em Goiânia 53 assassinatos. Em janeiro foram 48 mortes, 12 a mais do que em janeiro do ano passado, quando foram registrados 36 crimes de morte”. No 13º parágrafo, de acordo com informações da Delegacia de Homicídios, “70% dos crimes tinham relação com o tráfico de drogas e 90% haviam sido cometidos com o uso de arma de fogo”. No 14º parágrafo, o texto anuncia a morte de 27 pessoas em Aparecida de Goiânia, sendo que “a maioria dos casos também tem ligação com o tráfico”.

Ao fazer o recorte dos três últimos parágrafos, a notícia parece apontar uma justificativa para o assassinato dos seis jovens: o possível envolvimento com o tráfico de drogas. Como a polícia afirma que houve um aumento de morte de jovens em 2010 e este ocorreu principalmente devido à ligação com o tráfico, o texto apresenta estratégias discursivas que induzem o público leitor a um gesto de interpretação que parece levá-lo a acreditar que também estes jovens podem ter morrido devido a este fator.

Como estes jovens são descontextualizados e desautorizados a falar, fazendo parte de uma fria estatística, suas histórias de vida são desconsideradas e eles passam a ser jovens-objeto. O usuário de drogas, neste tipo de discursividade, parece merecer o extermínio e faz parte de uma estatística que não precisa de muita reflexão ou questionamento. Silva (2010) relata como acontece a banalização das mortes de jovens retratadas pela mídia:

Os jornais todos os dias, escritos e televisionados, registram estas mortes. Para a maior parte da população são apenas números. Chama a atenção o grosso modo como estes assassinatos são divulgados, há um tom frequentemente sensacionalista e a um só tempo de banalização total destas mortes, sobretudo quando se trata de jovens usuários de drogas, que perfazem a grande maioria. É como se houvesse praticamente uma resignação, eu pensei inicialmente em dizer, mas é mais que isso, muitas vezes parece que há um alívio, ou, arriscaria denunciar, um desejo que estas mortes acontecessem. A maioria dos assassinatos são perpetrados a jovens do sexo masculino, sobretudo negros e usuários de drogas... (p.1)

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que estes jovens são impulsionados pela lógica do imediato, do prazer, do consumo e do mercado, eles são julgados e condenados ao extermínio devido à sua tentativa de inserção no mesmo modelo de sociedade que os estimula. Como relata Silva (2010), é possível até mesmo que haja um alívio das pessoas diante de mais um anúncio da morte de um jovem pobre, negro, morador das periferias urbanas e usuário de drogas.

3.5.2 “Oito são assassinados no feriado” e “Garoto de 17 é morto a facadas

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 18/02/2010 (anexo 6).

Oito são assassinados no feriado <título>

<1> A morte de um homem de cerca de 25 anos, às 3h30 de ontem, na Rua 608, no Setor São José, foi o oitavo homicídio registrado em Goiânia durante o feriado de carnaval. A Delegacia de Investigação de Homicídios já registrou 63 assassinatos na capital este ano, a maioria com o uso de arma de fogo e cujas vítimas tinham envolvimento direto ou indireto com o uso ou tráfico de drogas. A vítima de ontem continuava sem identificação até o final da tarde no IML. Ele foi morto a tiros, que atingiram as costas e o abdome.

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 09/04/2010 (anexo 7).

Garoto de 17 é morto a facadas <título>

<1>Um adolescente de 17 anos foi morto a golpes de faca por volta das 21 horas de quarta-feira, no Setor Vale Verde, em Goianira. Segundo informações da Polícia Militar, Walasse Barbosa de Abreu Santos, de 17 anos, foi morto dentro de uma casa que funcionava como boca de fumo.

<2>A polícia acredita que o crime esteja relacionado a uma dívida de drogas, já que testemunhas afirmaram que a vítima era usuária de entorpecentes. O jovem morava na Vila Mutirão, em Goiânia.

A primeira notícia carrega de forma ainda mais evidente a imprecisão como principal característica. Ao dizer que “oito são assassinados”, na verdade, ela traz à tona, durante a sequência de enunciados, o grande número de mortes ocorrido em Goiânia desde o início do ano até a segunda quinzena de fevereiro: 63 assassinatos e cujas vítimas “tinham envolvimento direto ou indireto com o uso ou tráfico de drogas” (*grifo meu*).

Comparece, no jornal, a partir destes enunciados, uma trama discursiva que ressalta o grande número de jovens envolvidos com o uso ou tráfico de drogas, levantando, subjetivamente, uma possível necessidade de intervenção nesta realidade, que poderia se dar, por exemplo, por meio de medidas como a redução da maioridade penal.

A única morte para ilustrar os oito assassinatos apresentados na matéria foi a de um jovem, não identificado, de 25 anos. São somente estas as informações relatadas sobre o caso, não sendo preciso dar maiores explicações sobre mais esta morte.

Ao apresentar a notícia de forma superficial, o redator do *Daqui* pressupõe no leitor uma retomada - a partir de uma memória metálica e da paráfrase - dos sentidos

sedimentados em enunciados que são publicados diariamente sobre os jovens envolvidos com o crime. Não é preciso explicar o motivo de sua morte e muito menos contextualizá-los enquanto sujeitos inscritos em um determinado contexto histórico/social, pois se eles têm contato com o tráfico de drogas, eles podem morrer. Como ilustra Kehl (2008):

...Os meninos pardos e pobres da periferia estão aí pra isso mesmo. Para morrer na lista dos suspeitos anônimos. Para serem executados pela polícia ou pelos traficantes. Para se viciarem em crack e se alistar nas fileiras dos soldadinhos do tráfico. Para sustentar nossa ilusão de que os bandidos estão nas favelas e de que do lado de cá, tudo está sob controle (p.187).

Outra questão observada é que nenhuma fonte é identificada de forma direta para a validação do fato enquanto acontecimento verdadeiro. Contudo, como na grande maioria das notícias publicadas pelo *Daqui*, a polícia é a única fonte reconhecida como legítima; o leitor presumirá, também neste caso, que a fonte é mesma de outras matérias normalmente publicadas pelo diário.

Também é interessante verificar que, para o *Daqui*, nesta notícia, um jovem de 25 anos não é mais jovem, e sim um adulto: “A morte de um homem de cerca de 25 anos, às 3h30 de ontem, na Rua 608, no Setor São José, foi o oitavo homicídio registrado em Goiânia durante o feriado de carnaval” (*grifo meu*). A indefinição quanto ao conceito do que é ser jovem aparece também na curta: “Garoto de 17 é morto a facadas” (*grifo meu*). Neste caso, por ter 17 anos, este jovem é um “garoto” ou “adolescente”, como pode ser verificado no título e também no primeiro parágrafo: “Um adolescente de 17 anos foi morto a golpes de faca por volta das 21 horas de quarta-feira, no Setor Vale Verde, em Goianira” (*grifo meu*).

Como é possível perceber, há no jornal uma incoerência conceitual na definição do que é ser jovem, adolescente ou adulto. Vimos anteriormente que Alpizar e Bernal (2002) apontam a dificuldade das várias instituições em categorizar uma definição específica sobre a juventude. São várias as concepções que definem o que é ser jovem hoje, deslizando entre a visão da juventude como problema, como uma fase de riscos, como uma faixa etária, como uma geração em um determinado período histórico etc. Contudo, estudos recentes apontam que não há uma definição estática de juventude, e sim juventudes, com suas diferentes manifestações culturais e sociais - concepção esta, que nunca está presente nos enunciados produzidos pelo *Daqui*.

Na segunda nota “Garoto de 17 anos é morto a facadas”, publicada em 09/04/2010, a indefinição e a falta de aprofundamento também são características marcantes. A única informação referente ao caso, repassada pela polícia, é que o adolescente foi morto a facadas dentro de uma “boca de fumo”. Mais uma vez, neste caso, a morte deste jovem foi justificada devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, conforme pode ser verificado no segundo parágrafo: “A polícia acredita que o crime esteja relacionado a uma dívida de drogas, já que testemunhas afirmaram que a vítima era usuária de entorpecentes” (*grifos meus*). Estas testemunhas não são identificadas, sendo lembradas somente pela polícia, não servindo como fonte direta para contrapor as informações apresentadas pelo jornal.

Também neste caso, mais uma morte de um jovem é anunciada de forma descontextualizada e sem maior aprofundamento, buscando repetir, por meio da paráfrase e da retomada da memória metálica, a reprodução de um sentido que gera no leitor determinado gesto de interpretação que legitima e autoriza a morte de mais um jovem usuário de drogas. Como explica Orlandi (2007), os gestos de interpretação feitos pelo sujeito não se dão no vazio. Por isso a noção de memória discursiva é esclarecedora. Para dizer, o indivíduo recorre a um arquivo de discursos disponíveis, produzidos pelas instituições e aparelhos ideológicos - como a mídia - que gerencia a memória coletiva sobre determinada temática.

Portanto, ao indicar determinados gestos de interpretação para seu público leitor, ativando a memória coletiva, o jornal *Daqui* trabalha a partir da perspectiva da aceitação cotidiana da morte de jovens com envolvimento com o crime e com o uso e com o tráfico de drogas, não sendo preciso questionar ou aprofundar a discussão sobre este fato social. Kehl (2008) ressalta que no Brasil a morte destes jovens não será cobrada, pois a maioria das instituições não se importa com eles:

Não é o caso dos meninos daqui; no Brasil ninguém, a não ser os familiares das vítimas, reprova a polícia pelas execuções sumárias de centenas de “suspeitos”. Mas até mesmo os familiares têm medo de denunciar o arbítrio, temendo retaliações. Aqui, achamos melhor fingir que os suspeitos eram perigosos, e seus assassinatos são condição na nossa segurança... (p.187)

3.5.3 “17 adolescentes assassinados”

A notícia transcrita abaixo foi publicada em 16/03/2010 (anexo 8).

Com mais três mortes, já são 17 adolescentes assassinados <título de chamada de capa>. Três garotos foram mortos entre a noite de domingo e a manhã de ontem – dois deles quando jogavam um jogo de futebol no Residencial Santa Fé, o que eleva para 17 o número de adolescentes assassinados neste ano na região metropolitana de Goiânia. A estatística já se aproxima dos dados dos últimos anos, pois em 2009 foram 22 vítimas nesta faixa etária e em 2008 foram 25. <chamada de capa>



17 adolescentes assassinados <título>

Este é o saldo de 2010 na região metropolitana. Em todo ano passado, foram 22 homicídios nessa faixa <olho>

<1>Dos cinco assassinatos ocorridos entre a noite de domingo e a manhã de ontem na região metropolitana de Goiânia, três vitimaram adolescentes. Conforme informações da Delegacia de Investigações de Homicídios, em 2008 foram 25 pessoas com até 25 anos mortas na capital. No ano passado todo, foram 22 vítimas, entre 5 e 17 anos. Até a tarde de ontem, 17 vítimas de homicídio de 2010 tinham até 17 anos.

<2>A Rua Padre João Paim, no Residencial Santa Fé, foi palco de um duplo homicídio às 19 horas de domingo. Márcio Igor Munis dos Santos, de 13 anos, conhecido como *Soldadinho*, e Pedro Ivo Nobre Machado, de 16, foram executados a tiros quando chegavam de uma partida de futebol nas proximidades do local do crime. Os dois, conforme a Polícia Civil, tinham envolvimento com drogas.

<3>No Residencial Della Penna, também na região oeste da capital, Paulo Henrique Moreira da Silva, de 17, foi assassinado a facadas supostamente por Carlos Henrique da Silva Rocha, de 22, conhecido como *Miquim*, que está foragido. O crime ocorreu às 18h30 de domingo.

Aparecida <subtítulo>

<4>Cleiton Silvério de Souza, de 21, foi morto a tiros em um ponto de ônibus da Avenida União, no Setor Garavelo Parque, por volta das 3 horas de ontem. Dois homens em uma motocicleta dispararam quatro tiros contra ele, que morreu na hora.

<5>Por volta das 3h30, Sílvio Curtinhas da Silva, de 25, foi morto a tiros, no Barro Independência Mansões. A Polícia Civil não informou quem é o assassino, mas divulgou que a vítima tinha passagens por uso de drogas, estupro, atentado violento ao pudor e roubo.

Nesta notícia, a estratégia do *Daqui* é tentar mudar o enquadramento do foco da chamada de capa para atrair a atenção do público leitor para uma possibilidade inusitada de motivação para a morte de dois adolescentes: o assassinato durante um jogo de futebol: “Três garotos foram mortos entre a noite de domingo e a manhã de ontem – dois deles quando jogavam um jogo de futebol no Residencial Santa Fé, o que eleva para 17 o número de adolescentes assassinados neste ano na região metropolitana de Goiânia...” (*grifo meu*).

Para aguçar a curiosidade do leitor, o jornal dá o destaque para um acontecimento espetacular, curioso, que sai do comum e do corriqueiro: a morte de dois jovens após uma partida de futebol. Inicialmente, na chamada de capa, as razões para mais estas duas mortes - em um contexto de 17 assassinatos - não são apresentadas de forma explícita. Contudo, estes motivos vão aparecendo no decorrer do texto, durante a sequência de parágrafos e no decorrer da descrição de cada caso específico, demonstrando, por meio da paráfrase, a verdadeira causa para mais estas mortes de jovens: o envolvimento com o tráfico de drogas.

Apesar de inicialmente alertar para o aumento do número de jovens mortos no início do ano na cidade de Goiânia, comparando, estatisticamente, os dados de 2010 com os do ano anterior, mais uma vez o *Daqui* não aprofunda as razões destes crimes, apresentando os casos específicos envolvendo a morte de jovens de forma descontextualizada, não dando a oportunidade para se conhecer a história e a realidade vivenciada pelos mesmos. A história destes jovens é apresentada de forma rasa, fazendo com que cada caso se torne mais um em uma estatística de mortes que não provoca reflexão ou gera comoção.

Portanto, mais uma vez, apesar de um suposto não julgamento sobre o motivo das mortes destes jovens, ao anunciar, inicialmente, que dois deles morreram durante uma partida de futebol, o *Daqui* relaciona as causas das mortes devido ao uso ou tráfico de entorpecentes. Marcelo Igor, de 13 anos, e Pedro Ivo, de 16, foram executados, segundo a notícia, devido ao envolvimento com drogas, conforme pode ser verificado no 2º

parágrafo: “Márcio Igor Munis dos Santos, de 13 anos, conhecido como *Soldadinho*, e Pedro Ivo Nobre Machado, de 16, foram executados a tiros quando chegavam de uma partida de futebol nas proximidades do local do crime. Os dois, conforme a Polícia Civil, tinham envolvimento com drogas”. (*grifo meu*).

A notícia continua anunciando a morte de outros dois jovens, Paulo Henrique Moreira, de 17 anos, e Cleiton Silvério de Souza, de 21, o primeiro morto a facadas e o segundo devido ao disparo de tiros, contudo, não são apontados, nestes dois casos, os motivos para estas execuções.

Na sequência, para fechar a notícia, o redator anuncia a morte de mais um jovem, Silvo Curtinhas, de 25 anos. Segundo relato apresentado na sequência de enunciados, “...A Polícia Civil não informou quem é o assassino, mas divulgou que a vítima tinha passagens por uso de drogas, estupro, atentado violento ao pudor e roubo” (5º parágrafo). Portanto, por se tratar de um marginal que já roubou, estuprou e ainda era usuário de drogas, os enunciados parecem apontar para uma ação de causa e consequência, já que a morte deste sujeito é decorrente dos crimes que cometeu.

É possível perceber que no *Daqui* comparece uma estratégia discursiva em que o assassinado também é o agressor, por isto sua morte não é questionada. Ao observar o jogo dos enunciados presentes na notícia, ao justificar a morte de três jovens devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, legitimados exclusivamente por meio de depoimentos da polícia, não é preciso dizer o motivo da morte dos outros dois jovens que são retratados pela matéria. O que está presente inicialmente nos enunciados é a consequência do ato de infração cometido pelo jovem (a morte), seguida da causa para esta morte (o uso de drogas), apontando, portanto, as razões para mais esta execução.

O leitor do diário acaba sendo induzido, por meio de gestos de interpretação, a relacionar a morte de mais jovens devido ao possível envolvimento com o tráfico de drogas ou com ações criminosas. Portanto, não há muito que se refletir ou problematizar diante de mais estes casos de extermínio.

Logo, mais uma vez, por meio da memória metálica e da paráfrase, o *Daqui* retoma sentidos anteriores ancorados em uma memória discursiva que caracteriza os jovens enquanto problema, contribuindo para a sedimentação de uma visão estereotipada sobre os mesmos. Este jovem está autorizado a morrer, tanto fisicamente quanto simbolicamente. Seu extermínio não causa espanto aos olhos da sociedade, que vê esta representação ancorada diariamente nos veículos de comunicação social, como no jornal *Daqui*.

Segundo Caixeta (2009), o discurso oficial sobre drogas que circula na sociedade e que tem ressonância na mídia provoca a sedimentação do estereótipo criminoso, que passa a identificar o usuário como “o inimigo a ser destruído”:

A política sobre (ou anti) drogas adotada pelo Brasil está calcada em um discurso de intolerância, unidimensional e de exclusão, responsável pela criação de estereótipos humanos sobre os quais recaem medidas de normalização e controle. Essa política, presente no Brasil desde 1921, é consentânea às legislações sobre drogas adotadas no plano internacional, através de tratados e convenções. O discurso que a informa encontra ressonância na mídia, que por meio de mecanismos de persuasão, ligados à criação de um verdadeiro clima de guerra contra a droga e contra o traficante, conferem legitimidade ao discurso oficial. A associação do discurso oficial ao discurso midiático provoca a sedimentação do estereótipo criminoso, que passa a ser identificado como inimigo a ser destruído. Além disso, essa associação discursiva, por meio de procedimentos de exclusão e de limitação do discurso, não permite o florescer de discursos contrários ou refratários. Os portadores do discurso marginal ficam, portanto, alijados de voz, porque sobre eles há o estereótipo criado... (CAIXETA, 2009, p.6)

Portanto, ao sedimentar sentidos fragmentados relacionando o uso de drogas à marginalidade e justificando o extermínio de jovens a partir destes sentidos, o *Daqui* não questiona nem se aprofunda na discussão sobre a raiz deste fato social, que, conforme já apontado, segundo Kehl (2008), Costa (2004) e Fraga (2003), tem causas bem mais complexas, como a imposição do consumo pela sociedade de mercado e a falta de oportunidades oferecidas pelos vários setores da sociedade, a falta de crença nas instituições sociais, o não acesso a direitos básicos e a políticas públicas específicas para jovens etc. A imagem do jovem indolente, irresponsável e irracional vem à tona, ancorada na justificativa do uso ou envolvimento com o tráfico de drogas. Por isto ele pode ser exterminado tanto fisicamente como moralmente e sua morte não causa grande comoção.

3.6 Critério de adoção de fontes: o silenciamento dos jovens e de suas famílias

Após analisar as notícias envolvendo juventude e criminalidade presentes no *Daqui*, é possível constatar que o jornal realiza uma cobertura a partir de uma discursividade que reforça a criminalização dos jovens moradores das periferias urbanas,

que são representados como agentes da violência, baseada principalmente em depoimentos de fontes policiais, efetivando o silenciamento de outras possíveis testemunhas. Além disso, temáticas que poderiam ter uma abordagem positiva, como cultura, lazer, esporte ou mobilizações ligadas à realidade destes jovens quase nunca são abordadas pelo diário.

Ramos e Paiva (2007) reforçam que, em geral, na mídia brasileira, esta cobertura enviesada em relação aos jovens está relacionada ao fato que os jornalistas, em grande parte, utilizam a polícia como fonte exclusiva para o repasse de informações, colaborando para a construção de estereótipos sobre os mesmos e, ao mesmo tempo, promovendo o seu silenciamento, de suas famílias e dos moradores de suas comunidades.

Orlandi (1997) lembra que ao falar, o sujeito utiliza-se de determinados termos para construir o seu discurso, mas poderia fazê-lo de outra forma. Por isto é importante considerar o silêncio como parte constitutiva do discurso, pois quando uma formulação é materializada, outra é apagada. A autora apresenta a política do silêncio (ou silêncio político) como uma forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de censura. No silêncio constitutivo, o sujeito, ao produzir determinado enunciado, silencia outros sentidos possíveis, mas não desejados naquele momento. Já na censura, há a proibição da inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta a sua identidade e nega a sua possibilidade de dizer. Orlandi (1997) explica:

No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (p.81).

Neste contexto, a mídia, ao se utilizar da censura como forma de silenciar diferentes sujeitos envolvidos nos acontecimentos retratados, pode levar à monofonia, uma vez que as vozes autorizadas a falar representam apenas uma versão de determinado acontecimento, controlando os sentidos tidos como aqueles que podem ser repetidos, cristalizando, assim, um único modo autorizado de falar e, conseqüentemente, de interpretar determinadas formações discursivas.

Segundo Orlandi (1997), a repetição do que está dito também significa muito e determina determinados gestos de interpretação para o sujeito leitor. Isto porque, ao silenciar, não há um vazio, já que o silêncio deixa ali seus vestígios como uma presença-ausente. O que está dito dá indício de um espaço que significa, reproduzindo o efeito de

um discurso autoritário que se repete e se sedimenta enquanto o que é concreto, como o que é dizível e como o que é possível de se interpretar.

Portanto, ao reforçar os sentidos que confirmam diariamente o envolvimento dos jovens das periferias urbanas com o crime e com o uso e tráfico de drogas e ao silenciar outras possíveis contextualizações sobre a realidade destes jovens, o *Daqui* reforça o que é possível de significar, retirando outras formas de interpretação sobre a realidade destes jovens. Esta estratégia discursiva colabora para que o público leitor do jornal realize leituras parafrásticas, repetindo os sentidos presentes em seus enunciados e não duvidando da suposta transparência e objetividade de sua linguagem.

A ausência de pluralidade de fontes e fatos no jornal acaba por gerar uma cobertura limitada, com pouco aprofundamento. Ao não discutir sobre a realidade dos bairros e comunidades onde os jovens estão, estes lugares são separados dos processos de exclusão que lhes deram origem, reforçando a sedimentação de estereótipos sobre os que ali residem.

O resultado é o não aprofundamento dos fatos, que acabam sendo fornecidos somente por fontes tendenciosas que atuam, muitas vezes, de forma defensiva, como no caso dos agentes policiais. Além disso, este alto grau de dependência reforça a construção de estereótipos sobre os jovens pobres. Kehl (2008) argumenta que os policiais, em muitos casos, precisam apresentar corpos para a sociedade, por meio de notícias publicadas diariamente pelos veículos de comunicação, para provar que estão fazendo seu trabalho contra o aumento dos índices de violência:

...É preciso encontrar suspeitos, enfrentá-los a tiros, mostrar alguns cadáveres à sociedade. Satisfazer nossa necessidade de justiça com um teatro de vingança. A esquizofrenia da condição dos policiais militares foi revelada por algumas notícias de jornal: encapuzados como bandidos, executam inocentes sem razão alguma para, a seguir, exibindo a farda, fingirem ter chegado a tempo de levar a vítima para o hospital... (KEHL, 2008, p.186).

Orlandi (1997) aponta que os sentidos sedimentados no que está dito reforçam efeitos de sentido que levarão o sujeito a ter determinados tipos de interpretação de acordo com o direcionamento reforçado em determinadas formações discursivas. Por isto, ao dizer, diariamente, que os jovens pobres, usuários de drogas, infratores e moradores das periferias urbanas são merecedores do extermínio, este discurso será cada vez mais sedimentado no imaginário de seu público leitor.

Portanto, ao promover uma cobertura de mão única, o *Daqui* produz e reforça a produção de estereótipos sobre a juventude das periferias, contribuindo para que ela seja vista enquanto “perigosa”, “violenta”, “infratora” e, conseqüentemente, como merecedora do extermínio. A partir de enunciados que são repetidos diariamente no jornal, por meio da paráfrase, é ativada uma memória metálica que produz no leitor gestos de interpretação que confirmam a criminalização destes jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ciente da importância da mídia enquanto instituição promotora de discursividades que provocam gestos de interpretação no público leitor, transformando o que é acontecimento em realidade factual, a proposta deste trabalho foi verificar como os jovens são significados pelos veículos de comunicação impressos goianos, tendo como *corpus* de análise o jornal *Daqui*.

Pode-se perceber, ao longo da análise, que o *Daqui* pode ser enquadrado como um veículo de comunicação sensacionalista, com tons espalhafatosos em seus enunciados, buscando atrair a atenção do seu público leitor por meio de estratégias discursivas como o uso de manchetes chamativas e de uma configuração visual que serve para dar maior destaque aos assuntos pautados. O público leitor do diário, assim como anunciado por seu editor, Luciano Martins, seria aquele que “não teria condições de problematizar enunciados com maior nível de elaboração e de aprofundamento”, recebendo um lugar secundário na segmentação de mercado.

Ao analisar os enunciados do *Daqui*, por meio da utilização de uma linguagem informal, como em um “bate-papo”, pode-se perceber que o jornal tenta promover aproximação constante com o seu público leitor, buscando chamar sua atenção, aguçar sua curiosidade e se tornar cada vez mais íntimo do mesmo. Por meio da utilização de adjetivos e termos com apontamentos valorativos, o diário também apresenta, de maneira marcante, uma formação discursiva moral burguesa que apela para a preservação da moral e dos “bons costumes”, julgando os personagens retratados em suas matérias por meio de adjetivos que os enquadram enquanto “bons” ou “ruins”.

A imagem, no *Daqui*, comparece enquanto produtora de “verdade”, já que ela elenca o que de importante é noticiado, principalmente por meio da configuração visual da capa. A materialidade de suas imagens se dá por meio de recortes, ângulos e posicionamentos que apresentam determinada representação da realidade, pautadas em destaques intencionais. Diante de tais imagens predeterminadas, que explicam a realidade sem possibilidades de reinterpretação, o leitor do *Daqui* parece dispensado de pensar, produzindo gestos de interpretação que o induzem a não refletir sobre o que vê e sobre o que lê.

Foi possível perceber que os enunciados do *Daqui* atuam a partir da perspectiva de uma memória metálica, produzindo um discurso parafrástico, repetindo mais do mesmo.

Os gestos de interpretação administrados pelo diário acabam por influenciar nas formas de leitura da realidade, priorizando a repetição em detrimento da resignificação, impedindo os deslocamentos de sentido nos sujeitos discursivos. Ao atuar no plano da representação social, o jornal se consolida como formador de opinião, elaborando enunciados que apresentam sentidos que supostamente representariam “a verdade”, construindo estereótipos e significações sobre diversas temáticas e atores sociais, dentre eles, a juventude.

É importante lembrar que a memória metálica ativada pela mídia, segundo Orlandi (2007), é produzida a partir da retomada de um sentido dado, de forma linear, reduzindo o saber discursivo a um arquivo de informações ideologicamente equivalentes, produzindo efeitos baseados na repetição. Assim, a memória metálica impede os deslocamentos de sentidos, eliminando as diferenças e homogeneizando as possíveis formas de significação.

A partir das análises feitas, pode-se perceber que o discurso do *Daqui* sobre a juventude atua a partir da perspectiva de uma memória que estabelece uma comunicação que estagna e que repete sentidos já ditos, o que não gera reflexão e reforça a criminalização dos jovens. Ao construir uma rede de enunciados sobre os jovens moradores das periferias, percebe-se que o jornal reforça sua representação enquanto principais agentes da violência. Esta cobertura dá espaço somente aos assuntos negativos relacionados à criminalidade e à violência, sendo que temáticas como a cultura, o esporte, a realidade cotidiana destes jovens, entre outras, quase nunca são abordadas pelo diário.

Portanto, os jovens comparecem diariamente no jornal tendo suas mortes relatadas de forma espetacular devido a alguma infração cometida, ao envolvimento com o tráfico de drogas ou devido a um suposto confronto com policiais. Em todos os 78 números publicados durante três meses, apareceram 241 chamadas e notícias²⁶ sobre jovens envolvidos em ações violentas ou criminosas. Por meio de gestos de interpretação predeterminados não sobram outras possibilidades de interpretação para o público leitor, o que contribui para a sedimentação de um olhar estereotipado sobre a juventude.

Pode-se perceber, ainda, que o *Daqui* utiliza como principal fonte as informações repassadas pela polícia, efetivando, assim, uma postura unilateral na construção de seus enunciados, ao mesmo tempo em que promove o silenciamento da população das periferias e, conseqüentemente, da juventude que ali reside. A conseqüência deste alto grau de

²⁶ As notícias sobre jovens como autores ou como vítimas de violência publicadas no *Daqui* nos meses de fevereiro, março e abril de 2010 podem ser conferidas em clippagem que segue em anexo na dissertação, em forma de mídia digital - CD.

dependência de informações policiais é a construção de estereótipos sobre a juventude empobrecida, que é caracterizada como problema e como autora da violência. Além do silenciamento destes atores sociais, esta dependência diminui a capacidade de crítica diante das ações realizadas pela polícia junto a esta população.

Ao não aprofundar a discussão sobre a realidade de favelas e periferias das cidades, estes lugares são separados dos processos de exclusão social que lhes deram origem, sendo caracterizados somente a partir da banalização da violência. Neste contexto, o *Daqui* acaba reforçando a sedimentação de estereótipos, contribuindo para a criminalização da juventude que reside nestas localidades. O jovem passa a ser o “bandido”, o “perigoso”, em enunciados construídos ideologicamente com o intuito de propagar e ativar uma memória discursiva que produz no leitor gestos de interpretação que confirmam a criminalização da juventude.

A sociedade passa, então, a reproduzir este discurso, sendo, muitas vezes, complacente com a situação de extermínio e de marginalização dos jovens das periferias urbanas. Assim, os enunciados produzidos pelo jornal acabam cristalizando tais conclusões previamente construídas, estimulando o preconceito, a invisibilidade e a criminalização dos jovens.

Ao mesmo tempo em que a mídia sensacionalista criminaliza os jovens pobres através do mito da periculosidade, a realidade mostra dados que atestam o contrário do que é divulgado pelos veículos de comunicação. Conforme apontado no início deste capítulo pela pesquisa “Mapas da Violência”, coordenada por Waiselfisz (2011), os jovens pobres, negros e moradores das periferias comparecem muito mais como vítimas da violência do que como autores de crimes. Estes jovens estão sendo exterminados fisicamente e simbolicamente todos os dias e sua morte se torna comum e rotineira aos olhos da sociedade.

Neste contexto, surgem grupos de extermínio que são autorizados a executar jovens em todo o país, sem que haja contestação da sociedade diante de vários crimes cometidos contra jovens. Conforme relatado na introdução deste trabalho, ao contrário das várias notícias que criminalizam os jovens e que foram capas do *Daqui* nos meses de fevereiro, março e abril de 2010, no início de 2011, surge, em Goiás, uma denúncia da efetivação de grupos de extermínio formados por policiais militares que executaram vários jovens sem que houvesse comoção pública. Apenas após a denúncia sistemática de entidades de direitos humanos, de movimentos sociais e de familiares ligados a jovens que foram executados durante mais de 10 anos no Estado é que houve uma denúncia pública da

existência de grupos de extermínio formados por policiais no Estado, conforme divulgado pelo *O Popular*:

Na Polícia Militar (PM) não são incomuns os elogios formais a policiais que matam em ocorrências - nem mesmo naqueles casos em que a morte se dá em circunstâncias obscuras, de difícil apuração de responsabilidades. A Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal, que prendeu 19 militares acusados de integrar grupos de extermínio em atuação há mais de dez anos em Goiás, revelou que a alegação "morte em confronto", tão utilizada em relatórios da PM, se tornou um eficiente artifício para justificar execuções sumárias durante ação policial... O louvor à violência, presente em algumas sindicâncias, dificulta ainda mais o trabalho de apuração de responsabilidades e reproduz uma cultura que muitas vezes beneficia o policial truculento, em detrimento daquele que utiliza expediente de uso gradual da força, segundo a necessidade... 50 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a polícia no ano passado em Goiânia. Quase o dobro de 2009 quando 27 pessoas morreram nas mesmas circunstâncias... Existem sindicâncias que enaltecem e indicam promoções a policiais envolvidos em ocorrências com mortes, muitas vezes desprovidas de provas suficientes para sequer inocentar esses policiais... (AQUINO, 2011, p.10).

Segundo a denúncia, existem sindicâncias na polícia que enaltecem e indicam promoções a policiais envolvidos em ocorrências com mortes. Em gravação divulgada pelo jornal, um policial afirma "Eu mato. Eu mato por prazer e satisfação (...). Eu nunca irei mudar... Um pouquinho de sangue na farda, né chefe, sem novidade, comandante". (AQUINO, 2011, p.10). Os diálogos da gravação divulgada na reportagem ainda sugerem que membros do Executivo e do alto comando da PM favorecem e acobertam este tipo de atuação. E a sociedade permanece calada diante da execução sumária de jovens pobres, negros e moradores das periferias urbanas que são criminalizados sistematicamente pela mídia sensacionalista através do mito da periculosidade.

Ciente da importância da mídia enquanto formadora de opinião, como é o caso do *Daqui*, atualmente maior veículo de comunicação impressa de Goiás, é imprescindível refletir sobre a forma como a juventude, principalmente das camadas populares, é retratada em seus enunciados. Conforme já relatado, as formações discursivas reafirmadas pelo jornal perpassam cotidianamente o imaginário de seu público leitor, reforçando a construção de estereótipos sobre os jovens.

É certo que esta pesquisa não se encerra com a realização deste trabalho. Espero que suas reflexões possam contribuir para que ocorram outras discussões sobre a diversidade, a realidade e as várias representações e discursos sobre as juventudes.

Algumas perguntas ficam ao produzir estas reflexões: a escola discute ou atua dialogando com os discursos reproduzidos pela mídia sobre a juventude? De que modo o cotidiano escolar é atravessado pelas representações sobre o jovem autor da violência? E os jovens retratados pela mídia? Como eles se veem representados em enunciados construídos cotidianamente sobre sua realidade? Há identificação destes jovens com os discursos midiáticos construídos sobre si mesmos? São questões que instigam minha reflexão e que, espero, possam ser aprofundadas em estudos e reflexões posteriores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar; FREITAS, Maria Virgínia. *Juventude e adolescência no Brasil: Referências Conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

AGUIAR, Leonel Azevedo. Entretenimento: valor-notícia fundamental. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php./jornalismo/article/view/3273/2838>>. Acesso em: 10 set. 2008.

ALPIZAR, Lydia; BERNAL, Marina. Construção Social da Juventude. In: Mulheres Jovens e Direitos Humanos. *Manual de capacitação em direitos humanos das mulheres jovens e a aplicação da CEDAW*. REDLAC (Org.), 2002.

AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular? In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Anais, Brasília, 2006.

_____. Sensacionalismo, um conceito errante. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/download/.../4464>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

A NOVA DEMOCRACIA. O extermínio de jovens em Goiás. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/33/19.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

AQUINO, Macloys. Militares matam e recebem elogios. *O Popular*, p.10, 28 fev. 2011.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo popular e o sensacionalismo. Disponível em: <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=3&s=9&a=31>>. Acesso em: 02 fev. 2008.

BARRETO, Gustavo. O papel da mídia frente à redução da maioria penal. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1717>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CAIXETA, Mário Henrique. *Drogas, Discursos e Mídia: Um diálogo sobre o (des) encontro de representações em processos judiciais*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, Departamento de História, Geografia, Ciências Sociais e Relações Internacionais, 2009.

CANEZIN GUIMARÃES, Maria Tereza; DUARTE, Aldimar Jacinto. Jovens da EJA e o tempo social na perspectiva sociológica de Bourdieu. In: CANEZIN GUIMARÃES, Maria Tereza; SOUSA, Sônia Margarida. *Jovens, espaços de sociabilidade e processos de formação*. Goiânia: Editora PUC-Goiás/Cânone, 2010.

CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. In: HOFMEISTER, Wilhelm. Cadernos Adenauer II, nº 6, *As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

CÉSAR, Ricardo. OJC é a 8ª em circulação de jornais. *O Popular*, p.11, 02 jan. 2011.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião. O novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César; IULIANELLI, Jorge Atílio. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Claraluz, 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência - as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

FRAGA, Paulo César Pontes. Da favela ao sertão: juventude, narcotráfico e institucionalidade. In: FRAGA, Paulo César; IULIANELLI, Jorge Atílio. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: *Comunicação, mídia e consumo*. Revista da ESPM. São Paulo, v.4, n.11, 2007.

_____. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário *et al.* *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser. *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto juventude: documento de conclusão*. Rio de Janeiro, 2004.

KEHL, Maria Rita. *A fratria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho D'água, 2008.

LEMONS, Alexandre Zaghi. *Jornais ganham leitores e anunciantes*. São Paulo: Meio & Mensagem, 2008.

LIMA, Cristiane; LIMA, Ivair. Fim do poder do bandido. *Diário da Manhã*, p.1, 16 fev. 2011.

LIMA, Venício. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOURENÇO, Alice; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In: FRAGA, Paulo César; IULIANELLI, Jorge Atílio. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NOGUEIRA, Rôse. *O Retrato da cidade de Goiânia pelas páginas do Jornal Daqui*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso - FASAM), Goiânia, 2008.

ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA. *Jornal Daqui*. Disponível em: <<http://www.ojc.com.br/index.php?id=/midias/jornal/index.php>>. Acesso em: 31 jan. 2011.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Efeitos do verbal sobre o não verbal. *In: RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*. Campinas: NUDERCRI, n.1, 1995.

PAIM, Eugênia. *Imagens da Juventude*. *In: HENRIQUES, Ricardo; NOVAES, Regina; PORTO, Marta. Juventude, Cultura e Cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne. Reencontrar a memória. Percurso Epistemológico e histórico. *In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas. *In: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da Memória. *In: Pierre Achard et al. Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PEDROSA, Jasson Matias. *Violência, mídia e juventude: análise sobre o discurso adotado pelo jornalismo impresso sobre a realidade violenta de jovens da periferia da cidade do Natal*. Natal, 2008. Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais), UFRN.

PERES, Maria; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia. *Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2008*. São Paulo: NEV/USP, 2006.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROURE, Glacy Queiroz de. *Criança-objeto: entre o desejo e o gozo*. Tese (Doutorado em Linguística - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas), Campinas, 2002.

_____. *Vidas Silenciadas: a violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Flávia. *Não dá mais para assistir ao extermínio de jovens!* Disponível em: <<http://redehumanizaus.net/10850-nao-da-mais-para-assistir-o-extermínio-dos-nossos-jovens>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

SILVA, Iuri. *Redução da maioria penal frente ao estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 07 fev. 2010.

SILVA, Telma Rodrigues. Jornalismo e divulgação científica. *In RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*. Campinas: NUDERCRI, n.8, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. *Juventude e Violência no Brasil contemporâneo*. *In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

ANEXO 1²⁷Jornal *Daqui*, 06 e 07/02/2010, Editoria Geral, p.7.

SÁBADO, 6 de fevereiro de 2010

GERAL

JORNAL DAQUI 7

SEQUESTRARAM PARA GANDAIAR

JOVEM DE 19 ANOS E UM ADOLESCENTE FORAM BALEADOS PELA POLÍCIA DENTRO DE CAMINHONETE ROUBADA. UM DELES DISSE QUE A DUPLA QUERIA CURTIR A NOITE

ANA CAROLINA GUIMARÃES

Era pouco mais de 21h30 da noite de quinta-feira quando um empresário foi abordado por dois jovens armados, sendo um adolescente, em frente a um bar no Setor Marista. Os garotos queriam a Hillux da vítima e alguns trocados para gastarem na noite, conforme informou o inspetor Newton Moraes, assessor de co-

municação da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A ação dos adolescentes foi vista por uma testemunha que acionou a PRF, pelo telefone de emergência 191. A testemunha disse à polícia que viu uma pessoa ser abordada por dois homens armados. A vítima teria sido levado junto com o carro pelos bandidos.

Segundo Newton Moraes, a

denúncia rápida foi fundamental para que os agentes federais conseguissem recuperar o veículo roubado. O inspetor explicou que imediatamente após a denúncia todos os postos da polícia e viaturas, nos arredores da capital, foram acionados para ficarem em alertas.

MOMENTOS DE HORROR

A vítima ainda viveu uma hora de horror, rodando dentro de seu carro pela cidade junto com os bandidos. O empresário foi levado para que pudesse sacar dinheiro de sua conta pessoal. Ele teria retirado 400 reais, valor máximo que pode ser sacado de um

caixa eletrônico por dia. O dinheiro foi entregue à dupla.

A vítima acabou sendo abandonada, uma hora depois, no Parque Atheneu, em Goiânia, bairro próximo a BR-153. Os rapazes acabaram seguindo para a BR-153 e foram avistados próximo a uma casa de shows.

TROCA DE TIROS

Conforme o inspetor, a viatura precisou atravessar a rodovia para se aproximar do veículo. Assim que se aproximaram, os agentes federais foram recebidos a tiros. Os policiais revidaram e Antony Silva Mendes, de 19 anos, que dirigia a caminhonete,

foi atingido por um tiro no abdômen. Ele foi socorrido e encaminhado ao Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo).

O companheiro de Antony, um adolescente de 15 anos, foi apreendido e encaminhado ao 2º DP de Aparecida de Goiânia. Segundo Newton Moraes, o adolescente teria dito aos policiais que foi para a BR-153 para curtir a noite. Ele disse que o roubo tinha sido encomendado.

O caso foi encaminhado para a Delegacia Estadual de Investição de Furtos e Roubos de Veículos. Antony Silva já tinha sido do Hugo na tarde de ontem e transferido para a prisão.

²⁷ Os anexos impressos aqui apresentados são referentes às matérias analisadas no 3º capítulo deste trabalho. O arquivo completo com as notícias sobre jovens e violência publicadas no *Daqui* nos meses de fevereiro, março e abril de 2010 pode ser conferido em clippagem que segue ao final da dissertação, em forma de mídia digital - CD.

ANEXO 2

Jornal *Daqui*, 15/02/2010, Editoria Geral, p.5.

CINCO MORREM ASSASSINADOS EM GOIÂNIA E ITABERAÍ

ENTRE AS VÍTIMAS ESTÃO 2 JOVENS QUE FORAM MORTOS EM UM SUPOSTO CONFRONTO COM POLICIAIS

Cinco pessoas morreram assassinadas em Goiás entre a noite de sábado e ontem. Entre as vítimas estão um adolescente e um rapaz acusados do roubo de um Honda Civic.

Os dois foram mortos momentos depois da ocorrência, por volta das 22 horas de sábado, em suposto confronto com a Polícia Militar.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado no posto da Polícia Civil do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), Jorge Henrique Santos Maia, de 18 anos, e Francisco Felipe Ferreira Viana, de 16, morreram durante uma troca de tiros

com dois policiais militares, no Parque Amazônia, quando os PMs investigavam o roubo de um carro.

O veículo havia sido levado de um casal de médicos minutos antes, no Jardim Atlântico, e estava de posse dos dois rapazes. As vítimas teriam reagido à abordagem dos policiais e por isso foram mortas, segundo relataram os PMs envolvidos na operação (um soldado e um sargento).

CARNAVAL

Em Itaberaí, um baile de carnaval terminou em tragédia. Um rapaz morreu e três outras pessoas ficaram feridas depois que um homem não identificado chegou atirando em uma praça da cidade, onde centenas de pessoas curtiam o carnaval.

Diogo Cristiano Gomes da Silva, de 25 anos, foi atingido por cinco tiros e morreu na hora. Segundo o delegado de Itaberaí, Rômulo Figueredo de Matos, a namorada de Diogo,

Tauane Cegati Rocha, além de Luma Pacheco de Souza e uma quarta vítima, identificada como Romeu, também foram atingidos pelos disparos.

Ontem à tarde o delegado ouvia testemunhas do fato para dar prosseguimento às investigações. "A Polícia Civil trabalha com duas linhas de apuração: acerto de contas do tráfico de drogas e crime passionai", disse o delegado, informando que Diogo tinha passagens pela polícia por tráfico.

NA CAPITAL

Em Goiânia foram registrados dois homicídios. O adolescente Eduardo Ribeiro Silva, de 17 anos, foi morto com dois tiros no fim da noite de sábado no Parque Amazônia. Dois homens atiraram e fugiram em uma moto.

E ontem, por volta das 6h30, Átila Carlos Machado, de 17 anos, foi morto no Setor Brisas da Mata. O crime foi praticado por um homem numa moto.

ANEXO 3

Jornal *Daqui*, 12/03/2010, Editoria Geral, p.6.

Tentou tomar arma de policial e morreu baleado

Um rapaz identificado como Marco Gustavo, de cerca de 20 anos, morreu ontem no Hugo. Ele foi baleado no abdome, por volta das 14 horas, quando reagiu a abordagem de dois agentes do 2º DP. O rapaz e outros dois jovens estavam com pedaços de vidros e de paus roubando pessoas

que estavam em um ponto de ônibus da Avenida Independência, esquina com a Rua 68, no Centro.

Os agentes passavam pelo local e prenderam John Beiker Moreti Silva, de 19. Um rapaz que não foi identificado fugiu e Marco tentou tomar a arma do agente e foi baleado.

ANEXO 4

Jornal *Daqui*, 20 e 21/02/2010, Editoria Geral, p.7.

PM MATA SUSPEITO À LUZ DO DIA

S-10 ROUBADA NA QUINTA-FEIRA FOI ABORDADA POR POLICIAIS DA ROTAM, QUE ATIRARAM CONTRA SUSPEITO

Um rapaz branco de aproximadamente 20 anos e cabelos pretos foi morto: tiros durante um suposto confronto com policiais militares da lotam por volta das 10h45 de ontem, em um lote da Rua C-7 no Setor Sudoeste.

O rapaz era um dos ocupantes da caminhonete S-10 roubada

no veículo no Setor Sudoeste e, diante da identificação, o seguiram e chamaram por reforços.

Segundo a PM, ao verem que eram seguidos, os ocupantes da caminhonete desceram do carro e entraram em um matagalàs

margens do Córrego Cascavel, de onde teriam trocado tiros com os policiais.

PREÇOS

Equipes do Batalhão de Choque e da Companhia de Operações Especiais (COE), da PM, fizeram a prisão de Márcio Lopes Lima de Santana França, de 19 anos, e José Eurípedes da Cunha Ferreira Pinto, de 25. Os dois foram autuados em flagrante por roubo.

Apesar de negarem participação no roubo do carro, os dois rapazes foram reconhecidos pela vítima, que teve o carro devolvido no início da tarde de ontem.

O corpo do terceiro participante não havia sido identificado até o início da noite no Instituto Médico Legal (IML).

ANEXO 5

Jornal Daqui, 08/02/2010, Editoria: Geral, p.5.

SEGUNDA-FEIRA, 8 de fevereiro de 2010

GERAL

JORNAL DAQUI 5

SEIS JOVENS ASSASSINADOS

SETE HOMICÍDIOS EM DOIS NA REGIÃO METROPOLITANA, SENDO QUE A MAIORIA DAS VÍTIMAS TINHA IDADE PRÓXIMA DE 20 ANOS

Sete pessoas foram assassinadas da manhã de sábado à manhã de domingo na Região Metropolitana de Goiânia. Dois casos aconteceram em Aparecida, um em Senador Canedo e três na capital. Seis das vítimas eram jovens, a maioria morta a tiros.

Dois corpos foram achados em Goiânia. Foi encontrado, na manhã de ontem, em uma invasão na Rua dos Ferrovários, no Parque Oeste Industrial, o corpo de um rapaz, ainda não identificado. Segundo a polícia, ele tem sinais de vários tiros pelo corpo. O caso será investigado pela Delegacia de Homicídios.

O vidraceiro Bruno do Nascimento Bueno, de 24, foi encontrado morto em uma poça d'água localizada na área de preservação permanente que separa a Vila Boa do Residencial Faiçalville, em Goiânia. De acordo com peritos do Instituto de Criminalística, a vítima foi morta há pelo menos 15 dias. Ele foi encontrado com um pedaço de pau na boca e com marcas de tortura.

O sergente Lorrain de Paula Barbosa, de 20, morreu às 5h30 de sábado, no Hugo, depois de

ser baleado no tórax em casa, no Residencial Centerville. O rapaz bebia cerveja em casa quando alguém passou pela rua e atirou, atingindo-o no tórax.

Um vizinho ouviu o barulho do tiro e foi até a casa de Lorrain, encontrando-o caído. O vizinho levou a vítima para o Hugo.

APARECIDA

Romes Oliveira da Silva, de 20 anos, foi morto a tiros no Setor Rosa dos Ventos, em Aparecida de Goiânia. O amigo dele, Domizete de Jesus Lopes, foi ferido com dois tiros e não corre risco de morte.

De acordo com o testemunho do sobrevivente, ele e Romes saíram de uma festa, quando foram abordados por dois homens, que tentaram assaltá-los. Eles reagiram ao assalto e foram baleados. Os dois assaltantes fugiram a pé sem levar nada e sem

53
Este é o número de pessoas assassinadas na cidade de Goiânia desde 1º de janeiro.

deixar pistas.

Leandro Santos Pereira, de 29 anos, foi morto no final da noite de sábado dentro de um bar na Rua C-4, no Jardim Cascata, também em Aparecida de Goiânia. O assassino fugiu sem ser identificado pelas testemunhas que estavam no bar.

Em Senador Canedo, Carlos Antonio Barbosa filho, de 19 anos, foi assassinado com seis tiros. Também nesse caso, a polícia não tem informações sobre a autoria do crime. Nenhuma testemunha foi encontrada.

Homem morto com três tiros um dia depois de sair da cadeia

O entregador Angelio Andreus Dantas Mendes, de 30 anos, foi assassinado com três tiros, que atingiram o tórax, o braço esquerdo e a cabeça, na Avenida Contorno, no Setor Bela Vista, em Trindade. O crime aconteceu por volta das 13h15 de sábado, no Setor Bela Vista.

Angelio havia sido solto por meio de habeas corpus na sexta-feira, da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, em Goiânia. Dois homens em uma bicicleta se aproximaram de Angelio e um deles atirou contra o entregador, que morreu na hora. A delegacia de Trindade investiga o crime.

Tráfego de drogas é responsável por cerca de 70% dos homicídios

Nos primeiros 38 dias deste ano foram registrados em Goiânia 53 assassinatos. Em janeiro foram 48 mortes, 12 a mais do que em janeiro do ano passado, quando foram registrados 36 crimes de morte.

De acordo com informações da Delegacia de Homicídios, 70% dos crimes tinham relação com o tráfico de drogas e 90% haviam sido cometidos com o uso de arma de fogo.

Em Aparecida de Goiânia, até ontem à tarde, haviam sido mortas 27 pessoas. Somente três não foram mortas a tiros. A maioria dos casos também tem ligação com o tráfico.



UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP

Servidor Público Estadual e Municipal
Faça um curso superior aproveitando o desconto para servidor de 40% na mensalidade.

Cursos Superiores de 4 a 8 semestres
- Administração
- Serviço Social
- Tecnologia em Manutenção

o partir de
R\$ 108 mensal



Lentes de Contato
Essa também é a nossa especialidade

Óticas Mundial

Av. 15 de Novembro, 111 - Centro - Goiânia - GO - 74.050-000
3224-5422 0800-3212-0202

ANEXO 6

Jornal *Daqui*, 18/02/2010, Editoria Geral, p.7.



Oito são assassinados no feriado

A morte de um homem de cerca de 25 anos, às 3h30 de ontem, na Rua 608, no Setor São José, foi o oitavo homicídio registrado em Goiânia durante o feriado de carnaval. A Delegacia de Investigações de Homicídios já registrou 63 assassinatos na capital este ano, a maioria com o uso de arma de fogo e cujas vítimas tinham envolvimento direto ou indireto com o uso ou tráfico de drogas. A vítima de ontem continuava sem identificação até o final da tarde no IML. Ela foi morta a tiros, que atingiram as costas e o abdome.

ANEXO 7

Jornal *Daqui*, 18/02/2010, Editoria Geral, p.7.



Garoto de 17 anos é morto a facadas

Um adolescente de 17 anos foi morto a golpes de faca por volta das 21 horas de quarta-feira, no Setor Vale Verde, em Goianira. Segundo informações da Polícia Militar, Wallasse Barbosa de Abreu Santos, de 17 anos, foi morto dentro de uma casa que funcionava como boca-de-fumo.

A polícia acredita que o crime esteja relacionado a uma dívida de drogas, já que testemunhas afirmaram que a vítima era usuária de entorpecentes. O jovem morava na Vila Multirão, em Goiânia.

ANEXO 8

Jornal *Daqui*, 16/03/2010, Editoria Geral, p.6.

17 ADOLESCENTES ASSASSINADOS

ESTE É O SALDO DE 2010 NA REGIÃO METROPOLITANA. EM TODO ANO PASSADO, FORAM 22 HOMICÍDIOS NESSA FAIXA

Dos cinco assassinatos ocorridos entre a noite de domingo e a manhã de ontem na região metropolitana de Goiânia, três vitimaram adolescentes. Conforme informações da Delegacia de Investigações de Homicídios, em 2008 foram 25 pessoas com até 25 anos mortas na capital. No ano passado todo, foram 22 vítimas, entre 5 e 17 anos. Até

a tarde de ontem, 17 vítimas de homicídio de 2010 tinham até 17 anos.

A Rua Padre João Paim, no Residencial Santa Fé, foi palco de um duplo homicídio, às 19 horas de domingo. Márcio Igor Munis dos Santos, de 13 anos, conhecido como *Solidadinho*, e Pedro Ivo Nobre Machado, de 16, foram executados a tiros

quando chegavam de uma partida de futebol nas proximidades do local do crime. Os dois, conforme a Polícia Civil, tinham envolvimento com drogas.

No Residencial Della Penna, também na região oeste da capital, Paulo Henrique Moreira da Silva, de 17, foi assassinado a facadas supostamente por Carlos Henrique da Silva Rocha, de 22,

conhecido como *Miquim*, que está foragido. O crime ocorreu às 18h30 de domingo.

APARECIDA

Cleiton Silvério de Souza, de 21, foi morto a tiros em um ponto de ônibus na Avenida União, no Setor Garavelo Parque, por volta das 3 horas de ontem. Dois homens em uma motocicleta

dispararam quatro tiros contra ele, que morreu na hora.

Por volta das 3h30, Sívio Curtinbas da Silva, de 25, foi morto a tiros, no Bairro Independência Mansões. A Polícia Civil não informou quem é o assassino, mas divulgou que a vítima tinha passagens por uso de drogas, estupro, atentado violento ao pudor e roubo.